

UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL SERGIPE
POSGRAP - Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PPGL - Programa de Pós-Graduação em Letras

MAYARA MENEZES SANTOS

**VILHENA, COLONO ILUSTRADO: A FRONTEIRA ENTRE O
LITERÁRIO E O HISTÓRICO NO ESTILO CLÁSSICO
PORTUGUÊS**

São Cristóvão - SE
Fevereiro de 2018

MAYARA MENEZES SANTOS

**VILHENA, COLONO ILUSTRADO: A FRONTEIRA ENTRE O
LITERÁRIO E O HISTÓRICO NO ESTILO CLÁSSICO
PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras na linha de pesquisa Literatura e Cultura.

Orientadora: Prof. Dr. Christina Bielinski Ramalho

**São Cristóvão - SE
Fevereiro de 2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S231v Santos, Mayara Menezes
Vilhena, colono ilustrado: a fronteira entre o literário e o histórico no estilo clássico português / Mayara Menezes Santos; orientadora Christina Bielinski Ramalho. – São Cristóvão, SE, 2018.
96 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Ensaios. 3. Alegoria. 4. Vilhena, Luís dos Santos, 1744-1814. I. Ramalho, Christina Bielinski, orient. II. Título.

CDU 821.134.3(81).09

À Maria Rita, avó paterna (*in memoriam*), pelo carinho
que preservou com seus dignos conselhos;
À Ana Sueli, tia e madrinha (*in memoriam*), pelo grande amor
que transmitia a mim através de seus cuidados e pelo seu
esforço em manter em minha memória a importância
dos estudos para a educação de um indivíduo;
À Maria Elza, sogra, por ter me amparado nos momentos
mais difíceis na minha vida e pelo amor e carinho
oferecidos aos meus filhos: Márcio e Thiago;
Aos meus filhos, pelos momentos de alegria e pelos momentos
conflitantes que me fazem refletir sobre os verdadeiros
valores da vida, com eles aprendi a adquirir mais
resignação, humildade e compreensão.

Mayara Menezes Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Moises Santos, por ter se dedicado e zelado pelas minhas atividades escolares e pelos críticos conselhos sobre a vida;

À minha mãe, Maria Aparecida Menezes Santos, por sempre motivar a mim e aos meus irmãos a estudar, pois, segundo ela, teríamos um futuro mais promissor em nossas vidas;

Aos meus irmãos, Mayane e Muryel, que apesar da distância, sempre dialogamos e aconselhamos um ao outro sobre os desafios da vida;

Agradeço a Candido de Jesus Silva pelos diálogos e conselhos em relação à vida acadêmica e profissional;

Ao meu companheiro, Roberto Assis, pelas conversas, pela paciência e pelo apoio para que desse continuidade à vida acadêmica;

À minha sogra, Maria Elza, por ter me amparado nos momentos mais difíceis da minha vida e pelo amor, carinho e zelo oferecidos aos meus filhos: Márcio Roberto e Thiago Assis;

Aos meus filhos, pois são a minha maior felicidade;

Às minhas queridas amigas Alexsandra, Amanda, Heliene, Elizângela, Michelle, Greyce e Paula por compartilharmos os desafios da vida acadêmica;

Aos animadíssimos amigos do mestrado: Luciara, João Paulo, Ramon, Marcielle, Rafael, Carla e Edna;

Agradeço à Professora e amiga Luciene Lages por ter me apresentado às cartas de Vilhena, bem como pelas contribuições a esta pesquisa;

Agradeço ao Professor Antônio Fernando de Araújo Sá por ter acolhido a pesquisa, dando início às orientações, me estimulando quanto ao valor histórico-literário do trabalho;

Agradeço aos Professores Afonso Henrique Fávero, Rafaela Mendes Mano Sanches e Fábio Mário da Silva pelas contribuições a esta pesquisa e também por terem aceitado o convite para fazerem parte da banca avaliadora;

À minha queridíssima Orientadora Professora Christina Bielinski Ramalho, pela magnífica pessoa que é: amiga, sensível, incentivadora e, principalmente, obrigado pela paciência. E meu muito obrigado por ter aceitado me orientar;

Aos familiares, amigos e amigas, pelos momentos de incentivo para que desse continuidade aos estudos.

Aos espíritos de luz meus agradecimentos!

“Recebe sempre os votos, o que souber
misturar o útil ao agradável, pois deleita e ao
mesmo tempo ensina o leitor”.¹

Horácio

¹HORÁCIO. **Arte Poética**. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984, p. 107.

RESUMO

A natureza do ensaio própria da escrita colonial brasileira é tradicionalmente vinculada ao caráter histórico, documental e descritivo, porém é inegável a dimensão estético-literária das cartas-narrativas e dos crônicas que nos convidam a compreender os desejos e as esperanças de alguns *personagens* no “viver em colônias”. A flexibilidade desse gênero expressa uma relação entre pensamento à palavra, de experiência a observação. Nesse sentido, analisaremos um testemunho no qual há a existência de duas linhas engenhosas - literatura e história - do saber reconhecíveis no texto, uma subordinada à outra, visando compreender o caráter que modelava as narrativas portuguesas e influenciava as primeiras produções no Brasil. Daremos destaque ao professor de grego Luís dos Santos Vilhena, um intelectual português que cultivava os padrões estéticos da antiguidade clássica, e que deixou seu testemunho na narrativa intitulada *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* (1802). Como um pensador do Reformismo Ilustrado, Vilhena antecipou a crise do Sistema Colonial e, ao mesmo tempo, realizou um diagnóstico social, político e econômico, apresentando propostas de reforma na Colônia. Por outro lado, nas notícias e descrições das Capitanias da Bahia de Todos os Santos, verificam-se a alusão ao mundo clássico, principalmente ligado a mitos, heróis e eventos gregos, latinos e romanos, bem como nomes de poetas e filósofos, estabelecendo relações entre estes e pessoas comuns e ilustres de seu tempo. Centrado nessa dualidade, nesse trabalho propomos, inicialmente, um diálogo entre História e Literatura, entendendo que, até o século XVIII, considerava-se a matéria literária um recurso nos relatos históricos, para, em seguida, compreender a história cultural entre a metrópole e a colônia ditadas por ideias iluministas. Para alcançar esses objetivos, faz-se necessário o estudo das edições e da recepção do manuscrito de Vilhena. Feito isso, realizaremos o levantamento e a apreciação dos elementos ficcionais que compõem o próprio discurso ilustrado, cujas produções de sentidos coexistem em seus mecanismos metafóricos, que remetem ao caráter híbrido do gênero ensaístico. Para essa análise histórico-literária, baseada em Antônio Candido (2005), será utilizada a 1ª edição do Acadêmico Braz do Amaral (1921). Com isso, buscamos nos esquemas alegóricos resgatar a ficcionalidade das cartas-narrativas na formação da Literatura Brasileira, que por meio de um discurso literal figurado orna, mas desvela os sentidos das coisas, dos homens e dos reais acontecimentos naquela época, permitindo, dessa forma, uma reflexão de valores e sentimentos através do instrumento literário.

Palavras-chave: Vilhena; Gênero Ensaístico; Literatura; Alegoria.

ABSTRACT

In Brazilian writing of the colonial era, the essay is traditionally defined by its historical, documental and descriptive nature and purpose; however, this type of text, consisting of “narrative-letters” and “chronicles”, through which the reader is invited to comprehend the desires and hopes of some of the protagonists in the drama we call “colonial life”, also has an esthetic-literary dimension. The flexibility of this literary genre is rooted in the relationship between thought and word, and in the passage from experience to observation. Seen in these terms, this dissertation will analyze a text in which two intimately interconnected dimensions of knowledge – literature and history – can be readily identified, and which are deployed as a means of providing a better understanding of how established Portuguese narratives influenced the first literary productions in Brazil. The analysis focuses on the work of Luís dos Santos Vilhena, a Portuguese teacher of Greek living in Brazil, who cultivated the aesthetic norms established by Classical Antiquity, and whose testimony was published in a narrative entitled *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas* (1802) (“A Compilation of News from Salvador and from Brazil”). As an intellectual adherent of Enlightened Reformism (*reformismo ilustrado*), Vilhena anticipated the crisis of the colonial system and, at the same time, provided a social, political and economic diagnosis of Brazil, on the basis of which he proposes to the Colony a series of reforms. In contrast, in his descriptions and his reporting of news from the “captaincies” of Bahia, he alludes to the Classical world, evoking Roman and Greek myths, heroes and events, the names of poets and philosophers, and highlights their relations with both the celebrities and the common people of their time. Reflecting this duality, the dissertation begins by providing a dialogue between literature and history, in recognition of the fact that 18th century Enlightenment thought had established that, in the specific context under scrutiny, in order to comprehend the cultural history of the relations between metropolis and colony, the only literary material worthy of consideration consisted of resources drawn from the historical record. The publication and reception of Vilhena’s manuscript is used to illustrate and test this characterization. Subsequently, we identify and evaluate the fictional elements that constitute “enlightened discourse”, above all the coexistence of the production of meaning and the metaphorical mechanism that together reflect the hybrid character of the essay genre. The historical-literary analysis, based on the methodology adopted by Antônio Candido (2005), using the first edition of Braz de Amaral (1921), examines allegorical schemes with a view to recuperating and re-evaluating the role of the fictionality of “narrative-letters” in the constitution of

Brazilian literature. These works, by adorning discourse in a literal-figurative manner, reveal the meaning of the things, the men and the real events of that time, and allow us to perceive how values and feelings are reflected in literary works.

Key-words: Luís dos Santos Vilhena; literature; the essay genre; allegory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 - DIÁLOGO: HISTÓRIA E LITERATURA	15
1.1 Ficcionalidade das narrativas na formação da Literatura Brasileira	20
1.2 Um resgate das razões e sensibilidades do Reformismo Ilustrado	28
1.3 O gênero Ensaístico	41
CAPÍTULO 2 - <i>RECOPILAÇÃO DE NOTÍCIAS SOTEROPOLITANAS E BRASÍLICAS</i>	46
2.1 Luís dos Santos Vilhena	49
2.2 Apresentação do Manuscrito	56
2.3 Crítica das Edições	62
CAPÍTULO 3 - ESTILO CLÁSSICO EM VILHENA.....	66
3.1 Literatura como fonte: uma metáfora da escrita	68
3.2 Testemunho: figuras alusivas.....	75
3.3 As alegorias na História da Ilustração	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

INTRODUÇÃO

Através da história e da literatura percebemos melhor nossos traços culturais, pois refletem a dinâmica das experiências humanas. À medida que essas experiências se transformam, as narrativas projetam suas expectativas de acordo com as mentalidades de uma época. Além disso, impõem formas, convenções, técnicas e recriam uma realidade. Assim, a relação entre história e literatura, sua natureza e funções, continuam e permanecerão sendo objeto de discussão.

Durante o período de formação da Literatura Brasileira, a intenção histórica dos escritos possibilitou uma liberdade na qual o ato da escrita podia ser construído por uma lógica imaginativa, uma vez que um discurso é capaz de emergir das paixões e das intenções de um contador de histórias. Tal como ocorreu nas manifestações escritas que nos deixaram relatos e testemunhos históricos, os quais também continham um tom pessoal e sensível, cujas estratégias discursivas ganharam um status de idealização do Novo Mundo.

Escritores de países europeus narraram para a Coroa a história e a vida no Brasil, assim as produções formaram estilos textuais diversos. Para Antonio Candido (2007) correspondem a manifestações literárias que intercambiaram pelos discursos intelectuais e literários. Nesse sentido, os ensaios foram os escritos que contaram mais intimamente as experiências e as observações na colônia. Sua forma interna permite a recorrência de outros tipos e gêneros textuais, ao mesmo tempo em que expressa o imaginário ideal de uma realidade, ganhando destaque por seu hibridismo. Por conseguinte, estes tipos de textos contribuíram para a formação da Literatura Brasileira propriamente dita.

Na bagagem transplantada para o Brasil no século XVIII, a tradição clássica era modelo de interação entre a história e os gêneros literários. Nesse momento, a consciência afrancesada tomou conta da mentalidade racionalista da época, difundindo ideias que anunciaram o desequilíbrio social e econômico da colônia. Assim, a prosa ensaística se destacou e marcou a consciência de vida das sociedades, cujo caráter híbrido permite o diálogo com o mundo literário, que nos conduz a uma linguagem metafórica na qual expõe verdadeiramente aquilo que não se ousa dizer literalmente.

Nesse estudo teórico, buscamos reconstruir as razões e as sensibilidades que motivaram as produções ensaísticas no Brasil, principalmente no século XVIII. As mesmas permitem um diálogo mais espontâneo e simples, a partir do discurso pessoal, possibilitando aos escritores fazerem uso do imaginário nas narrativas. Esse fenômeno híbrido era comum

em cartas, crônicas, apólogos, diálogos, máximas, oratórias e memórias. Com isso, é necessário revisitar textos que influenciaram essa natureza fronteira entre manifestações pessoais e o imaginário marcado pela tradição clássica.

Tudo isso nos convida à investigação do sentido real dos eventos e ações humanas sob o olhar de um homem culto que realizou, em forma epistolar, descrições das Capitâneas e da cidade da Bahia de Todos os Santos no século XVIII, intituladas *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* (1802) e “endereçadas a dois amigos fictícios, Filopono e Patrício” (ARAÚJO, 1987, p. 11), respectivamente Dom João VI e o Conde de Linhares. O autor, Luís dos Santos Vilhena (1744 – 1814), militar português, veio ao Brasil em 1787, nomeado pela Coroa Portuguesa como professor de grego para aulas régias em Salvador até o ano de 1798. Ao término do prazo de exercício como professor, pede permissão à coroa para descrever elementos para a *História brasileira* abaixo de nomes alusivos.

Nas cartas podemos verificar como o professor de grego se inspirou nas fontes literárias para mostrar a realidade dos sentimentos que deram sentido ao Brasil. Dentre esses usos, temos o diálogo entre o mundo inteligível da História da Ilustração brasileira e o mundo sensível da literatura clássica greco-romana. Em contrapartida, podemos atender veementemente a um pedido do Acadêmico Braz do Amaral, responsável pela primeira edição das vinte e quatro cartas, agregando a cada uma delas *Notas e comentários*:

Esta joia literária, portanto, tem o direito de ocupar a atenção dos ilustres Acadêmicos neste tempo que lhes estou tomando.
Ele, este 2.544, é uma obra literária de alto valor, ainda quase desconhecida no país (VILHENA, 1921, II).

Ainda acrescenta que:

Os historiadores do Brasil não o citam, porque não conheceram o seu trabalho, guardado na biblioteca dos condes de Linhares, como os trabalhos de Frei Vicente do Salvador e de Gabriel Soares estiveram inéditos e desconhecidos até há poucos anos, nos arquivos portugueses.

Pela gratidão que devemos, como brasileiros, a estes homens, que tanto pensaram pela nossa terra, eu venho pedir para ser colocado Vilhena, após as necessárias averiguações, na mesma galeria ilustre de Pero Gandavo, de Fernão Cardim, de Frei Vicente do Salvador, de Rocha Pita, de Antonio Jaboatão e de Ignácio Accioli, e para que se registre na ata a informação seguinte sobre o escritor que foi na Arcádia Amador Veríssimo de Aletheia e na Bahia Luís dos Santos Vilhena (VILHENA, 1921, III e IV).

Na fronteira entre o literário e o histórico, o discurso de Amador Veríssimo de Aletheia desvela um porvir da condição humana e antecipa os problemas sociais e políticos velados por fontes que resgatam as nossas raízes clássicas, revelando um conhecimento profundo e singular da crise do Sistema Colonial. Suas inquietações também nos fornecem

subsídios dos ideais do Iluminismo que formaram o ambiente cultural nos fins do século XVIII e que influenciaram escritores de diversas áreas no Projeto Ilustrado.

História brasílica é produto de uma pesquisa investigativa de Vilhena sustentada em fontes e documentos da época, que agrega seu testemunho a um estilo de pensamento da Arcádia, sob a visão de um colonizador, fazendo, para isso, alusões a nomes que nos permitem identificar um caráter intermediário em seu ensaio. Por outro lado, relata os acontecimentos, mas propõe reformas, que envolvem a noção de *propriedade* para o desenvolvimento pleno de uma sociedade. Neles veremos que a situação de contato tardio com a Revolução Industrial e com os princípios iluministas transformou a história, a literatura e a cultura da colônia na medida em que se formava uma nova sociedade.

Destacamos que como suas XXIV cartas terminaram de ser escritas em 1802 e editadas pelo Acadêmico Braz do Amaral de maneira fidedigna em 1921, houve a necessidade de realizar atualizações ortográficas e de vocabulário para a melhor compreensão na leitura e interpretação. No que tange a ordem sintática, houve o cuidado de preservá-la ao máximo, pois alterações bruscas podem comprometer a interpretação textual e o estilo do autor.

Segundo as *Noções de análise histórico-literária* (2005), de Antônio Candido, a invenção da imprensa proporcionou a mudança de caligrafia, abreviações, vocabulário e sintaxe, porém os hábitos tradicionais caligráficos e de vocabulário de uma determinada época, quando editados sem o devido cuidado em suas variantes, podem causar problemas de leitura. Portanto, temos duas reproduções de cópias integrais do manuscrito de Vilhena: a cópia de Braz do Amaral (1921) e a cópia de Edison Carneiro (1969). Desse modo, partimos do pensamento de Candido que a cópia que melhor faz a reprodução do manuscrito deve partir do original, sendo assim utilizaremos a edição de Amaral.

Neste estudo, objetivamos analisar, a partir da teoria das produções de significados metafóricos de Kothe (1986) e Hansen (2006), as alusões a antiguidade clássica por meio do estudo das representações alegóricas nas cartas de Vilhena, evidenciando uma narrativa condicionada ao seu caráter subjetivo, principalmente ligado a mitos, heróis e eventos gregos, latinos e romanos, bem como a nomes de poetas e filósofos, estabelecendo relações factuais a pessoas/personagens comuns e ilustres da época.

Esta proposta se justifica por trazer uma noção de toda a produção do gênero ensaístico no período de formação da Literatura Brasileira, incluindo as XXIV cartas de Luís dos Santos Vilhena. Para tornar possível a proposta de análise das cartas, foram realizadas a investigação e a seleção da matéria ficcional exposta no texto pelo sistema de metáforas,

tomando por base que sua escrita faz parte da memória de nossa história cultural, na qual as fontes clássicas serviram para revelar a verdade em meio aos desvios e condutas morais dos homens.

Para tanto, buscou-se compreender as fronteiras entre história e literatura nos usos do passado, em que ainda temos produções nas quais se fundem o objeto histórico e o ficcional nos relatos das evidências. Para, então, situarmos os acontecimentos históricos que veicularam a dualidade Metrópole e Colônia, sob o olhar de um colonizador intelectual adepto da influência do iluminismo europeu e do classicismo português.

Como forma de entender as imanências desse corpus, buscamos, como embasamento teórico, as argumentações e as pesquisas realizadas por um conjunto de escritores em *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*, livro organizado por Jurandir Malerba (2016), para fundamentar debates que giram em torno do diálogo entre narrativas diante de considerações literárias e ficcionais que envolvem a escrita, confrontando com os enfoques da relação história, ficção e literatura de Luiz Costa Lima (2006).

Em seguida, foi utilizado o estudo da formação da Literatura Portuguesa de Antônio José Saraiva e Óscar Lopes (2010), cujas produções são heranças das raízes clássicas, conforme aponta Arnaldo Momigliano (2004). Destacamos, em especial, a formação de nossa literatura sob a visão dos críticos Antonio Candido (2000) (2007), Alfredo Bosi (2002), Afrânio Coutinho (2004) (2008) e Sílvio Romero (2001).

Como suporte de leitura para compreensão do ambiente político e cultural da Metrópole e Colônia no século XVIII, temos os pensamentos de Maria Odila da Silva Dias (1968), José Honório Rodrigues (1979), Maria Beatriz Nizza da Silva (1981), Leopoldo Jobim (1983) e Carlos Guilherme Mota (2008). Bem como aqueles que realizaram notas e comentários nas edições do manuscrito, como Braz do Amaral (1921), Edison Carneiro (1969) e Emanuel Araújo (1987), que realizou reproduções de algumas cartas.

Esse estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado “Diálogo: história e literatura”, é apresentada uma abordagem sobre a interação de elementos ficcionais nas primeiras produções escritas no Brasil que formaram a História da Literatura Brasileira nos fins do século XVIII, incluindo reflexões sobre as fronteiras entre a história e a literatura. Este capítulo é composto por três subcapítulos: “Ficcionalidade das narrativas na formação da Literatura Brasileira”, que foca a influência da formação e da evolução do pensamento histórico e literário no Brasil, principalmente de gêneros ensaísticos; já o outro subcapítulo, “Um resgate das razões e sensibilidades do Reformismo Ilustrado” apresenta abordagens

relacionadas ao reflexo das revoluções e dos ideais afrancesados na Metrópole, período no qual foram cultivados pensamentos ajustados e desajustados ao sistema, sendo Vilhena um pensador intermediário, bem como destaca o papel das memórias nesse momento. E o último, “O gênero Ensaístico”, detalha o caráter híbrido do gênero ensaístico no Brasil em destaque ao século XVIII.

No segundo capítulo, intitulado “*Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*” analisa-se a obra em termos de estrutura e estilo da escrita autoral, por influência da cultura greco-romana, das referências ideológicas e das ideias iluministas. Sabendo que se trata da cópia de um manuscrito de 1802 que foi descoberta na Biblioteca Nacional e passou a servir como fonte de estudo e análise política e social por Braz do Amaral e outros estudiosos. Esse capítulo é composto por três subcapítulos: “Luís dos Santos Vilhena”, trata da sua biografia e estilo de escrita sob a influência do movimento Arcade; o outro “Apresentação do Manuscrito”, que analisa a realidade material (acessório) e a realidade íntima (essencial) do manuscrito pela edição fidedigna de Braz do Amaral; e “Crítica das Edições”, que destaca a credibilidade da edição de Braz do Amaral (1921) que servirá de objeto de estudo desse trabalho, e acrescenta as atualizações realizadas na segunda edição de Edison Carneiro (1969).

O terceiro capítulo, “Estilo Clássico em Vilhena”, retoma a análise do elemento ficcional nas cartas como tendência literária do Arcadismo no Brasil, para, conseqüentemente, verificar a presença da alegoria como recurso de estilo, mas, principalmente, como essência de representação das ações e das (in) sensibilidades morais dos homens. Esse capítulo é composto por três subcapítulos: “Literatura como fonte: uma metáfora da escrita”, que trata das questões teóricas a respeito da linguagem e da leitura alegórica. O segundo, “Testemunho: figuras alusivas”, que traz a evocação de reis, poetas e filósofos que dialogam com o compromisso de Vilhena em revelar a verdade sem ornatos. E “As alegorias na História da Ilustração”, por sua vez, busca enfatizar, através das alegorias, questionamentos comportamentais de pessoas ilustres e comuns da época, bem como acontecimentos cruciais à realização de uma política (in) eficiente.

Desta maneira, espera-se que essa pesquisa possa provocar o interesse de estudiosos a respeito do gênero ensaístico, dando distintos enfoques a outras obras de Língua Portuguesa em que temos o estímulo a imaginação como expressão que ensaia vidas. E ainda, deseja-se poder reforçar o estudo da literatura que inclua a abordagem à História e à Cultura no Brasil. Nesse sentido, torna-se considerável que essas pesquisas proporcionem uma mudança no

inconsciente coletivo e individual de seus leitores a respeito da relação literatura e realidade, que reflete sentimentos, ansiedades e vivências.

Nesse espaço fronteiro entre história e literatura, verificaremos, no período de formação da Literatura Brasileira, como a ficcionalidade influenciou as primeiras manifestações escritas, resgatando as razões e as sensibilidades que marcaram pensamentos ajustados e desajustados ao sistema, em especial, ao pensamento intermediário do colono Luís dos Santos Vilhena. Além de mostrar a natureza e a importância do gênero ensaístico nesse momento.

Capítulo 1 - DIÁLOGO: HISTÓRIA E LITERATURA

Os gregos acreditavam que a memória de fatos passados contribuía no desenvolvimento futuro das ações humanas e deveria ser apresentada de maneira confiável e atrativa, como uma forma de mostrar a verdade. Verdade na qual coexistia a realidade e o imaginário engenhoso, nesse sentido, por exemplo, não seria possível entendermos as narrativas de Heródoto e Tucídides, que fizeram fecundar os questionamentos dessa relação, sem compreender o próprio Homero. Estabeleceu-se desde aí, a confluência entre história e literatura.

A concepção, movida por uma abordagem epistemológica de critérios cientificistas, de que os discursos da história e da literatura, diferente, evidentemente, mas essa constatação não se verifica apenas por um estar baseado na verdade e outro na ilusão. De fato, a natureza narrativa de ambos pode determinar aproximações, pois as fontes que dão crédito à confiabilidade de um enredo histórico não se encerram na factualidade do que ali está representado, mas também no modo como é narrado.

Nas nossas raízes clássicas, a consciência histórica nasce da narrativa épica de Homero, que fazia de seus personagens uma referência a nomes de príncipes e suas famílias em uma relação com acontecimentos “singulares e maravilhosos”, capazes de nos fornecer elementos factuais, embora lendários ou mitológicos, que despertaram na Antiguidade o interesse sobre suas origens. Os feitos heroicos tornavam-se exemplos, “com base nos quais compreendemos a nós mesmos e ao nosso agir, e segundo os quais podemos orientar-mos” (SNELL, 2009, p. 152). As tendências historiográficas e literárias foram florescendo nesse surgir de memórias fabulosas e históricas.

Heródoto e Tucídides deram contornos diferentes à escritura histórica pela forma de revelar e avaliar a verdade dos fatos. Os princípios de Heródoto priorizavam registros, como descrições, costumes, cultos, instituições de investigação histórica desde o conhecido ao desconhecido, em destaque ao lugar da história na civilização. Segundo Bruno Snell:

Heródoto coloca-se aqui, evidentemente, dentro de uma tradição daqueles contos que circulavam na Grécia entre a idade do *épos* e a primeira historiografia. No século VII, e sobretudo no VI, surgiram na Grécia, as primeiras personalidades que ficaram gravadas na memória de pósteros como indivíduos históricos e aos quais estão ligadas histórias de todo tipo, histórias de respostas agudas, de sábias sentenças, de sagazes iniciativas etc. Essa idade, na qual, pela primeira vez, homens reais tornaram-se, na memória dos pósteros, não mais figuras míticas mas protagonistas de anedotas, foi chamada, não sem razão, de a época da novela. Nesse período, não obstante as numerosas guerras e disputas entre cidades, não havia grandes eventos

políticos capazes de agitar toda a Grécia e, por isso, a grande política não ocupa lugar de relevo nessas novelas. Heródoto relata-nos grande quantidade delas, gosta sobretudo de inseri-las nas curvas cruciais do acontecer, e delas se serve para motivar os eventos mais importantes. Daquilo que chamaríamos política vê ele pouco mais que a oposição entre Oriente e Ocidente que fora preparada pelo *épos*. Só com Tucídides é que as coisas mudam (SNELL, 2009, p. 159 e 160).

Heródoto acreditava que a veracidade dos fatos estaria nas memórias vivas ou fontes de testemunho, sendo o passado lendário ou mítico também parte da atividade humana, portanto, passível de ser história. Seus críticos, embora tenham admirado seu estilo, questionavam a respeito da credibilidade dos seus relatos, pois seus métodos incluíam os registros das tradições, lendas e mitos.

Tucídides afirmava ser a história a compreensão do passado na perspectiva política e militar. No entanto, ainda que questionado pela falsidade dos fatos, temos, a partir dele, na história política uma forte influência na historiografia. Seu método buscava resgatar a verdadeira história. Assim, no Ocidente, as tendências epistemológicas acerca da confiabilidade da história tornam o escritor racional e cuidadoso às impressões factuais, então restava à literatura veicular-se aos critérios canônicos que a consagravam como ficção.

Desde Roma ao Ocidente há “a carência de uma reflexão comparativo-contrastiva entre a poesia e a história” (LIMA, 2006, p. 16). As narrativas obtinham contornos voltados à consciência de vida das sociedades, muito embora em uma ligação com o *épos* histórico que se aglutinava aos fatos. Essa escritura trazia a essência cultural de uma sociedade e fazia parte tanto das tradições historiográficas como literárias pelo interesse em transmitir valores verdadeiros. Esse formato de escrita é evidente em nossas histórias coloniais. Na própria perspectiva de Vilhena, escritores coloniais brasileiros relataram “o sucesso de Diogo Álvares Correia, conhecido pelo nome de Caramuru que os gentios lhe puseram, depois que as ondas o lançaram nas praias do Rio Vermelho” (VILHENA, 1921, p. 25).

Esse pequeno exemplo mostra como o próprio Vilhena flagra o hibridismo nos textos coloniais. O imaginário nas narrativas – e aqui se incluem narrativas coloniais brasileiras – fundamenta a capacidade humana de recriar o mundo expresso pelo pensamento e pela linguagem de modo plausível, compreendendo que um mesmo fato, ação ou evidência pode nos ser contado de muitas maneiras, a fim de lhe atribuir o melhor sentido. Esse sentido é construído a partir dos artifícios ficcionais daquele que conta tal fato, portanto, há *formas* de narrá-lo que dependerão dessas escolhas, nas quais o alcance ficcional e métodos se dão de acordo com a exigência do acontecido ou da ênfase ao narrado.

Segundo o que esclarece Luiz Costa Lima (2006, p. 105) a respeito da escrita:

Reflito sobre a história como disciplina, na busca de compreender melhor sua qualidade de discurso próximo mas distinto do literário. Sua especificidade não impede que o *hístōr* apresentasse semelhanças com a formulação verbal daqueles de que, intencionalmente, ela procurava se distinguir. É o que sucede com Tucídides. No mesmo Livro em que põe em dúvida que se possa dar algum crédito a Homero (II, 10), imediatamente recorre a dados recolhidos da *Ilíada*: na frota chefiada por Agamêmnon, as naus vindas da Beócia eram "tripuladas por 120 homens cada" e as comandadas por Filoctetes traziam cinquenta (II, 10). O que é repetir as cifras oferecidas na *Ilíada*: "Em cada barco (das naus da Beócia), 120 homens de guerra"; "Filoctetes, no arco/exímio, os comandava, cinquenta reneiros/por navios [...]" (*Ilíada*, Canto II, 510 e 718).

A matéria aludida tornou-se maravilhosa diante dos relatos de honra, glória e morte de seus personagens heroicos na *Ilíada*. A guerra de Tróia serviu ao Poeta como uma causa que define o valor épico-dramático de sua obra. A Homero não interessava uma postura explicativa do que havia acontecido, diferentemente do historiador. Mas a fonte grega do conhecimento conviria a Tucídides, conforme explica Lima, para definir uma lógica comum no que diz respeito a um dado histórico: "assinalar que a frota invasora não era tão grande e a razão para seu tamanho" (LIMA, 2006, p. 105) cabia à falta de recursos para tal episódio.

Vejamos que a ficção não corresponde a uma construção textual sob quaisquer circunstâncias, a mesma é enredada em conteúdo, forma e suporte textual para, então, representar no próprio texto uma realidade que o imaginário pressupõe como referente. Já na história, como disciplina, a realidade é buscada fora dele, e compete ao escritor ser um "historiador de gabinete", mais tendencioso à pesquisa e à erudição, ou trazer a inspiração daquele que viaja na própria arte de revelar as evidências, sem, contudo, negar a realidade histórica de um fato, causando um efeito de verossimilhança com pretensão à verdade. Conforme fizeram Heródoto e Tucídides.

Essa "mútua necessidade das escritas da história e dos gêneros literários: a seu modo, cada uma delas contém um dispositivo que as capacita a lidar com a realidade" (LIMA, 2006, p. 40). A forma como a realidade era apresentada nas divulgações dos relatos de viagens e experiências básicas somam-se tão importantes quanto a própria história fidedigna. Obras destinadas a fins artísticos, como a poesia, poderiam conter testemunhos que abarcassem manifestações pessoais e documentais. De outro lado, relatos históricos ao agregarem um teor estético com propósito apreciativo estariam atingindo uma nova sensibilidade literária, tal como verifica-se em cartas, diários, crônicas e memórias que carregam, simultaneamente, um tom íntimo e testemunhal.

Mesmo que haja uma distinção no compromisso histórico ou literário da escrita que determine seu valor de engajamento ou de crítica e denúncia das injustiças, tanto o teor

histórico quanto o literário participam do processo de enunciação em que “somos capazes de perceber com maior nitidez as escolhas, seleções, inclusões, exclusões, hierarquizações promovidas pelo enunciador do texto” (MALERBA, 2016, p. 208). Logo, o escritor preocupado com as estratégias expressivas do seu texto, pode trazer um domínio do imaginário situado entre o lugar da idealização e da técnica da verificação, de maneira significativa para a construção social de uma realidade, expondo as razões e as sensibilidades das experiências humanas coletivas ou individuais, e em que figuram seres reais ou fantasiosos.

Por tudo isso, enquanto fenômeno da realidade, as histórias compreendem um tratamento historiográfico e literário. De modo que o estilo narrativo, por ser construído a partir de processos mentais, reconstitui uma temporalidade através da imaginação de uma experiência do vivido. Assim, não existe um esquema definitivo de narrativa que determine que não há ficção na história e não há fatos na literatura. Portanto,

Não é a lógica, mas a imaginação que gera imagens mentais mais ou menos concretizadas que constituem um pano de fundo no qual o historiador, “jogando” com informações básicas, impõe algum conteúdo, ocasionalmente modificando o terreno (um efeito de idealização), de uma forma ou de outra. A lógica é um dos instrumentos para transformar essas imagens mentais (geralmente carregadas de emoção) em um texto comunicável (DRAY Apud MALERBA, 2016, p. 68).

Em meio a considerações de oposição entre real e ficcional, que não determina por definitivo a distinção dos discursos (LIMA, 2006), os paradigmas científicos, desde o século XVIII, tratam com extrema objetividade o fazer histórico, o que por vezes deixa o autor e sua obra impossibilitados de serem analisados sob o enfoque na imaginação, que pressupõe a lógica das palavras de quem descobre e reproduz informações encontradas e inventadas sobre um acontecimento passado, em busca do *ideal de clareza* das coisas (LIMA, 2006).

Se, de um lado, o historiador segue uma racionalidade dos acontecimentos mais próxima à realidade, por outro, temos um sujeito capaz de elaborar uma narrativa persuasiva com jogo de palavras e de sentidos, que envolva seu universo intelectual, cultural, político e ético de conhecimento de mundo: “A imaginação atua na escrita da história, mas não é o lastro. Porosa, a história não há de ser menos veraz. Mas veraz, ela não pode renunciar à parcialidade. É, insistamos, de caráter deliberativo; semelhante à verdade judiciária” (LIMA, 2006, p. 68).

No campo da literatura a investigação histórica torna-se secundária. Segundo Antonio Candido:

A crítica se interessa atualmente pela carga extra-literária, ou pelo idioma, na medida em que contribuem para o seu escopo, que é o estudo da formação, desenvolvimento e atuação dos processos literários. Uma obra é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não-literários: impressões, paixões, idéias, fatos, acontecimentos, que são a matéria-prima do ato criador. A sua importância quase nunca é devida à circunstância de exprimir um aspecto da realidade, social ou individual, mas à maneira por que o faz. No limite, o elemento decisivo é o que permite compreendê-la e apreciá-la, mesmo que não soubéssemos onde, quando, por quem foi escrita. Esta autonomia depende, antes de tudo, da eloquência do sentimento, penetração analítica, força de observação, disposição das palavras, seleção e invenção das imagens; do jogo de elementos expressivos, cuja síntese constitui a fisionomia, deixando longe os pontos de partida não literários (CANDIDO, 2000, p. 33).

A imaginação é, portanto, o eixo que gera o intercambio entre a história e a literatura, aproximando-as na representação das ações humanas. A literatura, sendo fonte de si mesma, admite, muitas vezes, ao escritor se valer desse caráter para integrá-la à narrativa, sem invalidar as marcas e os registros de historicidade, e utilizando-se de sua escrita metafórica que permitirá, tal como observou Candido, ir além de conceitos e valores.

É o que ocorre nos textos ensaísticos, cujas formas podem se estabelecer em uma compacta realidade objetiva, impessoal e informativa, mas ao juntar-se à forma de literatura criadora podem adquirir maior liberdade de estilo, de conteúdo, de exposição, revertendo para uma desenvoltura informal e livre para interpretar as coisas. Como diz Luís dos Santos Vilhena, na introdução de suas cartas, relatar as notícias da Cidade da Bahia e expô-las nesse estilo, “debaixo de nomes alusivos, por ser onde eles escassamente podem chegar” (1921, p.5), lhe proporcionou satisfação de espírito e desafeição ao ócio.

A fonte literária, incluindo a de que serviu Vilhena para a elaboração de sua obra, ousa dizer mais das realidades desejadas, vividas ou possíveis de serem vivenciadas, pois a ficção cria sentidos e efeitos de verossimilhança capazes de realizar uma radiografia da sociedade e das motivações individuais e coletivas. Para Antonio Candido:

Entende-se agora por que, embora concentrando o trabalho na leitura do texto e utilizando tudo mais como auxílio de interpretação, não penso que esta se limite a indicar a ordenação das partes, o ritmo da composição, as constantes do estilo, as imagens, fontes, influências. Consiste nisso e mais em analisar a visão que a obra exprime do homem, a posição em face dos temas, através dos quais se manifestam o espírito ou a sociedade. Um poema revela sentimentos, idéias, experiências; um romance revela isto mesmo, com mais amplitude e menos concentração. Um e outro valem, todavia, não por copiar a vida, como pensaria, no limite, um crítico não-literário; nem por criar uma expressão sem conteúdo, como pensaria também no limite, um formalista radical. Valem porque *inventam* uma vida nova, segundo a organização formal, tanto quanto possível nova, que a imaginação imprime ao seu objeto (CANDIDO, 2000, p. 34).

Nesta medida, as formas e os elementos literários servem à escrita histórica como fontes, pois permitem compreender o que motiva os homens a pensar, a desejar, a agir, a realizar e a sentir coisas, representando a si próprios e ao mundo. É o que torna as narrativas um processo de escrita que intercepta os mundos do real e do imaginário, principalmente no período do Descobrimento, cujos conteúdos básicos floresceram em memórias, muitos em forma de epístolas ou de crônicas, como nas XXIV cartas do mestre-régio de grego Luís dos Santos Vilhena.

Nesse diálogo entre o fazer histórico e a matéria literária, faremos uma explanação a respeito de como a poesia e a história inundaram as produções da História da Literatura Brasileira, desde o século XV às primeiras décadas do século XIX. Com ênfase no hibridismo do gênero ensaístico, no qual temos a aproximação dialógica entre realidade e ficção, bem como sua escrita permite alcançar uma literariedade através de recursos metafóricos e metonímicos.

1.1 Ficcionalidade das narrativas na formação da Literatura Brasileira

O período de formação da história da literatura brasileira atravessou fases de pensamento de importação que favoreceram produções textuais variadas. Intelectuais das letras, das ciências e outras áreas trouxeram valores, formas de expressão e modelos culturais do Ocidente em um processo íntimo de testemunhar e descrever a visão de um Novo Mundo, tornando suas manifestações parte de um conjunto de novas formas de ver o processo de colonização que incluíam a literatura, a história e as ciências.

“Desde os dois primeiros séculos da colônia, portugueses e brasileiros foram tomados da paixão de escrever os sucessos das terras de Santa Cruz” (ROMERO, 2001, p. 377). Colonos cultos adentraram no país descoberto, juntamente com padres, empregados, capitães, governadores, soldados, e impuseram as condições de dominação cultural e ideológica do curso de nossa história: “o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (CORTESÃO, 2006, p. 118).

Nesse trecho da Carta de Caminha ao Rei D. Manuel é perceptível a desqualificação dos nativos subjugados que, mais tarde, haviam de habituar-se com a introdução de negros africanos. A partir dessa situação de contato de formas de língua, sociedade e cultura

primitivas e avançadas, a literatura “precisou assumir novos matizes para descrever e transfigurar a nova realidade” (CANDIDO, 2007, p. 13).

Em uma relação dialógica com a Colônia, os navegadores portugueses, como também estrangeiros, trouxeram a arte de escrever em uma linguagem culta e elevada. Seus escritos contam histórias da formação de reinos ou nações e nacionalidades independentes, cujas fontes ou elementos literários coexistem ao crédito histórico, sejam aludidos de culturas antigas ou criados como tradição local.

Nas gestas de D. Afonso Henriques (1344), do Conde D. Pedro Afonso de Barcelos, o herói central é um exemplo da origem do reino de Portugal, que envolve suas lutas pela retomada de Santarém e os conflitos perante o poder Clerical e outros reinos europeus. Os episódios mostram um realismo testemunhal, ao mesmo tempo em que apresentam um ciclo de lendas. Segundo Saraiva e Lopes:

De qualquer modo, a perdida gesta de Afonso Henriques, cuja existência não pode já deixar de ter-se como provável, é um documento literário ligado às origens do reino de Portugal. Revela o surto de um sentimento nacional a definir-se e poder considerar-se como uma gesta de independência. Porventura encontramos aqui a primeira expressão de um sentimento épico ligado ao «amor da terra» e à consciência de uma actividade nacional que inspirará essa grande epopéia que são as crônicas de Fernão Lopes. Por outro lado, o sentimento anticlerical que anima esta gente tanto pode ser nobre como popular e traduz em todo o caso a posição da coroa portuguesa perante Roma (SARAIVA e LOPES, 2010, p.85).

Na Idade Média se formavam narrativas populares, cantigas, ficção cavaleiresca, prosa doutrinal, poesia palaciana, relatos e crônicas a respeito de personagens e fatos reais. Conforme a tradição Ocidental, os feitos de Reis, como heróis centrais dos seus reinos, eram ressaltados por um valor épico que exaltava eventos trágicos ou dramáticos desses feitos. Por isso, sempre ligados com a intenção histórica havia uma fronteira com o ficcional. Assim, a literatura portuguesa se desenvolvia em direção à integração nacional, centrada na prosa humanística, na poesia, no teatro e no estilo historiográfico, favorecendo uma época de transição.

O Humanismo preparava o terreno para a inserção das manifestações literárias e históricas que estavam por vir com o Renascimento. Saraiva e Lopes (2010) esclarece que há um início de uma Historiografia nacional e literária com Fernão Lopes e a prosa de D. Duarte, as quais se formavam em correntes de pensamento apreendidas de gregos e latinos, incluindo a concepção histórica e as teorias políticas. Nesse sentido temos: as farsas e comédias populares de Gil Vicente ao estilo literário medieval dos antigos; Sá de Miranda a primeira obra clássica da comédia em prosa *Os estrangeiros* (1527); as sátiras de D. Francisco Manuel

de Melo; o caráter cronístico ultramar de Fernão Mendes Pinto; o historicismo de João de Barros e o clímax do lirismo em Camões, que ilustram a assimilação do movimento clássico europeu à Literatura Portuguesa e o retorno dessas tendências nos textos que exprimem as experiências no Brasil. Então:

É preciso, por isso, considerar como produções da literatura do Brasil tanto as obras feitas pela transposição pura e simples dos modelos ocidentais, quanto as que se diferiam deles no temário, na tonalidade espiritual, nas modificações do instrumento expressivo. Ambas as tendências exprimem o processo formativo de uma literatura derivada, que acabou por criar o seu timbre próprio, à medida que a Colônia se transformava em Nação e estava desenvolvendo cada vez mais a sua personalidade (CANDIDO, 2007, p. 15).

No Brasil, a forma como se deu o lento processo colonial configurou as primeiras produções e deram às mesmas um caráter híbrido (BOSI, 2002), no qual a expressão histórica e literária tendiam a se ajustar para a formação de uma literatura propriamente dita. No rastro dessa formação, em um primeiro momento, se manifestavam historicamente à ocupação e à exploração; em segundo, as crises e os desequilíbrios de uma Metrópole que perdeu sua independência política para o Império Espanhol, mas condicionou a imposição, refletindo uma visão colonial desarticulada, fora da maturação das outras literaturas ocidentais. Ocorreu também a aculturação do português ao novo ambiente e ao nativo, e aos africanos. Diante dessa situação emergente de frágil estabilidade, Portugal

passou para a categoria de nação periférica no contexto europeu; e a sua literatura, depois do clímax da épica quinhentista, entrou a girar em torno de outras culturas: a Espanha do Barroco, a Itália da Arcádia, a França do Iluminismo. A situação afetou em cheio as incipientes letras coloniais que, já no limiar do século XVII, refletiriam correntes de gosto recebidas “de segunda mão”. O Brasil reduzia-se à condição de subcolônia... (BOSI, 2002, p. 12).

Esse movimento põe em destaque a tardia compreensão intelectual da época proporcionada pela difusão de ideias e notícias, que buscavam acompanhar as novas aspirações culturais, as inquietações dos homens sobre os valores morais e a política de caráter conquistador e imperialista do europeu. Os homens que aqui chegaram observaram e viveram outra realidade, fizeram fecundar inúmeras formas artísticas que, inicialmente, não se pautariam em distinções sobre o lugar da historiografia literária ou da política. O fenômeno literário embutido na produção dos escritos desse período integrava os estilos artísticos e inspiraria, mais adiante, o processo evolutivo de uma literatura brasileira autônoma.

No Cenário do descobrimento das Américas, temos um “tratamento independente no mundo da língua portuguesa. Era na história da literatura, único ramo de historiografia

intelectual”, que nos fins do século XVIII ainda assumia os diversos tipos narrativos como um realce de sua formação no Brasil. Segundo esta historiografia literária nessas narrativas “se buscava e se encontrava a análise e a crítica da evolução do pensamento e da forma do escrito histórico” (RODRIGUES, 1979, p. XV). No estilo do século XVII:

O movimento da inteligência é mais animado do que na época anterior; a ação das letras é já um pouco variada. Não se apreciam somente uns dois tipos isolados: Anchieta e Bento Teixeira. Novos atletas aparecem e a órbita se alarga: vêem-se poetas, oradores e cronistas (ROMERO, 2001, p. 175).

José Honório Rodrigues (1979) afirma que os cronistas historiadores utilizavam critérios literários, estilísticos e estéticos para produzir os primeiros documentos e textos no Brasil, os quais avalia com um caráter pré-historiográficos. Já críticos como Antônio Candido e Afrânio Coutinho, em suas obras *Iniciação à Literatura Brasileira* (2007) e *Conceito de Literatura Brasileira* (2008), respectivamente, os consideram como Literatura de Informação. Sendo que, na formação de pensamento da literatura no Brasil colônia, este, ao contrário daquele, torna-se combatente de uma historiografia literária lusa que colocava a literatura produzida aqui como um ramo dessa produção.

Afrânio Coutinho (2008) ainda relata que há um problema em considerar a história da literatura brasileira uma dependência da historiografia geral, política, social e econômica, pois essa visão parte da hipótese de a literatura ser uma apropriação do método histórico, reduzindo-se a literatura, na sua fase inicial, a um “epifenômeno”. Porém, seria impossível haver literatura sem história e sem poesia, também sem ideal e sem tradições não haveria a formação de um povo em busca da nacionalidade. Sendo assim, destituir o valor de uma obra, voltando-se a considerações formais seria condená-la ao preconceito nos critérios que distinguem história e literatura.

História e literatura simbolizaram, a cada adequação estética, a continuidade histórica rumo ao amadurecimento literário próprio do Brasil. Já Cândido considera as produções como manifestações que são “em grande parte a história de uma imposição cultural que foi aos poucos gerando expressão literária diferente, embora em correlação estreita com os centros civilizadores da Europa” (2007, p. 12 e 13). Ainda para ele:

Durante cerca de um século depois da atividade de Anchieta, quase não houve no Brasil a produção de escritos onde predominasse a imaginação poética e ficcional, executando-se coisas tão insignificantes quanto o primeiro poema épico escrito em português, a *Prosopopéia* (1601), de Bento Teixeira (155?-1600), que só tem o mérito da precedência. O que houve foi uma produção de crônicas e relatos no sentido já exposto, segundo quatro grandes linhas: informação sobre a natureza e os índios; narrativa dos acontecimentos; edificação religiosa e catequese; defesa da Colônia contra

invasores estrangeiros, sobretudo franceses e holandeses. As quatro podem misturar-se na mesma obra, é claro, mas sempre há alguma predominância (CANDIDO, 2007, p. 22).

Em seguida Candido discrimina cada uma dessas grandes linhas:

Na primeira linha se enquadram, por exemplo, o *Tratado Descritivo do Brasil* em 1587, de Gabriel Soares de Sousa, plantador de cana na Bahia, homem culto e perspicaz; e os *Diálogos das grandezas do Brasil* (compostos pela altura de 1618), de outro plantador de cana, Ambrósio Fernandes Brandão. À segunda linha pertence a *História do Brasil*, terminada em 1627, do franciscano frei Vicente do Salvador (1567 – 1637), cronista objetivo e simples. Da terceira linha podemos citar a *Vida do venerável padre José de Anchieta* (1672), do jesuíta Simão de Vasconcelos (1596 – 1671), que é também autor de uma crônica sobre a ação da sua Ordem no Brasil. A quarta linha tem como precursor o poema de Anchieta sobre os feitos de Mem de Sá, e nela se enquadram *O valeroso Lucideno* (1648), de frei Manuel Calado (1584 – 1654), e *A nova Lusitânia* (1675), de Francisco d Brito Freire (? – 1692), obras que podem ter contribuído para desenvolver um esboço de sentimento localista entre os colonos, baseado no orgulho pelas proezas militares (CANDIDO, 2007, p. 22 e 23).

Conforme o estudo de Rodrigues (1979), a pré-historiografia colonial é vasta de autores que escreveram as narrativas de viagem. Dentre esses nomes, estão aqueles que foram citados acima por Candido. E outros apreciados como cronistas gerais da Colônia: as epístolas de Pero de Magalhães Gândavo, as histórias epocais de Diogo Gomes Carneiro, o tratado de Gabriel Soares de Sousa, o estilo retórico de Inácio Barbosa Machado, a história do Brasil de Manuel de Moraes. E acrescenta, no século XVIII, Rocha Pita e Luís dos Santos Vihena, que desenvolveram uma História Geral do Brasil por Capitânias, além de Alexandre de Gusmão, Frei Vicente de Salvador, e ainda Antônio Vieira, que Coutinho (2008) afirma ser integrante da literatura brasileira pela riqueza das contradições em suas várias obras e, que, junto a Gregório de Matos e Anchieta, forma as bases do estilo Barroco.

Vejamos que o juízo de valor diante das considerações em que se inicia a literatura brasileira é bem divergente. Para Candido, o Barroco “serviu de compensação para o atraso e o primitivismo reinantes” (2007, p. 23), tendo como período inicial desde Anchieta, século XVI, às Academias do século XVIII. Ainda assim, Candido ressalta que Sebastião da Rocha Pita é um:

escritor fecundo como poeta, cronista, orador, que de certo modo coroa a primeira era da nossa literatura com a sua *História da América Portuguesa* (1730). Este livro é marcado pelo ânimo hiperbólico e transfigurador com que a natureza e os fatos eram vistos, num exemplo eloquente da função que o Barroco exerceu como apoio para a ideologia do nativismo, isto é, a formação do sentimento de apreço pelo país e a tendência para compensar as suas lacunas por meio da deformação redentora (CANDIDO, 2007, p. 29 e 30).

Marcadas por correntes de gosto e de pensamento, no conjunto tudo se referia a manifestações literárias desde o *Tratado descritivo do Brasil* (1587) a Antônio Vieira e Gregório de Matos, cuja linguagem serviria para transfigurar uma realidade e acrescentar à mesma um valor simbólico que a diferenciava das simples narrativas. Os mais diversos textos ensaísticos produzidos, mesmo embrionários, já faziam parte da História da Literatura Brasileira. A partir deles, podemos perceber as indicações de temas e de estilos “em graus variáveis de isolamento e articulação” (CANDIDO, 2000, p. 24).

Em destaque ao gosto pela Crônica histórica e informativa, esta se tornava um gênero crescente com Frei Vicente do Salvador e, através de balanços informativos realizados pelos historiadores da época, há a contribuição do tema da condição colonial nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, do cristão-novo português Ambrósio Fernandes Brandão e da obra do jesuíta italiano Antonil, *Cultura e Opulência no Brasil*. Apesar de assumirem um caráter informativo, referencial, didático ou moralista esses textos assumem características literárias na exposição de seus conteúdos que não se esgotam na objetividade dos fatos, como é o caso das cartas do Colono Ilustrado Luís dos Santos Vilhena, contidas em *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* (1802) e editadas por Braz do Amaral em 1921. Cartas, crônicas, relatos e descrições são gêneros que abraçaram a fase da expansão portuguesa, que, mais tarde, tenderá a acrescentar as discussões acerca das tensões entre a objetividade e a subjetividade, tendendo também a ser visto como um trabalho literário.

A expansão dos escritos torna outras correntes evidentes. A exaltação da terra e o nativismo tomam estilos documentais, épicos e mitológicos. Mas, o primeiro estilo que inicia a formação de uma literatura nacional é o Barroco. O poder criador da imaginação e o exagero do Barroco, refletido em figuras de linguagem, pode não ter trazido uma plena atividade literária autônoma, mas, por meio dessa estética, tomamos sentimento pela terra, e depois a consciência de nossa vivência nessa terra, deixando como produto desse pensamento o espírito brasileiro. Dessa maneira, posteriormente, essa tendência trará uma consciência nacional.

Os gêneros barrocos eram expressos em prosa e poesia com propósito literário e religioso, mas também eram cultivados nas academias de estudos históricos, na arquitetura, na escultura, nas artes plásticas e na música, enquanto se desenvolviam o centro baiano, a exploração mineira e outros núcleos citadinos.

Com as periódicas articulações de grupos de intelectuais da Colônia, principalmente das Letras, e a crescente repulsa aos verbalismos do Barroco, surge a Arcádia “a integrar todo

um estilo de pensamento voltado para o *racional*, o *claro*, o *regular*, o *verossímil*; e o que antes fora modo privado de sentir assume foros de teoria poética” (BOSI, 2002, p. 55). Em ênfase ao que diz Afrânio Coutinho (2008), deixando claro que sua crítica delimita a Era Clássica a abordagens de textos ficcionais que não eram tão intensas quanto as tendências ensaísticas, o Barroco e o Arcadismo

mostram a intercorrência de estilos artísticos, o barroco, o neoclássico e o arcádico, formas de fisionomia estética bem caracterizada por sinais e princípios dominantes, que constituíram manchas espaciais e temporais, entrosando-se, misturando-se e interpretando-se, às vezes somando-se, nem sempre sucedendo-se e delimitando-se segundo cronologia exata. O barroquismo nasce com as primeiras vozes jesuíticas; penetra os séculos XVII e XVIII, manifestando-se pela poesia e prosa ufanista, pela poesia crioula de Gregório de Matos, pela parenética de Vieira e seus descendentes, pela prosa e poesia das academias, e atinge mesmo no início do século XIX, sob um mimetismo de decadência. Enquanto isso, no século XVIII, Neoclassicismo e Arcadismo dividem-se suas manifestações, que se mesclam, ao longo desse século, com os elementos do barroquismo. O século XVIII, sobretudo, reflete essa confusão, entrecruzamento e interação de estilos (2008, p. 34).

Esse cenário reflete o cume intelectual sob a influência das teorias francesas e italianas, e trouxe à tona sentimentos reformadores e revolucionários, clareza de ideias e imitação dos escritos gregos e romanos. Por isso, o Arcadismo também pode ser visto como bagagem ideológica e de poder da Ilustração, que Candido define da seguinte forma:

Por Ilustração, entende-se o conjunto de tendências ideológicas próprias do século XVIII, de fonte inglesa e francesa na maior parte: exaltação da natureza, divulgação apaixonada do saber, crença na melhoria da sociedade por seu intermédio, confiança na ação governamental para promover a civilização e o bem-estar coletivo. Sob o aspecto filosófico, fundem-se nela racionalismo e empirismo; nas letras, pendor didático e ético, visando empenhá-las na propagação das Luzes (CANDIDO, 2000, p. 41).

Nas *Notícias* do mestre-régio, Vilhena, temos todos esses aspectos muito bem exaltados, cuja linguagem traduz um produto Arcádico assinado com o nome fantasia *Amador Verissimo de Aletheia* e endereçado a *Filopono* e a *Patrífilo*, e não obstante tenha sido mais valorizado pelo traço histórico documental de “melhor testemunho” (BOSI, 2002) da situação na Bahia e suas capitâncias. Também descreve os ambientes brasílicos e revela o interesse pelos problemas sociais e o desequilíbrio moral de pessoas ilustres e comuns sob a figura da *alusão* dos antigos gregos e romanos, poetas e filósofos, bem como as tendências de inspiração clássica.

O ilustrado faz um apelo à valorização da natureza, em termos mercantilistas, da valorização da propriedade da terra como uma forma de resolução dos problemas agrários que põem em risco o sistema colonial e o bem viver da sociedade. Assim, narra as contradições e

os excessos da má administração colonial sob a autoridade da tradição da antiguidade clássica, que traz a imaginação criadora a qual reforça a verdade ideal e a natureza racional do “viver em colônias”. Sua obra carrega as fontes documentais, mas também a utilidade da literatura como fonte para pontuar os temas filosóficos, que preocupavam a harmonia das instituições públicas e da sociedade civil, principalmente da interferência de Pombal na educação do Brasil, aspecto dedicado sob testemunho em sua VIII Carta.

As influências arcádicas, que englobam o Classicismo e a Ilustração,

se manifestaram nas concepções e no esforço reformador de certos intelectuais e administradores, enquadrados pelo despotismo relativamente esclarecido de Pombal. Seja qual for o juízo sobre este, sua ação foi decisiva e benéfica para o Brasil, favorecendo atitudes mentais evoluídas, que incrementariam o desejo de saber, a adoção de novos pontos de vista na literatura e na ciência, certa reação contra a tirania intelectual do clero e, finalmente, o nativismo (CANDIDO, 2000, p. 63).

Nessa medida, se a poesia nessa fase encontrava-se em uma categoria inferior, os ensaios e o jornalismo são os eixos relevantes para o Século das Luzes e cooperaram para a consolidação da Literatura Brasileira e do espírito de nacionalidade. Para Romero, os “cronistas são os que primeiro cultivaram a prosa no Brasil. Só por este lado mereceriam um estudo especial na história literária” (2001, p. 377 e 378). Logo, as epístolas de Vilhena destinam-se a promover o deleite de uma história brasileira contada de maneira atrativa.

A análise do envolvimento entre os domínios da história e da literatura ainda incipientes na colônia proporcionou a impregnação de estilos artísticos que promoveram, na época de Pombal, pensamentos ajustados e desajustados ao sistema colonial que já prenunciavam uma crise, como Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, estes três últimos poetas participaram de projetos de separação política que culminaram na Inconfidência Mineira (1789).

os Inconfidentes eram “revolucionários”, ou do ponto de vista colonial “sediciosos”. Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, falava em “interesses da Capitania”, lesados pela administração lusa; para Alvarenga Peixoto, senhor de lavras no sul de Minas, os europeus estava, “chupando toda a substância da Colônia”; as “pessoas grandes” ou “alentadas” viam com apreensão a derrama, sentindo-se como o Coronel José Ayres, “poderoso com o senhorio que tem em mais de quarenta e tantas sesmarias,... acérrimo inimigo dos filhos de Portugal”. Em Tomás Antônio Gonzaga, colhe-se boa messe de profissões de fê proprietista, como o famoso “é bom ser dono” da *Lira I...*; do próprio Tiradentes sabe-se que não pretendia abolir a escravidão caso vingasse o levante, opinião partilhada pelos outros inconfidentes, salvo o mais radical dentre todos, o Padre Carlos Correia de Toledo e Melo (BOSI, 2002, p. 60).

A capacidade de alinhar história e estética, forma e conteúdo, gosto e erudição, objetividade e apreciação que as obras adquiriram, nos registros e nas descrições dos eventos no Brasil, ditou as buscas de uma integração cultural e gerou períodos de definições críticas bastante discutíveis, assim “foram implantados a ode e o soneto, o tratado moral e a epístola erudita, o sermão e a crônica dos fatos” (CANDIDO, 2007, p. 13). No contexto geral das narrativas, que por vezes se fundiam ao caráter histórico um estilo literário, cabe compreender a evidência das produções na construção de nossa história cultural e política, tendo brotado a multiplicidade dos gêneros literários e o desejo de uma autonomia nacional.

Com a delimitação da formação da Literatura Brasileira e as correntes de gosto e de pensamento, Barroco, Arcadismo e Ilustração, podemos entender o quadro histórico, político e social, o qual vivia Portugal e que incidiram diretamente nas manifestações literárias no Brasil Colônia, desde a Revolução Industrial aos ideais afrancesados já nos fins do século XVIII.

1.2 Um resgate das razões e sensibilidades do Reformismo Ilustrado

A reforma do pensamento europeu no século XVIII transmitiu um esforço dos intelectuais da época em busca de soluções para os problemas da terra e da sociedade. A história das monarquias europeias passou por um diagnóstico das burguesias comercial e industrial que analisaram a política abusiva das classes do clero e da nobreza. Nesse contexto, se inicia as revoluções nos países europeus com reflexo em suas colônias imbuídas de ideias iluministas. Segundo Carlos Guilherme Mota (2008), esse período propiciou pensamentos revolucionários ou desajustados, reformadores ou intermediários e liberais rumo à integração nacionalista.

O Estado Nacional Português se formou em um contexto conturbado. As dinastias lutaram pelo desligamento do reino de Castela, e internamente, pela reconquista Cristã diante da ocupação dos árabes mulçumanos. Sendo assim, as sociedades agrárias ficaram abaladas por reinados que só promoveram a manutenção do território. Logo, em meio ao frágil equilíbrio, a economia local voltou-se somente à autossuficiência.

No caso particular de Portugal, a ascensão, já ao tempo do mestre de Avis, do povo dos meteres e dos mercadores citadinos pôde encontrar menores barreiras do que nas partes do mundo cristão onde o feudalismo imperava sem grande estorvo. Por isso, porque não teve excessivas dificuldades a vencer, por lhe faltar apoio econômico onde se assentasse de modo exclusivo, a burguesia mercantil não precisou adotar um modo de agir e de pensar absolutamente novo, ou instituir uma nova escala de valores, sobre os quais

firmasse permanentemente seu predomínio. Procurou, antes de associar-se às antigas classes dirigentes, assimilar muitos dos seus princípios, guiar-se pela tradição, mais do que pela razão fria e calculista. Os elementos aristocráticos não foram completamente alijados e as formas de vida herdadas da Idade média conservaram, em parte, seu prestígio antigo (HOLANDA, 2010, p. 36).

Com o surgimento de vilas e cidades, os burgueses passaram ao comércio urbano e se enriqueceram nas novas atividades econômicas, aumentando a articulação entre agricultura e comércio. Mais tarde, essa classe de banqueiros, comerciantes, negociantes de dinheiro financiaram as navegações com o objetivo de estabelecer parcerias comerciais.

O restante da Europa já tinha uma autonomia ultramar e uma estrutura econômica sólida. Ao contrário de Portugal que não conseguiu acompanhar os novos contornos econômicos dos demais países europeus por falta de recursos próprios e via na expansão marítima a única possibilidade de crescimento. Então, vestia-se de uma ilusão de riqueza ainda presa a uma mentalidade medieval.

A atividade mercantil tornou-se produto irremediável do acúmulo de capitais. Os descobrimentos desenfreados visaram a exploração e aguçaram a competição pelo poder econômico. Por outro lado, forneceram as possibilidades do surgimento de invenções e melhoramentos tecnológicos que ambientalizaram o desenvolvimento de uma Revolução comercial.

Nas terras brasileiras, Portugal sentiu a necessidade de povoar pelo processo de Capitanias Hereditárias, pois utilizava recursos privados, cujos donatários da nobreza militar tinham a obrigação de produzir riquezas e atrair migrantes. Essa situação de préstimos mútuos é bem descrita e criticada por Vilhena:

Dos cavalheiros assim premiados, foi um Francisco Pereira Coutinho, que tendo vindo da Índia rico de merecimentos e cabedais no ano de 1525, o Sr. Rey D. João III premiou, fazendo-o Senhor Donatário do terreno que corre pela Costa da Barra do Rio S. Francisco até a ponta do Padrão hoje de Santo Antônio da Barra da Bahia, o qual logo que lhe foi conferida aquela mercê da Capitania, aprestou uma frota, em que, acompanhado de muita gente para habitar e defender, tanto nobre, como plebeia, a conquistou, sujeitando os gentios de Nação Tupinambás que então a possuíam. E tendo-a gozado por alguns anos com prosperidade, percebia já considerável lucro de alguns Engenhos de açúcar que se haviam levantado, bem como de outros mais gêneros de agricultura (VILHENA, 1921, p. 28 e 29).

No entanto, essa decisão administrativa na colônia se caracterizou por uma gestão descentralizada. Como consequência, temos as desigualdades no desenvolvimento econômico do território e, em seguida, tornam-se crescentes as desigualdades sociais.

um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que

se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 24).

As atividades que se iniciaram no período colonial deveriam ter grande valor de mercado. Primeiramente como especiaria, a cana de açúcar pouco a pouco foi se tornando produto de muito valor para o europeu, beneficiando acordos comerciais. Porém, o excesso de exploração e a infiltração de estrangeiros na economia da Metrópole baratearam os produtos. Da mesma maneira, ocorreu com a atividade mineradora, que Vilhena noticia em sua XVIII carta, na qual recorre à fonte literária do escritor Diogo Garsson Tinoco, cujo poema serviu para aludir ao bandeirante Fernão Dias Paes Leme, que realizou expedições no território de Minas Gerais com o objetivo de descobrir Esmeraldas.

O certo é, meu Filopono, que estas notícias de Minas Gerais não são muito vulgares, nem as que aparecerem têm os fundamentos das que agora te envio. Assim como por adendo a elas te remeto a breve notícia do descobrimento das Esmeraldas, havida de um Poema Manuscrito de Diogo Garsson Tinoco, feito no ano de 1689, em que mostra o quanto Fernão Dias Paes trabalhou nesta empresa (VILHENA, 1921, p. 675).

Entre os séculos XVI a XVIII, o auge das explorações continha uma massa de trabalhadores subordinados, estes representaram o lucro desse sistema produtivo.

As áreas coloniais, por sua vez, se constituem em uma das peças fundamentais do Antigo Regime em Portugal. A economia portuguesa era nutrida pelos produtos de suas colônias – especialmente do Brasil – e sua posição no intrincado jogo do equilíbrio europeu era garantida por uma retaguarda colonial. Na medida em que se processa a infiltração de outras potências européias – notadamente da Inglaterra, como foi indicado –, e na medida em que não se observa o acompanhamento português às grandes transformações econômicas das potências do noroeste europeu, ocorre a crise do Antigo Regime português (MOTA, 2008, p. 62).

Desse modo, os impostos geraram os recursos necessários para manter Colônia e Metrópole, mas também a influência da Internacionalização do Brasil a partir de outras potências, fragilizando o sistema pouco a pouco. Segundo Caio Prado Júnior, nas colônias da Inglaterra havia a demanda de mão de obra branca, diferente da disposição populacional da Península:

Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levava desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de

negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 30).

Por isso, a visão de lucro se direcionou na Colônia. Dessa maneira, as lavouras de cana de açúcar, o refinamento e o transporte para comercialização, além do trabalho nas minas, necessitaram de mão de obra lucrativa e suficiente para comportar um trabalho pesado e exaustivo. O trabalho braçal indígena não comportou tais condições pela própria estrutura tribal em que viviam os nativos. Os Portugueses não pretendiam tê-los como inimigos em suas próprias terras, mas como aliados e inseridos nas relações comerciais. Assim, precisaram aculturar os índios, oferecendo-lhes outros valores culturais que beneficiaram o conjunto dessas relações, sob a tutela da Igreja.

Vilhena na III carta destaca o valor da catequização dos nativos, ditos como não civilizados, e acrescenta, com a sensatez de um intelectual, que o verdadeiro sentido desse processo era a desmedida e cruel imposição. E para narrar metaforicamente esse problema social, julga ser mais mérito do diabo levar consigo os cristãos do que os gentios, bem como faz referência aos negros, ambos sem liberdade não somente no sentido amplo da palavra, mas também, contextualmente, sem liberdade de crença:

Não faltará quem nos diga que por zelo da Santa Religião é que vamos arrancar do gentilíssimo aquela multidão de gente que introduzimos no grêmio da Igreja; e assim despojamos o Diabo da posse em que estava deles. Eu, porém, digo que mais triunfante fica o diabo, levando mãos cristãs, do que levando bons gentios e muito mais sendo aquela conversão toda constrangida, involuntária toda, produção só do medo e filha só da condescendência.

Todos os dias m'o está mostrando a experiência que daqueles corações se não arrancam os costumes e cerimônias que aquela gente bebeu no leite e que viram exercitar seus Pais, Parentes e todos os seus naturais. Ela nos mostra, frequentemente, que entre mil negros, haverá um que voluntário exercite os verdadeiros atos de cristão, quando involuntário, por hábito antigo e radicado na sua alma deixa bem ver a sua crença gentílica. Ora quem não vê, meu Filopono, que isto são cristãos só no nome e que julgam bastante caro o caráter porque os despojam do único bem que possuíam, qual era a liberdade. (VILHENA, 1921, p. 137).

Conforme explica Luis Felipe de Alencastro (2000), além do escambo por mercadorias, houve três modos de apropriação de indígenas: os resgates, troca de mercadorias por índios prisioneiros de outras tribos; os cativos, guerra consentida entre etnias que aprisionaram os índios guerreiros; e os descimentos em que os índios eram aldeados nas proximidades de portos, vilas e cidades sendo assalariados sob pressões civis e religiosas. Enquanto que a escravidão de negros africanos se intensificava, principalmente nos fins do século XVII, quando se iniciou o ciclo do ouro.

O trabalho compulsório fez com que o europeu desestruturasse as bases culturais indígenas, também causou a cultura africana uma *dessocialização* e *despersonalização* ao retirar o negro de sua comunidade nativa de maneira violenta e convertê-lo em mercadoria: “Desembarcado nos portos da América portuguesa, mais uma vez submetido à venda, o africano costumava ser surrado ao chegar à fazenda” (ALENCASTRO, 2000, p. 148).

A opressão era costumeira, o Senhor os ressocializaram por meio de uma consciência religiosa e exploratória de quem dirige um grande negócio, com o pensamento de ser uma oferta de trabalho como forma de *reumanizar* o selvagem nativo e o negro animalizado. Conforme ensaia Vilhena, na III carta, todo o tratamento dos Senhores era desumano, pouco comparável ao dos animas dos Israelitas:

Não se faz certamente injúria em chamar desumano a quem pelo não sustentar lança fora de sua casa um escravo que no seu serviço cegou ou estropiou. De forma que não pôde mais servir, tendo sido mais afortunados os Bois dos Israelitas, do que os escravos de senhores tais, e se estes merecem o nome de desumanos conservando no cativeiro escravos cegos e aleijados, sem dar-lhes sustento algum, os mandam mendigar pelos fieis, para que no fim de cada semana lhe paguem quatrocentos e tantos reis [sob] pena de áspero castigo (1921, p. 135).

Nessas circunstâncias, a hierarquia social estava fadada a conceitos atribuídos pela inferioridade de raça determinados pelo absolutismo daqueles que dominaram os espaços senhoriais. Como reflexo:

[...] É curioso notar que, nas listas de população dos fins do século XVIII, os escravos são designados, quanto à cor, como *pretos* e *mulatos* e que, no início do século XIX, eles recebem as designações de *negros* e *pardos*, o que parece confirmar a observação de um viajante estrangeiro: «o nome *mulato* é até ofensivo e emprega-se por desdém ou para designar inferioridade; diz-se então é este ou aquele pardo ou parda» (SILVA, 1981, p. 66).

Nesse modelo de organização colonial e social que se formou, podemos compreender como foi construída a estrutura ideológica da sociedade brasileira, através da sujeição dos indivíduos e afastamento contínuo de sua identidade pela figura dos “civilizados” Senhores de Engenho. Convencionalmente, civilizados pelo poder de impor a ordem social, que, conforme explicita Vilhena, é o artifício por eles utilizado que põe em análise a conduta ética de personagens ilustres das capitanias.

Com a ativa subsistência da colônia e da economia europeia pelo comércio agrícola e o leve equilíbrio econômico da mineração, no século XVII, surgem outros grupos sociais: criadores de gado, aventureiros, moradores das fazendas, funcionários públicos, militares e parentes de fidalgos. Toda essa demanda ocupacional vinha acompanhada de construções,

como igrejas, escolas, pequenas serrarias para fabricação de mobílias e materiais para os engenhos e as casas.

A política da metrópole subsidiou esse corpo brasílico, o que elevou o prestígio cultural de Portugal que, por sua vez, estava à mercê das vinculações políticas das demais potências dinásticas europeias, que se tornaram o “elemento desintegrador do sistema português” (MOTA, 2008, p. 58). As disputas territoriais entre as monarquias europeias possibilitaram acordos de interesses econômicos e políticos.

Entre esses pactos citamos a reintegração de Portugal ao Império Espanhol que permitiu a abertura de novos comércios e o fim das barreiras alfandegárias, beneficiando ambos geograficamente na comercialização de mercadorias. Também, segundo José Honório Rodrigues (1979), os portugueses negociaram o tráfico do pau-brasil, tendo em vista o comércio europeu com italianos, alemães e flamengos. Assim, a Coroa podia cobrir as despesas com as navegações para as Índias.

Essa forma utilitária de Revolução comercial se tornou um dos entraves para o crescimento de Portugal e da colônia brasileira, durante o século XVIII, associada às questões de propriedade e de ordens coloniais integradas a antigos sistemas coloniais ibéricos. A aliança entre portugueses e ingleses, por exemplo, vigoraram através do contrabando nos portos portugueses e em toda a América do sul, sendo que a administração competia manter esse movimento, pois a aliança fazia parte da sobrevivência política. Ainda que, esse fato tenha sufocado a economia portuguesa e, conseqüentemente, do Brasil.

Em comparação a Portugal, a Inglaterra possuía uma economia plenamente desenvolvida no início da Revolução Industrial. O conjunto de mudanças tecnológicas causou um impacto nos processos de produção a nível econômico e social, o que afetou todo o procedimento agrícola nos países europeus e em suas colônias. Já no século XVII, a monarquia absolutista inglesa se achava desgastada, a própria burguesia mercantilista “iniciava sua escalada ao exercício do poder por via de formas representativas de governo” (ARAÚJO, 1987, p. 5 e 6), de tal modo que a economia havia tomado contornos capitalistas e seu avanço abriu caminho para a Revolução Industrial.

Enquanto isso, no Brasil as relações estratégicas de enriquecimento pelo comércio marítimo continuaram, os ingleses espremeram as vantagens geográficas luso-brasileiras por apoios materiais, o que promoveu expressões de resistências por parte de mercadores portugueses e representantes políticos (Cf. MOTA, 2008). Progressivamente, Portugal filiou-

se a mútuas contribuições políticas e de mercado com a Inglaterra, bem como com a França, que acabaram por levar a colônia a seguir o ritmo tardio da Revolução Industrial.

Esse campo minado pelo capitalismo das potências forçou a independência das colônias britânicas, e, conseqüentemente, exigiu mudanças das ideias medievais para uma conjectura mais racional e liberal. Por conseguinte, a disseminação desta ideia gerou a insatisfação da burguesia francesa perante o agravamento da crise agrária e da indústria têxtil em detrimento da continuidade dos privilégios do clero e da nobreza. Tal situação, tardiamente, respigou no Brasil, onde surgiu pequenos focos de questionamentos em relação às desigualdades sociais causadas pela exploração do trabalho e pelos poderes exercidos pela igreja e pelo absolutismo.

Assim, esclarece Vilhena (1921) que muitos jovens, para não seguirem outros fins, como o sacerdócio, contraírem matrimônio ou servirem às tropas de milícias e soldados, eram mandados para estudar na Europa. Como resultado, voltaram com outros princípios e ensinamentos, trazendo vícios e assimilação por questões políticas. Logo, determinados grupos elitizados e instruídos foram influenciados por princípios afrancesados.

Guiados pelos exemplos externos, especialmente da América Inglesa, os coloniais brasileiros são homens inquietos, que discutem agressivamente sobre a situação dos negócios públicos, da administração, e que, integrados às vezes apenas formalmente na vida social de uma monarquia absolutista colonizadora, são alcançados pelas transformações da mentalidade européia. Possuem, em alguns casos, a consciência de que «todos os homens são fiéis muitos anos ao menos nas suas ações exteriores, enquanto não chega o ponto e ocasião de deixarem de ser fiéis». É o regime absolutista que começa a entrar em crise ao nível das consciências (MOTA, 1979, p. 32).

É através dessa consciência intelectual e do afrouxamento na estrutura social que floresceu as memórias da história do Brasil, as quais remetem a evolução do pensamento de uma sociedade que analisa e critica a cultura política do lucro, e enfoca os problemas da propriedade e da sociedade. E as memórias do Colono Ilustrado Vilhena têm esse caráter que “seguramente não era ingênuo, embora tampouco fosse um ensaísta profundo” (ARAÚJO, 1987, p. 10).

Ele inicia sua escrita “no mesmo ano em que se deu a repressão à conspiração da Bahia (1798)” (ARAÚJO, 1987, p. 11). Portanto, engajado com a política da Corte e da Colônia, mas fundamentado na originalidade de uma imaginação com simplicidade clássica. E este modo pessoal de escrever os eventos do Brasil é o que nos interessa como objeto desse trabalho, em destaque ao que afirma Vilhena para seu destinatário:

pelo que, meu amigo, fica de aviso que o que te digo é verdade, sem o mínimo enfeite e se algum dia a descobrires com figura diferente, sabe que vai disfarçada, manda tirar-lhe o ornato e acharás que nada difere deste esqueleto (VILHENA, 1921, p. 165).

Então, a partir de 1770, segundo Maria Odila da Silva Dias (1968), houve na formação da estrutura social o envolvimento de estudiosos em nosso território pelas ciências naturais, física, química, agricultura, medicina, farmácia impulsionados por novos interesses, que, posteriormente, “terminam por funcionar como fator de *resistência* ao prosseguimento da colonização” (MOTA, 2008, p. 62).

Vejamos que, nessa época, a publicação de memórias patrocinada pela Coroa tinha a finalidade direcionada aos interesses materiais. Em contrapartida, o trabalho de Vilhena se originou segundo seu próprio interesse em contribuir para o desenvolvimento de uma Nação, ainda sob a administração da Metrópole, e essa condição inversa, que não partiu de um pedido da Coroa em especial, permitiu uma liberdade temática que não estava baseada apenas nas questões materiais.

Assim, o empenho desses estudiosos não estava circunscrito ao lucro, mas na renovação de uma agricultura abafada pelo sistema fiscal e estagnada pela concorrência das Antilhas e outras colônias Tropicais. Além de buscar a melhoria de matérias primas para a industrialização, ou seja, implantar reformas que defendessem uma política mais consistente.

As revoluções europeias exigiram esse novo olhar, que retraiu o antigo sistema de troca por privilégios e passou a observar as adaptações necessárias para uma economia fora da retaguarda colonial, absolutista e mercantilista. No entanto, Portugal se encontrava sufocado pela industrialização, ainda limitado a uma economia escravagista e medieval, ao mesmo tempo em que os latifúndios da colônia, cada vez mais improdutivos, não se desenvolveram tecnologicamente.

Some-se a essas as mazelas o desequilíbrio provocado nas atividades econômicas da Colônia pela mineração, como o desencaminhamento da mão-de-obra dos setores agrícolas para as lavras; adicione-se a queda da arrecadação dos quintos, notada a partir de meados do século; acrescente-se a morosidade de um aparelho administrativo sem coerência. E verificar-se-á a impossibilidade de superação das diferenças de ritmo entre as economias das potências européias mencionadas e a economia portuguesa (MOTA, 2008, p. 63).

Essa desintegração econômica impulsionou aos estudos, antes ignorados, experiências e práticas agrícolas e pecuaristas que viabilizaram desde os meios de produção de matérias primas a industrialização. Para Dias (1968) temos um “eco retardado” dessa difusão de conhecimentos científicos e experimentais representados nas memórias.

Tomou-se consciência, aqui, de que a Europa estava “chupando toda a substância” das colônias; tomou-se consciência de que o rei era “como qualquer um de nós”; começou-se a achar que “isso de religião he peta”; elementos preocupados com a estabilidade do regime tinham a sólida opinião de que os estudantes que iam para fora do sistema (“Reyno”) não se devia conceder regresso. Tinha-se, sobretudo, a trágica consciência de que se podiam “levantar os povos do Brasil” (MOTA, 2008, p. 64).

Os reflexos dessa mentalidade racionalista criaram um alinhamento de “ideias revolucionárias”, “ideias ajustadas” e “ideias de quietação”, sustentadas pela difusão de obras e reflexões iluministas de Montesquieu, Voltaire, Abade Raynal, Rousseau, Diderot e outros pensadores dessa filosofia, que foram lidas e introduzidas mesmo nas ideias revolucionárias, a exemplo destas temos a Inconfidência Mineira de 1789. Mas também houve memórias de pensamento intermediário, denominado de Reformismo Ilustrado ou Reformismo Iluminista, que para Leopoldo Jobim (1983) visaram uma evolução social entre Estado e Nação.

No final do século XVIII aparece em Portugal uma corrente de pensamento que pretende, inspirando-se nos princípios iluministas, reformar o sistema colonial em crise. Desde o reinado de D. João V, algumas personalidades – entre as quais Alexandre de Gusmão e D. Luís da cunha – identificam-se com as doutrinas reformistas do resto da Europa: são os afrancesados. No reinado de D. José essa facção ascende ao poder através do Marquês de Pombal, e chega a implantar reformas que sob muitos aspectos transformaram Portugal e o Brasil. No reinado de D. Maria e na regência de D. João, o ímpeto dessa atualização vai manter o dinamismo, voltando-se cada vez mais para o Brasil (JOBIM, 1983, p. 7).

Os reformistas tinham consciência do desequilíbrio social da colônia, fruto das intensas transformações econômicas e políticas europeias, mas não possuíam uma amplitude de conhecimento de todo o processo colonial. O que pode nos revelar em alguns apontamentos de solução ambígua para os problemas apresentados, pois os ilustrados buscaram um exemplo aplicável ao Brasil, a partir da tradução de obras estrangeiras referentes aos trópicos.

Nessa perspectiva, apesar de Vilhena ser considerado um reformista de pensamento intermediário, compreende e revela o efeito dessa importação de ideias sem adequações ao relatar o exemplo da fome em Pernambuco, diante das inviáveis aplicações agrícolas e práticas comerciais na Capitania da Bahia, no período em que se encontrava sob os serviços do Governador D. Fernando José de Portugal:

Ao zelo do Exmo. Governador devem os comerciantes e agricultores a liberdade de preços tanto nas carnes como nas farinhas, seguindo o sistema de alguns Políticos modernos que, querendo animar a indústria, não tinham as precisas notícias ou se não lembraram do estado político, nem da posição da América Portuguesa ao tempo que escreveram as suas obras e projetos que sendo aplicáveis a todos os países da Europa, eles senão podem praticar na capitania do Brasil pelas razões que uma carta não dá lugar a explanar. A

experiência o mostrou há seis para sete anos na Capitania de Pernambuco, onde morreu de fome inumerável povo por não poderem pôr-se em prática os muitos subsídios e socorros com que os povos vizinhos costumam acudir na Europa. Sendo certo que muito mais seriam vítimas da negra fome, se já então se houvera abraçado na Bahia que os socorreu o sistema da liberdade de preços nos gêneros da primeira necessidade de poder cada um agricultor naquele gênero de lavoura [plantar o] que bem quiser sem atenção a qualidade e natureza dos terrenos, que sendo próprios para cana não admitem mandioca ou tabaco e vice-versa. Sendo evidente e demonstrado pela experiência que depois que este sistema se pratica nunca mais na Bahia se soube o que fosse abundância, mas sempre escassez intolerável (VILHENA, 1921, p. 445 e 446).

Desse modo, temos um pensamento que permite compreender o futuro da situação política e social brasileira. Em outro momento de sua obra, entende ser a educação a base de uma nação, mas conclui que ainda há a falta de valorização da classe docente, na qual o próprio autor está inserido, o que torna uma Nação frágil ao progresso e mais suscetível a ações despóticas. E apresenta seu íntimo testemunho de caráter ilustrado, especificando por gradação as situações que desfavorecem aos Estados e as possíveis reformas a serem priorizadas:

São as Aulas os Seminários das riquezas mais preciosas que pode ter qualquer Estado. São as minas mais ricas e certas donde se extraem os homens grandes, sem os quais não podem subsistir os Impérios, as Monarquias, as Repúblicas, sem eles vacila a Igreja, os Estados perigam, a justiça [é] deserta, a desordem, a iniquidade [é] campeão. Mais serviços fazem uma pena à sociedade um dia do que milhares de espadas em muitos anos. Pelas armas se introduzem de ordinário sanguinosas guerras nos Estados, as quais nunca terminam sem o auxílio de penas douradas, que põem os Povos na posse e fruição da aprazível paz. As luzes, que ilustram as Nações, iluminam os Povos, as ciências e as Artes. Com que o Mundo se governa, devem-se às letras, quando a sua decadência e total aniquilação se deve às armas. Se muitos cabos de guerra que tem empreendido ações tivessem mais estudantes que soldados, talvez as não tivessem perdido, e se não tivessem visto destroçados no meio do seu furor, o que raras vezes sucede aos que são mais sábios que valentes, mais estudantes que soldados, tu os tens visto. A presente época o tem mostrado ao mundo todo (VILHENA, 1921, p. 290).

Notamos que em sua extensa obra o professor realizou um diagnóstico dos problemas brasileiros no sentido de adequar o modelo medieval de uso da terra à realidade brasileira, com isso a sociedade se tornaria bem-sucedida, comprometida com a Propriedade e fiel ao Estado.

Em suma, Vilhena transmite um pensamento sob a influência de Montesquieu, filósofo iluminista, que defende o comércio inserido no sistema colonial, contudo, questiona a concentração de poder absolutista e do clero. O Ilustrado mostra que as leis regem o comércio e a ordem social, e que a liberdade é uma ameaça à estabilidade do Estado e da Nação. Sendo

assim, a descrição abaixo destaca as desconformidades para com o Estado e a Nação, dando um breve resumo da amplitude de um sistema desarticulado.

Na minha terceira carta informo o nosso amigo da ordem política e governo econômico desta Cidade. Começa pelo celeiro público e desordens que nele há em prejuízo do Povo. Irmandade da Misericórdia, suas rendas e menos acertada administração delas expostos que de ordinário entram na roda. Mostro as desordens que causam a falta de uma Praça de pescado, assim como a tortura do povo pela desprezada administração das carnes abandonadas a fulminas e atravessadores disfarçados. Ascendência que os soldados se têm: impunemente arrogado sobre o povo, de que podem seguir-se consequências funestas. Indecentes negociações dos ricos, que só devem ser da repartição dos pobres. Desordens do rendeiro do ver e abusos na administração do contrato do sal e azeite.

Razão da multidão de mendigos e suas qualidades detestáveis, batuques dos negros tolerados pelas Praças e ruas da Cidade. Errada Polícia na falta de subordinação e respeito de muitos escravos: Mostro os prejuízos que vem ao Estado, tanto da introdução dos negros da África, como da depravada criação que de ordinário se dá aos mulatos e crioulos nascidos no Brasil. Faço igualmente ver o como por causa de pretos e que os brancos não trabalham, e como, por isso, há tanta lassidão e depravação de costumes, não só nesta Cidade, como em todo o Brasil: Aplicações ordinárias dos brancos naturais. Lembro como por meio da execução das Leis da Polícia se poderia povoar muito mais o Brasil, sem a introdução de mais escravos. Ditames admissíveis para domesticar índios e acrescentar vassalos à Coroa, erros sobre isso praticados e dou fim a esta Carta com a lembrança da separação das prostitutas públicas para evitar muitas desordens e escândalos na Cidade (VILHENA, 1921, p. 13 e 14).

Portanto, sua obra:

tem dupla função no campo das fontes: é fonte primária, considerando que viveu na capitania da Bahia e fala do que viu e vivenciou, como também é fonte secundária nas cartas que trata de capitânias que não pode visitar, como a do Rio Grande do Sul, referenciadas em outras obras e testemunhos da época (LAGES, 2013, p. 119).

Como fonte primária de testemunho, propõe reformas em um momento em que vivenciou o impacto das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal.

A primeira expressão desse alerta configura-se na dita 'época pombalina', quando Sebastião José de Carvalho e Melo, o célebre marquês de Pombal, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, por assim dizer, 'eminência parda' de dom José I a partir de 1750, tentou impedir o avanço do capitalismo nascente quer no próprio centro do poder (Portugal), quer nas áreas de sua dominação. Para o Estado português era premente adquirir maior autonomia em relação ao predomínio comercial inglês, o que se fez pelo incremento de novas atividades manufatureiras na Metrópole, assim fortalecendo sua burguesia. Além disso, Pombal investiu contra privilégios feudais que beneficiavam o clero e a aristocracia enquanto favorecia os cristãos-novos e abolia o tráfico de escravos para Portugal. Ao centralizar ainda mais o poder estatal representado no poder absolutista do rei, aprofundou as práticas tradicionais do colonialismo, tornando-as, todavia, mais eficiente. As reformas pombalinas, obviamente, não se destinavam a *mudar*, mas a *conservar* o poderio da Metrópole (ARAÚJO, 1987, p. 6).

As medidas pombalinas tinham a intenção de frear o avanço das formas capitalistas inglesas, que operaram na economia e tornaram a Metrópole e a colônia mais fixada à sua dependência. No entanto, não foram capazes de conter, em relação aos demais países europeus, a tardia industrialização em Portugal e o tardio desenvolvimento econômico no Brasil.

Dentre as reformas de Vilhena, o primeiro fato que interessa ao Ilustrado está em tornar a Colônia povoada, em seguida, pensa nas condições necessárias para dotar a população de terra e de alimentos para seu crescimento. Como a propriedade é agrária, distribuída por sesmarias, a redistribuição das terras para torná-las mais produtivas seria ideal para grandes extensões de terras ainda improdutivas e resolveria o problema da ociosidade de alguns indivíduos urbanos, pondo-os para trabalhar.

Relata sobre a insuficiência de alimentos prejudicada pela má aplicação do regime de monocultura em grande propriedade direcionada à exportação. O que interfere na concessão de terras para fins de pastoreio, quando não se verifica sua fertilidade para o cultivo ou caso o produto não seja adequado a terra. Diz ser necessária a fiscalização do Estado em relação a tudo que está vinculado à distribuição de terras equivalente à prática fomentada em grandes e pequenas extensões, desde o plantio ou pastoreio a sua repartição para o consumo e comercialização.

Ainda acrescenta a imigração de europeus e a criação de um pequeno comércio para o estímulo do convívio social. Deixa claro que o comerciante não pode deixar de seguir a favor do comércio, por exemplo, cultivar o plantio com mais covas suficientes para cobrir a alimentação de escravos e traficantes, pois estes são as bases desse processo. Até mesmo o Estado e seus administradores devem servir ao bem público, o que traria avanços no conjunto de todo o sistema.

Nesse reformista podemos perceber a representação de um indivíduo que, mesmo subordinado ao Estado, se dispõe a contribuir com o estudo do quadro social e da ciência. Como bem destaca o relato de Maria B. N. da Silva, que descreve sua participação na criação de um novo tipo de moenda com a finalidade de diminuir o tempo da moagem e melhorar a utilidade do produto e do trabalho, mas sem as contribuições experientes dos senhores de engenho, o invento fica sujeito ao fracasso:

Entusiasmado com os resultados, pediu um privilégio que lhe foi concedido pela Real Junta do Comércio, com a condição de mandar para a secretária daquela instituição uma cópia do desenho da máquina, e deixar outra na Mesa da Inspeção da cidade da Bahia. Cumprida esta condição, Luís dos Santos Vilhena divulgou o que tinha descoberto e «em uma pequena máquina»

exibiu o seu invento perante o governador da capitania, o Presidente da Mesa de Inspeção, a maior parte da nobreza «e uma grande quantidade de senhores de engenho». Quando se tratou porém de construir a máquina em ponto grande, tarefa executada por um mestre e vinte e poucos oficiais, mas sem a presença do inventor, ocupado com as suas aulas, ela saiu mais pesada do que deveria ser, motivo pelo qual Luís dos Santos Vilhena a mandou desmanchar, «depois de perder mais de três mil cruzados, por querer ser útil ao Estado e a mim». Comentando o seu fracasso, desculpa-se com a seguinte alegação: «Não pode duvidar-se que máquina alguma das que se têm inventado ficasse logo no seu estado de perfeição, sem que careça de modificações, já mudando, já acrescentando, já diminuindo ». E ufanava-se de, «só com as luzes do raciocínio», ter mostrado que o trabalho da moenda podia ser diminuído (SILVA, 1981, p. 164).

Luís dos Santos Vilhena mostra-se fiel aos ideais colonialistas e traz em sua filosofia iluminista um teor humanista nos seus relatos. A partir da observação do quadro estrutural da sociedade, ele traz a noção de posse da *propriedade* que faz aflorar as inquietações dos colonos. Identifica os erros e os defeitos administrativos, a soberania e os vícios dos governantes, as mazelas da população, dita reformas que revelam o porvir de uma crise na relação Metrópole e Colônia, bem como uma crise social. Mas o Brasil já caminhava pela superação tardia da vigência colonial em direção a uma unidade nacional.

Logo depois, o avanço da consciência de um liberalismo socioeconômico se aproximou de atitudes ideológicas mais revolucionárias, que tornaram pequenos grupos sociais capazes de reconhecer os problemas coloniais, gerando comportamentos revolucionários e anticolonialistas. Na medida em que, nos fins do século XVIII, as reflexões de Vilhena se tornaram ultrapassadas.

De toda maneira, é preciso voltar ao passado de forma mais madura. Assim, os vínculos ilustrados de valorização da terra seguem após a independência do Brasil (1822) e permearam outros movimentos da história literária e cultural, constituindo “o despertar do sentimento da natureza” no romantismo (DIAS, 1968, p. 161). Mesmo nas descrições da natureza e dos costumes no realismo há a influência dos ilustrados, a exemplo dos Tratados descritivos e da literatura de viagens que voltaram a ser produzidos e divulgados pela Imprensa Régia e Revista do Instituto Histórico (DIAS, 1968).

Para muitos estudiosos, como Maria Odila da S. Dias, Carlos Guilherme Mota e Leopoldo Jobim, os escritos da Ilustração têm sua importância no estudo da realidade das terras brasílicas, mesmo que na época só servissem aos interesses da política restrita a Portugal. O sentido dado pelos seus autores é urgente e mais abrangente, pois nos oferecem os registros nos quais podemos compreender as consequências culturais de uma Nação e as estruturas complexas da formação de uma sociedade. Ainda, a partir dos mesmos, é possível

identificar como foram construídas as mentalidades que participaram intensamente da política de nacionalidade e, em seguida, da geração da independência.

1.3 O gênero Ensaístico

Os gêneros literários, segundo Coutinho (2004), trazem dois modos de enunciar as experiências humanas. O primeiro seria caracterizado pelo uso de artifícios que já foram tradicionalmente delimitados a partir de Aristóteles: o gênero narrativo, lírico e dramático. O outro se dirige espontaneamente ao leitor e expressa a lógica do ponto de vista do autor: o gênero ensaístico, que traz na crônica o seu mais alto relevo reflexivo desde os escritos coloniais, seguida das cartas, oratórias, memórias, máximas, diálogos, biografias.

Os ensaios detêm foco na observação, nas experiências e no pensamento que vão de uma perspectiva individual da história, como nos crônicas de Fernão Lopes, à coletividade em Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos, Martha Medeiros e outros escritores que afastam a pretensão de totalidade dos fatos para captar o imaginário das manifestações cotidianas, ganhando traços peculiares de texto literário.

Inicialmente a natureza do discurso desse gênero toma feições históricas, políticas, científicas e filosóficas, ligando-a a crítica jornalística. Mais tarde resguardava um caminho literário ao assumir artifícios ficcionais de outros gêneros da prosa, como romance, conto e novela. O ensaio:

É uma composição em prosa (há exemplo em verso), breve, que tenta (ensaia) ou experimenta, interpretar a verdade à custa de uma exposição das reações pessoais do artista em face de um ou vários assuntos de sua experiência ou recordações (COUTINHO, 2004, p. 118).

A princípio sua escrita se debruça no aspecto de temas e formas explicativo-argumentativos sob o ponto de vista do autor, em uma vitalidade pessoal e estilos próprios, que com Montaigne (1533 - 1592) se tornava “o ensaio de minhas faculdades naturais [...] Estas são minhas fantasias, pelas quais tento dar um conhecimento não das coisas mas de mim mesmo” (MONTAIGNE, 1996, p. 144). O francês promoveu o ensaio a um novo paradigma no qual podemos articular outros discursos com vínculo intelectual e literário em forma de prosa.

A concepção do ensaio literário transita do francês Montaigne, que constrói um exercício íntimo de reflexões, Rousseau, em seus questionamentos filosóficos ligados ao movimento iluminista, bem como os ensaios críticos e moralistas de Voltaire, partindo dos

folhetins ingleses à universalização de uma das variantes mais populares, as crônicas (EULÁLIO, 1989). Tais qualidades produziram no espírito criativo contornos fronteiriços entre o valor documental e a ficção, fazendo com que o ensaio pouco a pouco saísse de uma crítica restrita à simples função jornalística para a literatura, pois esta dimensão convida ao leitor para uma viagem a respeito da vida e das relações humanas em uma aderência espontânea, simples e pessoal.

A índole desse gênero no Brasil é variável ao seu papel no contexto histórico e cultural de cada época, podendo ser apresentável como expressão literária efetivamente a partir do século XIX. No entanto, é digno de representatividade o período anterior a nossa formação nacional, já que era evidente o isolamento em relação à condição literária. De qualquer modo, nesse período a riqueza de ensaios dialoga com as mais diversas formas de expressão e referências que se prestavam a transitar nos espaços do cotidiano desde a chegada dos europeus.

Os escritores, em uma atividade natural para entender e dizer o que interpretavam, trouxeram, além de suas performances intelectuais, as marcas da subjetividade, em que se misturavam fantasia e realidade, e da liberdade da forma e da temática nas quais a linguagem e a prosa foram os instrumentos.

A legitimação de crônicas, cartas, memórias, biografias e diários até os fins do século XVIII, geram discussões intermináveis quanto ao seu valor literário, porém corresponde a um intervalo que fecunda as mais diversas personalidades de escritores envolvidos com o Descobrimento. E diante do testemunho de uma visão maravilhosa da paisagem e dos nativos antes desconhecidos, a natureza artística, expressa através dos ensaios, possibilitou a liberdade criadora de novos recursos expressivos e hibridação do gênero narrativo sem deixar sua natureza de *ensaiar*.

Alfredo Bosi (2002) considera os ensaios produzidos no período colonial como gêneros públicos de atividade extraliterária, que serviram como veículos ideológicos de Imprensa para a divulgação do despotismo e das luzes. Dentre as ideias que influenciaram esses discursos estão a liberdade e a racionalidade, que transformaram a linguagem em reflexão e os textos em trabalhos artísticos. E assim como Montaigne introduziu, sob a forma de ensaio, um exame intimista a respeito da política e moral da sociedade de sua época, os amantes das letras fizeram dos seus textos não-ficcionais uma dinâmica das ideias que formaram as condições primitivas de uma cultura brasileira e impuseram à prosa seu estilo

pessoal e íntimo diante de uma realidade. São os sermões os primeiros ensaios que assumem, mais tarde, formas literárias.

Assim como os cronistas se debruçaram sobre a terra e o nativo com um espírito ao mesmo tempo ingênuo e prático, os missionários da Companhia de Jesus, aqui chegados nem bem criada a ordem, uniram à sua fé (neles ainda de todo ibérica e medieval) um zelo constante pela conversão do gentio, de que os escritos catequéticos são cabal documento. E, se um Nóbrega exprime em cartas incisivas e no *Diálogo* traço pragmático do administrador; ou, se um Fernão Cardim lembra Gândavo e Gabriel Soares pela cópia de informes que sabe recolher nas capitânias que percorre, só em José de Anchieta é que acharemos exemplos daquele veio místico que toda obra religiosa, em última análise, deve pressupor (BOSI, 2002, p. 19).

Anchieta adaptou as formas teatrais e líricas em suas obras de valor missionário e dogmático mediante a concepção de mundo. Seus sermões cultivam a estética barroca, dando forma e sentido à função pedagógica e religiosa. “Os sermonistas tiveram mais ousadias poéticas, mais fogo, mais vida; as peças oratórias eram escritas para ser respeitadas, mas eram-no com verdadeiro entusiasmo” (ROMERO, 2001, p. 297). Sendo essa oratória um dos gêneros ligados à vida social do povo até o século XIX, por conseguinte, temos a oratória política, acadêmica e didática.

A roupagem de ensaios como textos literários aparece com mais vigor na chegada do Barroco, prossegue com os Sermões do Padre Antônio Vieira, “um arquiteto incansável de sonhos e de um orador complexo e sutil”, “estupendo artista da palavra” (BOSI, 2002, p. 45) e tem sua retomada nas fecundas academias brasileiras. Ainda citamos outros nomes importantes, como Eusébio de Matos, Antônio Sá e José Bonifácio.

Os diálogos também adquirem expressividade, “justapondo mil e um informes úteis para o futuro povoador da terra” (BOSI, 2002, p. 24). Retomamos a conversação de Brandônio e Alviano em *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618), do português Ambrósio Fernandes Brandão, que atinge a vivacidade de suas sensações nos cultos questionamentos e explicações a respeito da filosofia, dos pontos que consideraram as diferenças raciais, o clima, as riquezas da terra, o comércio, a fauna e flora, os costumes europeus nesse novo ambiente e dos nativos.

Dos *Diálogos* continuam as crônicas no espaço narrativo de reflexões sobre a *História do Brasil* (1627), de Frei Vicente de Salvador, publicada em 1889, e que antecede Rocha Pita em seu estilo gongórico. Para Silvio Romero:

Isto pelo que diz respeito ao seu interesse histórico; quanto, porém, ao valor literário de Frei Vicente do Salvador, basta ponderar que, além de ter sido ele o primeiro filho do país que se dedicou ao gênero referido, foi o primeiro prosador do país e num estilo muito agradável a ler e, por vezes, muito

pitoresco. Usa, não raro, de expressões populares que dão muita graça à sua narrativa (2001, p. 177).

As crônicas tomam o espaço de um hibridismo que concilia uma maleabilidade entre o jornalismo e a literatura, sobretudo flexível e irregular. Decerto a autonomia do estilo, da linguagem e de ideias envolvidos modificam o terreno, enxertando-o com pinceladas românticas, satíricas, cômicas, dramáticas ou trágicas. Seja sob a forma do comentário, da informação, da reportagem mais próximos de um conteúdo menos pessoal, embora reflexivo, do que na forma de narrativa e de poema.

De qualquer modo, como salientou Eduardo Portela, o fundamental na crônica é a superação de sua base jornalística e urbana em busca da transcendência, seja construindo “uma vida além da notícia”, seja enriquecendo a notícia “com elementos de tipo psicológico, metafísico” ou com o *humour*, seja fazendo “o subjetivismo do artista” sobrepor-se “à preocupação objetiva do cronista” (COUTINHO, 2004, p. 136).

Em suma, a crônica admite outros gêneros afins, que ainda no século XVIII são cultivados em consonância à divulgação pública, enquanto se configurava a maturação de uma literatura devidamente brasileira. Essa circulação de tendências nos textos fazia com que cartas, memórias e diários tivessem um revestimento estético no qual a relação de diálogo com a ficcionalidade era um exercício natural dos escritores daquela época, embora nem sempre facilmente rotulável sob o ângulo da crítica.

Por consequência, Coutinho esclarece que o gênero epistolar não é muito valorizado e as referências são atribuídas à publicidade. Diante disso, ao anularmos o estado íntimo do texto, deixamo-lo fadado a características gerais de periodização e de critérios estéticos. “A *carta* ou epístola (epistolar, epistológrafo, epistolografia, gênero epistolar) transita com facilidade da área estritamente privada e íntima – troca de informações e amabilidades entre duas pessoas distantes – para o plano público” (2004, p. 137).

Nas *Cartas Chilenas*, do árcade Tomás Antônio Gonzaga, por exemplo, o leitor se vê diante de um equilíbrio entre os sentimentos e a razão, cuja temática trata do viés político com um teor satírico, moldado através de nomes fictícios assinados por Critilo e destinado ao amigo Doroteu, para envolver o leitor no julgamento real do Governador Luís da Cunha Meneses, cujo pseudônimo será Fanfarrão Minésio. Essas cartas, bem como a carta de Caminha, mostram a variedade de correspondências entre os enfoques histórico e literário dos ensaios.

Na mesma proporção, por certo com menos reconhecimento, temos nas cartas de Vilhena um curioso exemplo de prosa alegórica que dialoga com fontes literárias do universo

da antiguidade greco-romana. Esse escritor inverte os paradigmas de seus personagens reais com a pretensão moralista de desvelar a falta de compromisso de governo para com a população na regência do Príncipe D. João.

Nesse estilo, critica o demasiado poder dos governantes sobre a população das capitanias da Bahia, partindo de figuras alusivas, como o rei Persa, Artaxerxes, também as valentias da liderança dos heróis troianos, Heitor, Aquiles e Diomedes. Ainda menciona e descreve a opulência dos capitães mores, referenciando o Imperador romano Nero, e realça que “capitães mores menos pios que um Nero satisfazem de ordinário as suas paixões e caprichos nas vítimas do seu furor” (VILHENA, 1921, p. 257).

Portanto, os ensaios brasileiros reforçam uma ideia valorativa e de apreciação diante de uma roupagem literária. Poetas e oradores, historiadores e pensadores, teólogos e literatos, igualmente letrados e intelectuais de diversas áreas, escreviam para um povo que se formava, apreendendo tendências ou expressões próprias que atendessem a uma tessitura específica e original, mas pessoal e brasileira.

O poder das palavras, do conhecimento e das ideias é cultivado sob o olhar do escritor na qualidade do estilo e na apreciação da terra, da natureza e do povo com requintes que se misturam à prosa alegórica, à realista, à apaixonada, à satírica, à pedagógica, à moralista e, nesse contexto, vai sendo modelado o espaço do ensaio literário para a contemporaneidade.

CAPÍTULO 2 - *RECOPILAÇÃO DE NOTÍCIAS SOTEROPOLITANAS E BRASÍLICAS*

A análise histórico-literária de uma obra deve ser realizada impreterivelmente pela sua realidade material (acessório), mas consideramos de grande relevância o corpo interno que pode nos desvendar sua natureza íntima (essencial). Sendo este a essência de toda compreensão autoral e de recepção do texto, permitindo esclarecer como o artístico e o social influem no estilo revelado pela escrita (Cf. CANDIDO, 2005).

O texto manuscrito (mss.) original de Luís dos Santos Vilhena é um documento autógrafa, escrito a mão pelo próprio autor com assinatura autógrafa, que na época fora destinado às autoridades máximas da Metrópole, mas fica claro que também, posteriormente, estaria a serviço da Nação Brasílica, caso julgassem a matéria narrada pertinente.

O manuscrito nº 2.544 enviado à D. João VI, Rei de Portugal e Príncipe Regente do Brasil, foi oferecido por ele ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, em seguida comprado por José Carlos Rodrigues e utilizado para a 1ª edição. Já duas cópias do escrito original, denominadas de Apógrafos, foram vistas na Exposição da História do Brasil em 1881 e conservadas por colecionadores, as mesmas sofrem por um cuidadoso trabalho de decodificação das particularidades caligráficas e vocabular da época, pois os hábitos caligráficos podem levar a “erros gravíssimos de leitura”, causando “lamentáveis consequências para o conhecimento e exata interpretação do texto” (CANDIDO, 2005, p. 29).

Conforme delimita Antonio Candido (2005), os manuscritos possuem a parte acessória, que determina a realidade material, e a essência que julga a sua natureza ou realidade íntima, podendo corresponder a uma literatura propriamente dita (A), a manifestações pessoais (B) ou a documentos propriamente ditos (C). O que não os isolam de ter uma natureza oscilante entre essas essências apresentadas. Como é o caso do mss. de Vilhena, típico de manifestações pessoais, que se valem de documentos para validar o crédito histórico, mas revestidas de uma lógica estética apropriada a época em que são escritas:

Daí resulta que *A* valem, por assim dizer, em si, não tendo outra finalidade além do seu próprio conteúdo. *C*, ao contrário, valem, não em si, mas como meio para se chegar a algo, geralmente um fato positivo. *B* têm um caráter misto e intermediário.

Todavia, *B* podem ser feitas com um olho no público e a intenção de atingi-lo; ou podem, mesmo sem isto, revestir-se de tal caráter estético, que passam a ter finalidade em si, e são publicados como se fossem *A*. É se dá com as famosas memórias, cartas, diários, respectivamente, as de Rousseau, Leopardi, Peppys. Por sua vez, *A* podem ter um tal conteúdo de depoimento, que valem como *B* ou *C*. No primeiro caso temos o romance de Dickens,

David Copperfield, cheio de elementos autobiográficos precisos; no segundo, certos romances documentários do naturalismo, *Germinal*, de Émile Zola sobre a vida dos mineiros de carvão. No Brasil, *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo é citado nos livros de sociologia e história como documento sobre o preconceito de cor.

Finalmente, *C* podem ser redigidos com um teor artístico que os aproxima de *A* — como é o caso do relatório de Graciliano Ramos quando prefeito de Palmeira dos Índios, que chamou sobre ele a atenção dos literatos e levou o editor Schmidt a lhe perguntar se não teria algum romance inédito. Efetivamente ele o tinha, e foi o seu livro de estreia, *Caetés*, guardado cinco anos na gaveta (CANDIDO, 2005, p. 25 e 26).

Em relação às edições, o estudioso Braz do Amaral, responsável pela 1ª edição, começou a investigação e a pesquisa erudita dessa fonte primária para uma reprodução fidedigna do original, assim esforçou-se em localizar, obter a cópia do manuscrito e analisá-la pelo interesse na literatura da época. Sua publicação, ordenada por catálogos e assuntos, foi reproduzida integralmente, conservando ortografia, pontuação e sintaxe, bem como falhas no documento.

Sua edição de 1921, ao contrário da fac-similar, que é uma reprodução fotográfica do texto, corresponde a uma composição tipográfica comum que, tal como o manuscrito, conserva sua escrita original, sendo denominada de Edição Diplomática ou Paleográfica. Nesse sentido, essa edição é a que nos servimos para o deleite interpretativo e análise da essência literária que nela encontramos.

Em contraste com a edição de Edison Carneiro, cujas alterações, que serão relatadas posteriormente, são produto de uma Edição Crítica, na qual o pesquisador deve “tomar vários textos disponíveis da mesma obra e procurar compor um texto melhor, com as lições mais recomendáveis” (CANDIDO, 2005, p. 49).

Dessa maneira, para a finalidade útil desse trabalho, podemos nos embasar no estudo das Edições Fac-similar ou Diplomática e em nosso alcance está a edição de Amaral. Para tanto faremos apenas uma atualização ortográfica, inclusão de conectivos ausentes e de concordância semânticas e verbais nas citações utilizadas para que o leitor possa acompanhar uma leitura sem dificuldades durante nossa investigação literária.

Vejamos a capa da edição diplomática de Braz do Amaral, pois nela já podemos atentar a questões materiais da obra, como também verificar os aspectos quanto à Língua Portuguesa da época.

RECOPILAÇÃO DE NOTÍCIAS SOTEROPOLITANAS E BRASILICAS

Contidas em XX Cartas,

QUE DA CIDADE DO SALVADOR BAHIA DE TODOS OS
SANTOS ESCRVE HUM A OUTRO AMIGO EM LISBOA,
DEBAIXO DE NOMES ALUSIVOS, NOTICIANDO-O
DO ESTADO DAQUELLA CIDADE, SUA
CAPITANIA, E ALGUMAS OUTRAS DO BRASIL: FEITA
E ORDENADA PARA SERVIR NA PARTE QUE
CONVIER DE ELEMENTOS PARA A HISTORIA BRASILICA.
ORNADA DE PLANTAS GEOGRAPHICAS, E ESTAMPAS

DIVIDIDA EM TREZ TOMOS

QUE AO SOBERANO E AUGUSTISSIMO PRINCEPE
REGENTE N. S.^r O MUITO ALTO E MUITO
PODEROSO SENHOR

Dom João

DEDICA E OFFERECE

O MAIS HUMILDE DOS SEUS VASSALLOS

Luiz dos Santos Vilhena

Professor Regio de Lingoa Grega na Cidade da Bahia

LIVRO I

Anno de 1802

BAHIA

IMPRENSA OFFICIAL DO ESTADO
Rua da Misericordia n. 1

1921

2.1 Luís dos Santos Vilhena

Nascido na vila de São Tiago de Cassino, em Portugal, Luís dos Santos Vilhena (1744 – 1814) foi um militar português por uma década no Regime de Setúbal. Também se dedicava ao estudo das línguas latina e grega, e ao pedir dispensa do serviço militar presta exame para lecionar uma das línguas. Segundo Rodrigues (1979), Vilhena ocupa a Cadeira de Latim em Alvito, após recuperar a saúde, e abriu aula pública em Lisboa, iniciando sua carreira como professor.

Chega ao Brasil em 1787, nomeado pela Coroa Portuguesa como professor de grego para aulas régias em Salvador até o ano de 1798. Ao término do prazo de exercício como docente, pede permissão à Coroa para a prorrogação do mesmo com o intuito de realizar descrições sobre as Capitanias da Bahia de Todos os Santos no século XVIII em forma epistolar.

“Apesar de tecer muitos elogios ao clima, Vilhena padeceu de muitas moléstias e, em 1799, solicitou licença para retornar a Portugal para tratar da saúde. Em 1800, foi jubilado da cadeira de língua grega, aos 56 anos” (LAGES, 2013, p. 108), cujo ofício data de 30 de agosto de 1800, no qual o Governador D. Fernando José de Portugal informava da jubilação para o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Este é denominado por Vilhena como seu amigo, o primeiro leitor e interessado no valor peculiar de suas cartas.

Ao que parece, D. João não leu as cartas, mas D. Rodrigo de Souza Coutinho, posteriormente conhecido como Conde de Linhares, não só as leu como incentivou Vilhena a continuar escrevendo. É por causa desse interlocutor que acrescentou mais quatro cartas que foram endereçadas ao Conde sob o pseudônimo de Patrício (LAGES e MARCHELLI, 2017, p. 165).

As indicações biográficas do professor, realizadas pelo primeiro editor das vinte e quatro cartas, o historiador Braz do Amaral, foram retiradas do Arquivo Público da Bahia e continham informações quanto ao Regimento de Infantaria da Praça de Setúbal, dedicação ao cargo de docente e períodos de nomeação, prorrogação do cargo, afastamento e pedidos de jubilação. Posteriormente, sob a pesquisa de Anfrísia Santiago temos registros do falecimento de Vilhena e de sua mulher, Maria Antônia, no Livro dos óbitos da freguesia da Vitória datado entre 1810 e 1845.

Amaral nada sabia de seu nascimento e familiaridade, nem mesmo o nome da sua mulher. As fontes que possuía subentendiam que Vilhena teria falecido na Europa, após ter embarcado de Salvador em 10 de dezembro de 1799. Conforme relata Edison Carneiro (1969), responsável pela segunda edição das cartas, ele era natural da Vila de S. Tiago de

Cassino, foi sepultado em 29 de junho de 1814 com 70 anos de idade, no Convento de Santa Teresa no Hábito do Carmo e sua mulher em 1817 com 45 anos de idade, acometida por hidropisia no peito (Livro de Óbitos da freguesia da Vitória, 1810-1845, fls. 37). Outro documento biográfico importante a respeito do colono corresponde ao *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil*, o qual, segundo Rodrigues (1979), não serviu como consulta a Amaral e nem ao segundo editor das cartas, Edison Carneiro.

Segundo Amaral,

Luiz Vilhena deixou da sua vida um traço luminoso, na sua formosa obra, feita na idade madura, e quando o perseguiam achaques e as dificuldades inerentes à existência de um professor pobre, que passava exclusivamente com o seu parco ordenado, como declara mais de uma vez na sua petição ao rei (VILHENA, 1921, p. XVI).

Apesar de ter sido antes um militar, sua vida voltou-se à dedicação intelectual, cuja referência parte, primeiramente, do pensamento grego no qual penetrou as ascendências dos tipos históricos que nasceram de Homero e Heródoto. Como resultado, a “imitação das formas literárias e artísticas da Antiguidade sobreviveram” (AUERBACH, 1970, p. 45) em seu estilo de escrita, as mesmas foram enxertadas em sua obra como fontes alusivas em torno das evidências histórias das quais foi testemunha.

Nela a dinamicidade da escrita se aproxima, por exemplo, ao trabalho de historiadores portugueses com obras moralistas, críticas e comentaristas, como Fernão Lopes e João de Barros, que foram valorizados pela ética historiográfica e igualmente incorporados como uma das principais manifestações literárias do século XVI. E o mesmo ocorreu com os sermões do Padre Antônio Vieira, já que no Brasil, a literatura “veio pronta de fora para transforma-se à medida que se formava uma sociedade nova” (CANDIDO, 2007, p. 12). Dessa maneira, era comum aos cronistas da colônia o alinhamento de fatos históricos e elementos literários nos relatos.

O professor acompanhou o progresso cultural das ciências, da filosofia e da literatura, que, pouco depois, fez parte de uma insípida atividade nacional já no século XVIII. Além disso, ele assumiu “as ideias da vanguarda de seu tempo” (MOTA, 2008, p. 116), as quais “a mentalidade científica e inovadora e a forma de pensar pragmática e racional que vem se impondo ao mundo atlântico” (JOBIM, 1983, p.80) provocou uma ruptura do pensamento tradicional com o agravamento das tensões sociais, políticas e econômicas. O que gerou outras ideias desajustadas ao sistema luso-brasileiro.

Com efeito, a Europa passava por mudanças que influenciaram o pensamento colonial, como a Revolução Industrial, bem como a Revolução Francesa e a ascensão de D. Maria. Inglaterra e França corresponderam às influências do pensar político e econômico, social e cultural. Nesse conjunto, o professor também escreveu em um momento em que as reformas do Marquês de Pombal trouxeram consequências “desastrosas, e muitos estudiosos vêem essa reforma como a primeira falência da educação brasileira, dada a enorme influência dos jesuítas no desenvolvimento do estudo da língua e literatura do país” (LAGES, 2013, p. 114). E a respeito do mesmo alega que “por quase um século subcalçou o Império Português” (VILHENA, 1921, p. 283).

Ao mesmo tempo, vigora, entre boa parte dos autores que estudam o assunto, a explicação do motivo fundamental da queda dos jesuítas ter sido consequência do fenômeno intelectual iluminista que assolou a Europa em meados do Século XVIII (CARDOSO, 2002; BOTO, 2010; MACIEL, SHIGUNOV NETO, 2006). O Iluminismo foi um movimento que criticava o Absolutismo, uma vez que era avesso à sociedade estamental e aos consequentes privilégios da aristocracia e do clero, que representavam uma ordem política considerada arcaica. Seus princípios propunham refundar a nacionalidade e criar um novo pacto civil. Outros autores vinculam a Reforma Pombalina à miséria econômica e intelectual imposta à Colônia pelo monopólio do ensino exercido pelos padres jesuítas desde 1555, ano em que D. João III lhes confiou a direção do Colégio de Artes (ROCHA, 2015). Ao longo do Século XVII, a situação econômico-financeira portuguesa se agravou e a nomeação para ministro real de Marquês de Pombal, conhecido pelo seu ódio aos jesuítas e pela sua sede de poder, pretendeu, com a reforma promovida, encarar e superar a crise existente. Como a instrução da educação sai das mãos dos religiosos, abre-se espaço para professores portugueses que foram enviados pela Coroa, ou mesmo professores brasileiros, que não estavam necessariamente ligados a uma abordagem do ensino castrada pela religião. Um caso como o de Vilhena demonstra um perfil diferente de professor: alguém que aprendeu as línguas clássicas, começou uma carreira em Portugal e assumiu uma cadeira totalmente vinculada à sua formação e especialidade (LAGES e MARCHELLI, 2017, p. 163 e 164).

Então, temos em Luís dos Santos Vilhena um intelectual de pensamento intermediário preocupado com a história de sua época. Narra voltado à tradição de informação e de testemunho em abordagens que evidenciaram ensinamentos morais e políticos para o bem da sociedade *brasílica*. O que equivale dizer que a “denúncia de corrupção, injustiça e violência do processo colonizador é constante nesse discurso” (JOBIM, 1983, p.80).

Para Araújo:

Tal era o mundo de Luís dos Santos Vilhena, e seu texto só é inteligível quando se tem em vista o macrocosmo do qual ele brotou: nos principais centros europeus presenciava-se o avanço irredutível da industrialização capitalista, enquanto Portugal esforçava-se por adaptar-se à nova situação para não renunciar ao velho pacto colonial. No Brasil, entretanto, as *idéias* ou *princípios* franceses (expressões que resumem, ao cabo, os estímulos de mudança por efeito dos exemplos externos ao mundo português) já tinham

assumido o perigoso caráter não só de crítica ao absolutismo, mas do próprio sistema colonial, este lesivo aos interesses das classes dominantes locais pela exorbitância de monopólios e privilégios contestados em conspirações contra o Estado ocorridas em Minas Gerais (1789), no Rio de Janeiro (1794) e na Bahia (1798) (ARAÚJO, 1987, p. 9 e 10).

O colono possuiu uma visão de mundo em que traz uma crítica à compreensão histórica, que anula o caráter subjetivo daquele que escreve e produz uma narrativa na qual, mesmo com uma verificação empírica, não deixaria de ser tendenciosa ao propósito de um Homem das Letras que desejou contar a verdade dos fatos. Assim, enfatizou que “Não tenhas, meu Filopono, por exageração o que te relato, sabe, porém, que tudo são verdades despidas de ornato” (VILHENA, 1921, p. 112).

O uso de documentos faz parte da produção de sua obra, sendo a narração um método ilícito da ficção (MOMIGLIANO, 2004). E esta é uma das características do estilo de Vilhena, um escritor de histórias, cujos personagens, tempo e espaço fizeram parte de uma trama da nossa realidade e as intrigas trataram de um retrato do desregramento político e social. Verificamos esse aspecto no início de sua obra:

Não é a vã a glória do nome de Autor, nem o receio de críticos mordazes e blateradores, quem me faz procurar o Régio Patrocínio de V. Alteza Real. É sim o mostrar, que apesar de não haver faltado a honra de Servir a V. Alteza Real e à Pátria nos Estados do Brasil, empreguei aquelas horas a que podia chamar minhas em formar um museu, bem diverso dos que ordinariamente faz a maior parte dos que passam àquela Região. Consiste este na Coleção de notícias Brasília, e principalmente da Cidade da Bahia. A matéria em si é bem digna da exacção de um historiador, tão impassível como a mesma justiça, de quem deve manter os direitos, e tão sincero como a Verdade, de quem se deve propor a ser órgão. As circunstancias ocorrentes e os tempos a ninguém permitem esta exacção, e muito menos a mim, que por conhecer bem a pobreza de meus talentos, a reduzi a Cartas debaixo de nomes alusivos, por ser onde eles escassamente podem chegar (VILHENA, 1921, p. 5).

O professor mostrou as histórias do Brasil em benefício daquele que a governa e pelos préstimos de servir a Nação. Afirmou serem as cartas a melhor forma de contar a história, por não se preocupar somente em registrar os fatos, pois as evidências exigiram uma abordagem da história da colonização a partir das ações humanas, “inundada de referências a desordens, opressões, militarismo e pobreza” (MOTA, 2008, p. 117). Nesse gênero, ele tem a disposição de revelar as ações humanas, fazendo a alusão da matéria ficcional com teor moralista, e por meio dela podemos fazer correspondências a ensinamentos sociais, políticos e econômicos.

Nas narrativas as experiências vivenciadas ou relatadas em documentos da época, utilizadas como fonte de pesquisa, são construídas e recriadas através de seu estilo sensível e culto. Descrevendo pessoas ilustres e comuns da época aludindo a figuras históricas, filósofos, escritores e a nomes/eventos greco-romanos e latinos da antiguidade clássica.

Apropriou-se do Novo Mundo sob o ponto de vista histórico e do estilo literário transplantado do classicismo português para relatar a falta de organização do sistema colonial e o espírito de ambição do poder e do descuido em compreender a essência de vida dos indígenas e dos africanos.

Do Barroco ao Arcadismo, provavelmente, assimilou a tendência da alusão, da alegoria, como metáfora, que segundo Antônio Candido (2007, p. 24) tornou-se entre os cronistas um “engenhoso simbolismo moral”. Cultivou os padrões estéticos da antiguidade, propiciando um raciocínio habilidoso, que toma como base dois pontos: o rebuscamento da escrita histórica e a criação imagética que estabelece semelhanças e diferenças entre as evidências. Assim, “sua forma de abordá-los se relaciona com o modo como compreendia a história e a verdade” (NETA, 2015, p. 06).

Com esse caráter enxertou suas narrativas com estruturas estéticas para apreciação de outros significados, fazendo com que elementos literários reescrevam uma realidade histórica. Dessa maneira, sua obra entrou no curso da história cultural brasileira, como fonte de pesquisa e de busca pela verdade dos acontecimentos com riqueza de detalhes, incluindo também o diálogo com as fontes da antiguidade. Mesmo havendo discussões acerca dessa viabilidade de análise, que distinguiram a escrita histórica da literária, por ver na ficção o objeto único de representação da literariedade, seu estilo de escrita traz um hibridismo entre essas duas essências narrativas.

Desse modo, a realidade íntima de sua inquietude com os novos contornos tardios da relação Metrópole e Colônia foi inundada de erudição literária, que disseram mais sobre as verdades que oprimiram a sociedade brasileira durante a fase de adaptação de Portugal ao capitalismo e ao sistema colonial brasileiro. Os pensadores da época trouxeram à luz as ideias do desenvolvimento da colônia. Porém, para Mota, apesar dos pensamentos revolucionários que rondaram a construção histórica do Brasil, Vilhena não pertenceu a essa classificação. Suas descrições corresponderam “à versão colonial do reformismo ilustrado”, sendo um representante de “comportamento intermediário” (2008, p. 115).

Como exemplo, destacamos uma reflexão das condições subumanas iniciadas pelos brancos no processo de conquista, sendo esse um dos efeitos negativos da má administração política portuguesa:

É bem digno de lamentar se o terem os Portugueses achado aquela Região coberta de habitantes, quantos poderás conjecturar do catálogo das nações, que no fim desta, junto, sendo nada em comparação do todo, e que pelo desacertos das vistas políticas empregadas na civilização daqueles povos os mais isentos de sujeição que se tem descoberto, viessem as suas costas a ficar

como desertas. Visto que a maior parte dos habitantes naturais que não perdiam as vidas na ponta das espadas e bocas de mosquetes, eram privados da liberdade e gemiam na pesada escravidão até morrer ou desertar, espalhando por entre as nações, íncolas dos sertões mais remotos, o bárbaro procedimento com que eram tratados todos os seus naturais habitantes e vizinhos das praias do mar onde se achavam os Portugueses, enchendo de tanto terror a toda a gentildade do Brasil, que quase não havia, nem há nação que não tenha jurado perpetuo ódio e protestado inimizade contra os Portugueses, transferindo de pais a filhos a detestarem do seu nome. Sem que seja bastante para dissuadi-los a Suma Piedade dos nossos Augustos Soberanos proibindo com reiteradas leis e ordens o Cativoiro dos índios, e recomendando a afabilidade com que devem ser tratados, pois que tudo se desvanece com o abominável comportamento dos bandeiristas furtivos e ainda de muitos enviados pelos Governadores (VILHENA, 1921, p. 949 e 950).

Nesse sentido, ele discute de maneira sensível e inteligível que a suposta superioridade cultural europeia deve induzir uma relação comercial em benefício de ambas as partes, sem maiores danos físicos e morais aos nativos. Entretanto, para Araújo:

A Vilhena, naturalmente, só preocupava a pobreza do Brasil em razão da pobreza em que então se achava a Metrópole, de onde a urgência se sua colônia americana voltar a ser produtivamente compensadora, mas sem os riscos aventureiros da mineração, a fim de voltar a fornecer o bem-estar social do Estado português, desta vez com lucros seguros e permanentemente estáveis (ARAÚJO, 1987, p. 18).

Como um todo, o autodidata verificou as contradições desse sistema e os defeitos de organização em relação ao regime mercantil e de grande propriedade, além de outros problemas de administração política. Afirmou que um povo evoluído torna o Império Português mais próspero (JOBIM, 1983) e na XXIV carta inicia com uma colocação que informou seu pensamento em favor da estabilidade e continuação da relação Colônia e Metrópole:

Ninguém haverá que não conheça que a População, Agricultura e Comércio são as colunas mais sólidas e a base mais estável das Colônias que conservamos na América, compreendidos no Principado do Brasil. Carece refletirmos se tem havido a precisa atenção à solidez destas colunas, se acham em estado de sustentar o grande peso que sobre elas gravita; e o modo porque poderão sustentá-lo no caso de terem saído do seu equilíbrio (VILHENA, 1921, p. 909).

Outro fator interessante em seu relato está em não achar ser um fator positivo a política dedistribuição de terras, que chama de premiação aos “serviços relevantes feitos em África, Europa e Ásia por vassalos beneméritos, ricos, e ilustres, com grandes porções de terrenos na América, com a obrigação de as conquistarem do poder do gentio e povoarem à sua custa” (VILHENA, 1921, p. 28). Tendo como efeito, em face da extensão territorial, a falta de aproveitamento das terras pelos seus donatários, além de seus lavradores terem as

obrigações quanto ao arrendamento da terra que mais é um “castigo lento” (VILHENA, 1921).

Os ajustes com que aqui arrendam estas fazendas são de que o lavrador será obrigado a plantá-las de canas, que não poderá moer mais do que no Engenho do proprietário, que pelas moer lhe pertence a metade do açúcar que produziram. Além do que lhe há de dar mais daquela metade e com que ficou um pão de açúcar por cada quinze, e isto pela renda da terra e a estes chamam Fazendas obrigadas, ficando o Senhor de Engenho com a regalia de despedir os lavradores logo que queira para si aquelas terras ou as queira dar a outro, pagando-lhes, porém, as benfeitorias, sempre em prejuízo do lavrador. E se este é o que quer despedir-se, o ordinário é perder as benfeitorias ou receber por elas pouco. Se não é muito poderoso o senhor de Engenho melhor conta faz com eles e alguns ajustes celebram em utilidade dos lavradores, como sejam dar-lhes mais alguma quantidade de mel ou ajudá-los em tal ou tal trabalho com uns tantos escravos ou bois, etc.

Se, porém, é poderoso e rico, sua política é tirânica, ele os perde de um instante para outro, sem recurso algum e por muitos modos bem dignos jamais severam punição. Começa por não lhes dar a contado açúcar que produziu a cana do lavrador, deixando muitas vezes parte dele na sua mão, a título de empréstimo, para pagar-lhe da sua mesma cana na safra futura (VILHENA, 1921, p. 182).

O autor mostrou o autoritarismo pelo poder impulsionado pelos mecanismos de comercialização da Coroa de forma precisa, além de revelar as condições em que eram aplicados. Elaborou, no decorrer das histórias narradas, propostas de melhoramento dessa atividade e de outras da economia colonial, também de instrução e de renovação de uma sociedade. Como especifica Leopoldo Jobim (1983), o reformista queria reajustar as peças de uma engrenagem emperrada, na qual a futura ideologia política liberal sem a interferência do Estado seria prejudicial ao sistema.

É “curioso notar, entretanto, que no professor em questão *não* se acha um comportamento radicalmente crítico em relação ao poder central, o que dá a medida de sua postura liberal” (MOTA, 2008, p. 116), frente a uma época na qual o escritor antecipa a fragilidade da colonização responsável pelos efeitos antissociais presentes naquele período.

2.2 Apresentação do Manuscrito

As XXIV cartas, intituladas *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* (1921), de Luís dos Santos Vilhena, foram custeadas pela Coroa e publicadas pela Imprensa Oficial da Bahia, sob os comentários de Braz do Amaral. Nelas estão elencadas as notícias e apontamentos sobre as capitanias e a cidade da Bahia de Todos os Santos no século XVIII. Sua produção iniciou-se em 1798, segundo Leopoldo Jobim (1983), e termina em 1802, e foi dividida em três Tomos. O Livro I destaca da I a VIII carta, o Livro II da IX a XV carta e o Livro III da XVI a XXIV carta.

José Honório Rodrigues (1979, p. 505) ressalta que o manuscrito foi oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico brasileiro por Antônio Gonçalves Dias entre setembro de 1847 e dezembro de 1852. Em 1881 houve uma Exposição da História do Brasil com duas cópias pela Colecionadora D. Antônia R. de Carvalho e pelo Instituto Histórico.

A respeito da divisão das cartas temos uma separação geográfica por capitanias. Vilhena designa a Capitania de Todos os Santos da I a XVI carta, nesta última temos incluídas as Comarcas do Espírito Santo, de Jacobina e Sergipe D'El Rey. A XVII carta aborda a Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, a XVIII carta a Minas Gerais e São Paulo, a XIX ao Ceará, a XII a Pernambuco e a XIII a Goiás. Já a XX, XXI e XXIV cartas se referem a todo o Território do Brasil.

O autor expõe um catálogo descritivo, no qual observamos detalhes dos assuntos das capitanias, podendo cada carta ser analisada e lida separadamente, sem prejuízo às notícias das demais cartas. Em síntese, verificamos o que temos a respeito de cada temática:

Carta I: Aspectos gerais da história da descoberta da Bahia de Todos os Santos;

Carta II: Informações acerca da topografia, edifícios, fontes públicas e críticas apunção aos depredadores desses espaços;

Carta III: Ordem política e governo econômico da cidade, comportamento da polícia e desrespeito com os escravos;

Carta IV: Descrição das moléstias, do clima, da sexualidade e depravação dos costumes;

Carta V: Economia rural dos engenhos;

Carta VI: Fortificação da cidade, prospectos, descrição dos portos e do interior;

Carta VII: Descrição das tropas e milícias da capitania com descrição dos uniformes dos regimentos, os recursos militares, abusos e desordens opressivos ao povo;

- Carta VIII: A educação na Capitania;
- Carta IX: Informações sobre o governo civil na Comarca;
- Carta X: Mapas dos empregos de Justiça e Fazenda com descrição dos ordenados, propinas e donativos;
- Carta XI: Catálogo de todos os Governadores, Vice-Reis e Governos-Gerais na capitania da Bahia;
- Carta XII: Governo Eclesiástico;
- Carta XIII: Marinha: portos e vilas do Recôncavo baiano e o comércio;
- Carta XIV: Comarcas de Ilhéus;
- Carta XV: Comarcas de Porto seguro;
- Carta XVI: Comarcas do Espírito Santo, Jacobina e Sergipe D-El Rey;
- Carta XVII: Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e da Ilha de Santa Catarina: comércio, propriedade e população;
- Carta XVIII: Descoberta das Minas Gerais pelos bandeirantes;
- Carta XIX: Descrição da capitania: povoações, rios, minerais e sobre a descoberta de ouro nos Cariris;
- Carta XX: Recopilação dos reinos vegetal, animal e mineral em todo o Brasil e sua importância como matéria-prima;
- Carta XXI: Carta dirigida ao Sr. Dom Rodrigo de Souza Coutinho com descrição do trabalho já redigido, dos desenhos, mapas e prospectos;
- Carta XXII: Capitania e a comarca de Alagoas: povoações, comércio, matas e rios;
- Carta XXIII: Capitania de Goiás, roteiro detalhado da viagem de Antônio Luiz Tavares Lisboa pelo Rio Tocantins em 1774, encomendada pelo Governador José de Almeida e Vasconcelos;
- Carta XXIV: Apontamentos políticos aplicados a colônias portuguesas e a outras capitanias. Catálogo das nações de índios.

Na parte inicial da obra há uma dedicatória a um destinatário em particular, e a este informa que as cartas também possuem outro destinatário, um “Amigo em Lisboa”, portanto, estariam endereçadas a dois destinatários com nomes fictícios. A mesma antecipa o teor investigativo de sua história e evidencia a relação de vassalagem, que ainda determinava a circunstância do absolutismo monárquico.

Que da Cidade do Salvador Bahia de Todos os
Santos escreve um a outro Amigo em Lisboa,
debaixo de nomes alusivos, noticiando-o

do Estado daquela Cidade, sua
Capitania, e algumas outras do Brasil: feita
e ordenada para servir na parte que
convier de Elementos para a Historia Brasílica.
Ornada de Plantas Geográficas, e Estampas
DIVIDIDA EM TRÊS TOMOS
Que ao Soberano e Augustíssimo Príncipe
Regente N. S.^r o Muito Alto e Muito
Poderoso Senhor
Dom João
Dedica e oferece
O MAIS HUMILDE DOS SEUS VASSALOS

Luís dos Santos Vilhena
Professor Régio de Língua Grega na Cidade da Bahia

No período da Arcádia Lusitana, durante a ascensão da classe burguesa, diante das mudanças de valores políticos, sociais e religiosos já mencionados anteriormente, era comum o uso de pseudônimos nos escritos históricos e literários, a fim de externalizar o ideal de simplicidade e naturalidade “substituíam os nomes próprios por criptónimos eruditos ao gosto dos que figuram nas éclogas clássicas” (SARAIVA e LOPES, 2010, p. 596), com Vilhena não foi diferente. Os nomes fantasias eram criados segundo a natureza das coisas a que se referem, carregando por si explicações ou significações adicionais que determinam a essência de uma obra.

Apesar de seu texto ser de cunho histórico, sua identidade intelectual como professor dotado de conhecimentos culturais gregos e latinos, além do momento iluminista do qual vivencia, traz a representação da herança do classicismo. Com efeito, seus pseudônimos parecem fazê-lo esquecer das raízes políticas, que lhe insere como colonizador, e revela a imaginação de um reformista, cuja razão prevalece no seu texto, mas não é o único artifício na lógica da sua escrita.

A preocupação com a linguagem do historiador, com suas estratégias expressivas, não tem como pré-condição negá-lo como autor de um discurso específico e distinto do ficcional. [...] Preocupar-se com o texto não supõe considerar-se a verdade (alétheia) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita histórica. Ela é sua aporia. Analiticamente, porém, cabe mostrar os poros que nela se infiltram, assim como que alétheia não se esgota no plano da factualidade (LIMA, 2006, p. 37).

O remetente é *Amador Verissimo de Aletheia*, designa os dois primeiros termos latinos e, o último, expressa “alusão explícita à verdade grega, Alétheia”, assim todo o pseudônimo “reafirma sua posição de ofertar ao príncipe testemunhos verdadeiros” (LAGES, 2013, p. 108).

Os nomes dos destinatários possuem terminologia grega e latina. Utiliza *Filopono*, amigo do trabalho, aludindo ao Rei Dom João, depois coroado como Príncipe D. João VI no Brasil, a ele dedicou as vinte primeiras cartas. Antes de apresentar o Catálogo, o autor apresentou uma carta introdutória direcionada ao Príncipe Regente e, nela afirmou que em seu trabalho de testemunho também foram utilizadas fontes históricas, bem como manuscritos de grande utilidade para as descrições da geografia, do comércio, da educação, da arquitetura, da política, dos habitantes e dos costumes que se desenvolveram aqui.

A descrição de sua obra apresenta uma forte marca metafórica, que se diferencia de outros escritos históricos pelo seu valor misto envolto a um caráter estético e apreciativo digno de homens cultos:

Eu a comparo Senhor a um mineral tosco, cheio de terra, e cascalho, mas que em si inclui não poucas porções de fino ouro, e pedras de muito valor que Vossa Alteza Real poderá ser Servido Mandar purificar por quem tenha os meios que a mim me faltam; de forma que dando-lhe eu principio em Cartas, outra mão mais hábil a venha finalizar em história (VILHENA, 1921, p. 7).

Nesse trecho destacou a importância e a utilidade de suas cartas, visto que, além da descrição de fatos, propõe algumas melhorias para com a população e a terra brasílica, sem deixar de beber das fontes literárias que se serviu para dar evidência à consciência das experiências humanas. Ainda acrescentou que, espera que outras pessoas ilustres, sob a ordem do Soberano, possam pôr em prática as reformas recomendadas ao longo do texto, as quais não se restringem apenas às questões de propriedade e governabilidade, mas também a reformas íntimas e humanistas da sociedade.

Há outra carta de apresentação referente ao seu amigo D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, seu segundo destinatário, cujo pseudônimo, *Patrífilo*, expressa amigo da Pátria, e ao qual destinou as quatro últimas cartas, destacando que nas vinte cartas anteriores ele saberia o que os historiadores não achariam e, que as mesmas, além de notícias careciam de mais verdade.

Dessa maneira, Vilhena confirmou seu compromisso e empenho em revelar a verdade dos fatos históricos da formação brasileira, não só ao Príncipe, “não tanto para mim, quanto para a Pátria” (VILHENA, 1921, p. 6). Sendo que ao descrever que o Filopono não deve estar se interessando pelas informações importantes de suas cartas, se dirige ao Patrífilo para lhe dá mais detalhes sobre as demais capitanias em formação, ressaltando o quanto de verdade há na nova história brasílica:

Bem quisera eu, caro Patrício dar-te de Pernambuco uma noticia tão ampla, e circunstanciada como a que da Bahia participei a Filopono (VILHENA, 1921, p. 811).

Verifica-se que o processo de escrita é carregado de atribuições a cultura greco-latina e da história de Portugal, em especial as ideias iluministas. Além disso, apresenta uma história de adequação à realidade brasileira e, ao mesmo tempo, a relata “debaixo de nomes alusivos” (VILHENA, 1921, p. 5) carregados de conteúdo literário da mitologia grega clássica, de filósofos, eventos romanos e latinos. Além de acrescentar a sua crítica textual nomes de estudiosos de todas as áreas vindos à Bahia, que contribuíram na construção e formação social no período colonial.

A esses estudiosos são atribuídos fatos históricos e geográficos que permearam os acontecimentos nas capitanias. As referências são variadas: historiadores, jesuítas, geógrafos, literários, matemáticos, engenheiros civis, dentre outros nomes importantes. A maioria deles se encontra nos livros de registros antigos, manuscritos, e, atualmente, no *Catálogo dos livros de gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro* (Typographia Perseverença, 1874).

Dentre os historiadores estão Francisco de Brito Freire, que escreveu *Nova Lusitania: História da Guerra Brazílica* (Lisboa, 1675); Sebastião Rocha Pita, *Historia da América Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos de seu descobrimento, até o de mil setecentos e vinte e quatro* (Lisboa, 1730); o Jesuíta Padre Christovão da Cunha. Também cita engenheiros civis, Francisco Sossi Columbina que fez a carta geográfica da capitania de Goiás, e Brigadeiro João Massé, responsável pelas plantas da cidade, fortificações e diques; os matemáticos P. P. Diogo Soares e Domingos Capaci; o Padre Alexandre de Gusmão que faz literatura. Além do escritor Diogo Garsson Tinoco, cujo poema, escrito em 1689 (dado fornecido por Vilhena), serviu para aludir ao descobridor de Esmeraldas Fernão Dias Paes e referenciá-lo com o trecho do poema.

Era silvestre nosso valoroso
Sobre nervoso, de perfídia alheio
O peito respirava um ar brioso
Que nunca conhecera vão receio.
Pintado de urucu vinha pomposo
E o lábio baixo, roto pelo meio.
Com três penas de arara laureado.
De flechas, arco, de garrote armado.
(VILHENA, 1921, p. 677).

Esse diálogo com outras fontes reflete um dos modos de contemplação da literatura da qual era profundo conhecedor, por outro lado poderia simplesmente descrever os fatos de

maneira direta e objetiva, mas recorre à alusão dos fatos com mais precisão de detalhes e de forma atrativa, como apreciavam os gregos.

Então, conforme conhecemos e nos identificamos com a formação cultural do Brasil a partir da história escrita por Vilhena, podemos voltar, especificamente, ao título. O reformista recopila em uma única obra em forma epistolar as mais diversas fontes historiográficas e manuscritos que ele próprio recolheu em sua investigação, adicionou seu testemunho e outros estudos recorrentes da época, resultando nas notícias da Bahia, às quais denominou de *Soteropolitanas*, que corresponde *Sotero*, Salvador em grego e *polis*, cidade. A “construção do composto *sóter* + *polis*, razão pela qual se originou o gentílico *soteropolitano* para o cidadão nascido em Salvador” (LAGES, 2013, p. 107).

Por isso, temos na criação do título a formação *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*, que para Rodrigues (1979, p. 506) soa negativamente, pois “poucos sabem o que significa” e revela uma ambiguidade “entre brasileiro, brasileiro, brasileiro”. No entanto, verificamos que muitos vocábulos que há até hoje no português do Brasil são construídos em torno de valores semânticos oriundos de terminologias gregas e latinas, sendo tal crítica um prévio respaldo desse crítico para, em seguida, julgar a matéria preconceituosa apesar da capacidade crítica do professor.

Até o século XX suas cartas não tinham sido estudadas, não obtendo a mesma relevância que qualquer outro escritor da época. Redescobertas na Biblioteca Nacional o conteúdo despertou curiosidade, atribuindo-lhe uma apreciação apenas histórica. Vilhena passa a ser citado, pelos seus editores Braz do Amaral e Edison Carneiro, e em obras de outros estudiosos contemporâneos, como Leopoldo Jobim, Maria Beatriz Nizza da Silva, Carlos Guilherme Mota e José Honório Rodrigues, igualmente em Gilberto Freire. Para o Sr. Capistrano de Abreu, historiador, essas são “o melhor trabalho que tem lido sobre a Bahia”, consideração bem destacada pelo acadêmico Braz do Amaral.

2.3 Crítica das Edições

O comprometimento do historiador Braz do Amaral com a nossa história o fez descobrir na Biblioteca Nacional o manuscrito nº 2.544, relativo às cartas de Vilhena, que se encontrava na Coleção de José Carlos Rodrigues. Na leitura minuciosa desse trabalho o historiador achou o “diamante ainda na mina” (VILHENA, 1921, p. I) e se vislumbrou diante das mais imponentes descrições da Bahia no século XVIII. Amaral afirma ser o original:

autógrafo, pois a letra em que está lançado todo ele é a mesma da petição acima transcrita, que é a da assinatura que o nosso Arquivo Público possui no volume 87 das Ordens Régias.

Na cópia escaparam alguns senões que o leitor deve ter notado, mas que absolutamente não prejudicam a compreensão e o valor do trabalho (VILHENA, 1921, p. XV e XVI).

Insiste que tamanha literatura deve está sob o conhecimento dos Acadêmicos e do público em geral. Diante disso, relata em sua comunicação feita para a Academia de letras da Bahia em 1917, incluída na obra de 1921, que é sua obrigação remover o amante das “letras pátrias” do ocultamento pelo seu trabalho de dedicação (VILHENA, 1921, p. III). Assim, iniciou sua investigação biográfica, na qual a escassez de fontes que comprovem sua familiaridade e vida em Portugal só lhe permitia atingir os registros a partir da sua chegada ao Brasil por meio do Arquivo público – livro 80, Ordens Régias, 1799.

Amaral realizou somente acréscimos à cópia, elaborou um sumário, o qual chama de “Índice das matérias e das estampas”. A primeira página se refere a um prefácio que expõe a apresentação das cartas, intercaladas com desenhos de mapas, plantas e uniformes do regimento. Em seguida, temos “Notas e Comentários” do editor para cada carta.

Nas *Notas e comentários* há uma atualização didática para o leitor. Amaral faz algumas correções em relação a informações, que no tempo no qual Vilhena escrevia eram consideradas imprecisas ou ambíguas. Acrescenta que:

Nas notas e comentários que fiz sobre as cartas de Luís Vilhena, me abstive de tratar dos territórios que não fazem parte do Estado da Bahia, porque aos filhos desses territórios, antigas capitanias, no período colonial, hoje Estados da federação brasileira, melhor ficará este encargo, que poderá ser feito em separado, para se juntar ao corpo da obra em outra edição (VILHENA, 1921, p. XV).

Em relação a Amaral, Amélia Saback Alves Neta afirma que:

Entretanto, os seus comentários elogiosos embora tenham se mantido até a última nota não impediram que mudasse o tom em direção à crítica. Postura que remete à maneira como encarou a própria escrita da história.

As notas de Braz do Amaral oscilavam entre os argumentos da “verossimilhança” e da “verdade”. Ora cruzava informações admitindo a perspectiva de possibilidades na história, ora trabalhava com o sentido de

“prova” e discutia o assunto como se o que tivesse falando fosse verdadeiro. Ao passo em que avançava nos comentários às cartas referentes à Capitania da Bahia, uma vez que não comentou as relacionadas a outras capitanias, Braz do Amaral recorria à citação de documentos variados fosse para comprovar o que Vilhena havia afirmado, fosse para se contrapor a ele e evidenciar suas “falhas” (NETA, 2015, p. 06).

Ainda na edição de 1921, a reconstrução do texto manteve a cópia do original, cuja atualização da língua portuguesa teve suas devidas modificações, pelo menos aquelas que Amaral julgou necessárias para a época, as quais denomina de “Errata”. Na sequência encontramos a “Comunicação feita pelo acadêmico Braz do Amaral à Academia de Letras da Bahia” seguida do prospecto da cidade da Bahia em 1801 e as cartas oferecidas ao príncipe regente D. João e ao Conde de Linhares, contendo o catálogo das XXIV cartas.

Em relação aos mapas da cidade, plantas e prospectos de rios, fortalezas e fortes fazemos referência, respectivamente, a Planta hidrográfica da Bahia em frente ao Frontispício da Sé, da Fortaleza de Santo Antônio da Barra, do Fortinho de Santa Maria, do Fortinho de S. Diogo, do reduto de S. Fernando, da Fortaleza do mar, do Fortinho de S. Francisco, do Fortinho da Ribeira, do Fortinho de S. Alberto, do Fortinho de Monserrate, do Forte de S. Bartolomeu da Passagem em Itapagipe, Planta da Bahia no princípio do século XVIII, do Forte de S. Pedro, do Forte de S. Paulo ou da Gamboa, da Fortaleza do Barbalho, da Fortaleza de Santo Antônio, do Forte de S. Lourenço, na Ilha de Itaparica, do Fortinho de Santa Cruz na foz do rio Paraguaçu e da fortaleza do Morro de S. Paulona ilha Tinharé.

A respeito dos Uniformes, os mesmos se distinguem pela hierarquia social e pelas diferenças que se estabeleciam quanto a questões raciais. Observamos esse posicionamento nas descrições que Vilhena traz dos uniformes: do 1º regimento de linha em 1800, do 2º regimento de linha, do regimento de Artilharia de linha, do regimento dos Úteis ou 1º de milícias, do 2º regimento de milícias, do regimento dos pardos, do regimento dos pretos ou Henriques, da companhia dos Familiares, dos capitães-mores de assaltos e dos capitães-mores de ordenanças.

Na menção aos Henriques, fazia parte da racionalidade da época distinguir as raças através do fardamento, mesmo sendo um indivíduo memorável em nossa história. Nesse sentido, nos desenhos do uniforme percebemos que o fardamento é diferenciado entre a tropa de linhas de milícias urbanas constituída de negros e brancos. Aqueles eram chamados de “Henriques” por representarem a figura do coronel pardo, a qual os comandantes não admitiam comparações. O preto Henrique Dias, segundo Vilhena, era memorável e valoroso

crioulo, que lutou na Batalha de Pernambuco contra os Holandeses ao lado do Americano D. Felipe Camarão.

Para Amaral a obra é um presente que não soube ser bem apreciado pelo Príncipe, que nem sequer a leu. Ao contrário de D. Rodrigo, considerado como Amigo, que apoiou a produção das XX cartas, que ele próprio recebeu, e fez recomendações a Vilhena para dar continuidade as demais cartas. Depois, seu trabalho foi reconhecido por outros estudiosos, inclusive o antropólogo e folclorista Edison carneiro, que elaborou a 2ª edição intitulada *A Bahia no Século XVIII* (1969).

A obra teve a colaboração da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do estado da Bahia e sofreu alterações diversas. Uma nota da própria Editora Itapuã esclarece as modificações, utilizando o título original e a dedicatória já transcrita com a ortografia oficial atualizada em português brasileiro moderno para evitar certas confusões nas interpretações.

Edison Carneiro manteve as *Notas e Comentários* de Braz do Amaral, pois entende a relevância de suas informações, que complementam fundamentalmente a história da cultura brasileira, embora tenha alterado o título da obra, os títulos de cada carta, acrescentando subtítulos simples. Com efeito, a maneira como o sumário do livro é apresentado tornou a disposição dos conteúdos, antes dividida em três Tomos, mais abrangente e extensa, por isso, fica inviável discriminá-la aqui, diferente da primeira edição. Assim, a finalidade da edição de Carneiro tenderá à pesquisa histórica de modo mais objetivo.

Dentre as justificativas dadas a essas mudanças, a primeira se refere à facilidade de leitura e pesquisas de dados que atendem tanto o leitor comum quanto o erudito, bem como ressalta a dedicação de Amaral ao afirmar que a obra do reformista é digna de uma leitura de acadêmicos e do público. Em seguida, explica que houve uma edição de 1922, sob título *Cartas de Vilhena*, que é uma cópia fiel do manuscrito original. E a partir desta fez as alterações de sintaxe, de pontuação e a atualização da ortografia, porém as notas de rodapé restabelecem ora o texto original, ora alterações do original.

Ainda acrescenta que havia uma dúvida quanto à obra de referência primária de Vilhena e menciona essa ligação com *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, de José Antônio Caldas, nº 57 da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. A respeito do tema descreve: “E a realidade era a decadência – a pobreza, a falta de horizontes, o esgotamento e marasmo em que vegetava a Bahia em fins do século XVIII” (CARNEIRO, 1969, n. p.).

A Carneiro, devemos a discriminação minuciosa e, por certa medida, simples e direta de distribuir temas e subtítulos que se resumem em uma única palavra ou expressão. Também trouxe benefícios de atualização gramatical que, segundo a editora, eliminam a grafia muito pessoal do autor, prezando o teor de uma narrativa mais objetiva, o que pode ter deixado obstruído o estilo subjetivo de Vilhena. Por isso, ao partirmos para a análise do estado fronteiriço das menções literárias no trabalho do mestre-régio, no próximo capítulo, tenderemos a edição de Braz do Amaral para não prejudicar a leitura do seu estilo clássico em relação ao material literário contido nas cartas, que é o nosso objetivo principal.

Diante do estudo da vida de Vilhena, do conhecimento e da análise de sua obra, bem como dos aspectos externos e modificações das edições de Braz do Amaral e de Edison Carneiro. Trataremos da análise do corpo interno da obra. Ou melhor, da realidade íntima, dando prioridade ao estilo de escrita clássico que faz um diálogo com o mundo da antiguidade no qual encontramos a ficcionalidade de sua narrativa.

CAPÍTULO 3 - ESTILO CLÁSSICO EM VILHENA

A literatura como portadora da ficção traz em si uma natureza metafórica que comporta um sentido literal figurado. A partir dela escritores ornamentam sua escrita com a beleza de signos díspares que diz uma coisa para relatar outra oculta no jogo de palavras e expressões. Não apenas ornato, sabiamente, tal recurso também configura meios de estruturar nosso pensamento, nossas ideias e nossos conceitos a respeito do mundo, das pessoas e dos mais variados sentimentos que dão conta do cotidiano.

A arte de persuasão de poetas e oradores proporciona um encantamento na construção de um discurso, resultante da criação de uma expressão figurada. Retoricamente, o conceito metafórico que se estabelece ficava circunscrito à semântica de palavras e direcionava-se a uma oposição entre o sentido próprio e o figurado por similaridade. Através desse ornato, o lugar do signo da comparação, a metáfora, cede espaço à alegoria, que correspondente a um processo de substituição por semelhança. Diante dessa relação alegoria e metáfora, Flávio Kothe define que a alegoria é:

representação concreta de uma idéia abstrata. Exposição de um pensamento sob forma figurada em que se representa algo para indicar outra coisa. Subjacente ao nível manifesto, comporta um outro conteúdo. É uma metáfora continuada, como tropo de pensamento, consistindo na substituição do pensamento em causa por outro, ligando ao primeiro por uma relação de semelhança (KOTHE, 1986, 90).

De tal modo, partindo da estrutura comum de metáfora, a alegoria construtiva, retórica ou poética serviu de base para outras funcionalidades, adaptando tal procedimento a uma variedade de discursos de acordo com os princípios de um gênero. Nesse viés, uma convenção nova do termo é atribuída, tornando os conceitos mais abstratos uma construção semântica concreta ou, como denomina o essencialismo cristão dos teólogos, uma semântica de realidades. Em outras palavras, temos uma interpretação daquilo que não foi explicitamente dito pelo sentido próprio, mas que se quer expressar no sentido real.

Assim, ao passo que a Retórica greco-latina teorizou a alegoria como simbolismo lingüístico, os padres primitivos da Igreja e a idade Média a adaptaram, pensando-a como simbolismo lingüístico revelador de um simbolismo natural, das coisas, escrito desde sempre por Deus na Bíblia e no mundo. Por outros termos, os padres fizeram a distinção de *sentido literal*, expresso por “letras” de palavras humanas como sentido literal próprio e sentido literal figurado, e *sentido espiritual*, revelado por coisas, homens e acontecimentos das *Escrituras* (HANSEN, 2006, p. 12).

A princípio temos duas raízes alegóricas, a dos poetas e a dos teólogos, conceituadas por pressupostos e efeitos diferentes, mas, no conjunto, se complementam enquanto discurso

criativo e crítico. Sendo comum essa construção de discurso tanto a oradores, poetas e teólogos, como Padre Antônio Vieira, Gregório de Matos e Santo Agostinho, quanto nas produções públicas dentre as quais temos os ensaios. Nestes, as cartas de Luís dos Santos Vilhena podem ser lidas como uma prosa de matéria reformista, como também apresenta invenção e eloquência carregadas de alegorias com intenção moralista ou reveladora diante das ações de personalidades, que condicionaram os eventos baianos e das demais capitanias.

A julgar apenas o fato linguístico, não podemos relegar ao conceito metafórico um efeito estético mecânico, como, posteriormente, postulariam os românticos. Na experiência discursiva, que se mostra na escrita, a linguagem não é uma mera decodificação de informações, é fundamentada pelas significações que se movimentam por meio da projeção de raciocínios na perspectiva semântica. Logo, o estilo literário figurado de um texto é um procedimento intencional do autor e marca as manifestações do Barroco e do Arcadismo no Brasil, nas quais a alegoria servia como referência a tradição clássica.

Nesse sentido, um texto alegórico “diz *b* para significar *a* [...], observando-se que os dois níveis (designação concretizante *b* e significação *a*) são mantidos em correlação virtualmente aberta, que admite a inclusão de novos significados” (HANSEN, 1986, p. 15 e 17). Em *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* (1921), do ilustrado Vilhena, temos a alusão típica do Arcadismo, que na busca por soluções simples dos problemas sociais no Brasil Colônia, causados pela aspiração de poder, o autor recorre a artifícios metafóricos que remetem à tradição clássica e contribuem para a crítica social e política, citando os ambientes e as figuras da época alegoricamente.

Portanto, temos nas cartas uma natureza convencional estratégica, pois não se trata de uma estrutura alegórica pré-fixada, mas fundamentada no plano da realidade colonial que seguem os padrões culturais europeus, tanto nos eventos históricos quanto nos movimentos literários que seguem como modelos. A alegoria apoiada nesse discurso ideológico eleva o embate entre o velho e o novo mundo colonial apresentado por figuras da antiguidade, tornando-se rico instrumento de expressão.

Apesar de não ter escrito uma obra literária, o professor dialoga por analogia com cânones de gêneros clássicos da literatura, como Homero, Esopo, Anacreonte e A. Pérsio Flaco, bem como incorpora o fazer da escrita à imitação de poetas e filósofos da antiguidade, como Sêneca, Platão, Aristarco, Isócrates e Plutarco. Para, então, avançar nas notícias ocorridas nas capitanias e relatar a Dom João suas ideias de desenvolvimento pleno de uma

sociedade, contribuindo para uma relação Metrópole e Colônia mais consistente. Esse diálogo proporciona muitas interpretações.

Por isso, frente a um texto que se supõe alegórico, o leitor tem dupla opção: analisar os procedimentos formais que produzem a significação figurada, lendo-a apenas como convenção lingüística que ornamenta um discurso próprio, ou analisar a significação figurada nela pesquisando seu sentido primeiro, tido como preexistente nas coisas, nos homens e nos acontecimentos e, assim, revelado na alegoria (HANSEN, 2006, p. 9).

Nesse viés, o sistema de metáforas de suas narrativas abre a possibilidade de reflexão moral, a partir de instrumentos que entrecruzam o pensamento histórico e a ficcionalidade com fontes de herança greco-romana por meio do sistema de metáforas. Em evidência ao elemento ficcional, temos a potência de uma linguagem que a torna capaz de revelar o paradoxo das questões inquietantes e das experiências coloniais.

3.1 Literatura como fonte: uma metáfora da escrita

Durante o Renascimento a criação de obras compreendia uma liberdade na escrita inundada de expressões culturais e místicas, que eram explicadas a partir de um dispositivo do pensamento capaz de representar ideias e conceitos velados. Além de ser um recurso ornamental, a alegoria passou a dar sentido ao modo de decifrar uma realidade de acontecimentos e ações humanas.

Em uma visão tradicional, as metáforas foram nomeadas como recursos retóricos da fala e da escrita de poetas por analogia. Contudo, seu uso deixou de ser somente um mero artifício e passou a integrar o estilo de escritores, que com propriedade costuraram os níveis operatórios de linguagem. Estes estabelecem que o sentido real de um texto não se expressa diretamente nas palavras, mas nos sentidos figurados os quais assumem níveis de interpretações que, embora tragam um embelezamento da linguagem, também provocam transposições semânticas de realidades que desviam o sentido literal para mencionar outro no conjunto textual.

Nesse sentido, ela é um procedimento construtivo, constituindo o que a Antigüidade greco-latina e cristã, continuada pela Idade Média, chamou de “alegoria dos poetas”: expressão alegórica, técnica metafórica de representar e personificar abstrações. Escrever sobre ela implica, pois, retomar a oposição retórica *sentido próprio/sentido figurado*, não para validá-la, mas para reconstituí-la em alguns pontos de seu funcionamento antigo e de suas retomadas (HANSEN, 2006, p. 7).

Contextualmente, o sentido figurado se desdobra em novos significados, mantendo uma relação com o próprio, sem deixar seu sentido original. Dessa forma, se estabelece uma questão de afinidade com uma possível verdade que se quer revelar. Em suma, o processo metafórico traz uma noção simples de comparação implícita por similaridade de aspecto/qualidade entre a palavra de sentido figurado e outra de sentido literal no plano de expressão de uma realidade.

Trata-se de uma construção metafórica o “rio São Francisco é o Nilo do Brasil” (VILHENA, 1921, p. 789) e “da decantada cachoeira de Paulo Afonso com que as catadupas do Nilo não poderão talvez competir” (VILHENA, 1921, p. 605), na qual se define e se descreve a semelhança que, para o professor, existe entre a palavra *Nilo*, termo “desvio”, os termos “próprios” referente às belezas baiana, *Paulo Afonso* e *Rio São Francisco*, quanto à fertilidade da terra que assegura a vida e o desenvolvimento de uma sociedade. Portanto, em uma comparação lógica, o Rio Nilo está para o Egito, assim como as cachoeiras de Paulo Afonso e o Rio São Francisco estão para a Bahia.

Pouco extensa e detalhada (KOTHE, 1986), a metáfora, portanto, é uma transposição entre semelhanças semânticas. Mesmo quando há incompatibilidade entre seus signos, reforça-se a necessidade de constantes relações semânticas na busca de sentidos. O Rio Nilo poderia estar servindo como uma referência de beleza, e não de utilidade, bem como poderia trazer uma transposição de sentidos por oposição, desqualificando de modo negativo ou inferior uma possível realidade. Como nas descrições dos descuidos com os usos dos terrenos para as construções na Bahia, realizados pelo Presidente do Senado, o Dr. Francisco Antônio Maciel Monteiro, os quais deveriam ser impraticáveis em morros e colinas, sugere Vilhena:

É de advertir que estes fracassos são os de agora, porque já anteriormente têm sucedido outros muito iguais em diversas paragens da montanha, de forma que os Baianos não receiam menos os estragos do Inverno do que os Napolitanos as erupções do Vesúvio (VILHENA, 1921, p. 59).

Portanto, os baianos estão para os deslizamentos, assim como os napolitanos para as erupções do vulcão Vesúvio, comparando as situações de morte de seus habitantes entre épocas e espaços diferentes. Vilhena estabelece uma analogia para criar uma metáfora, afirmando uma coisa de maneira figurada ao se expressar literalmente. Da mesma forma, cria-se metáfora continuada (alegoria), cujo labirinto de significados é o ícone que representa os pensamentos mais abstratos de um texto ou parte dele. Abstratos “no sentido de escamotear suas raízes sociais históricas para alcançar maior eficácia apresentando-se como a própria voz da transcendência” (KOTHE, 1986, p. 13), como nas fábulas.

Enquanto que a metáfora compara um termo pelo outro, a alegoria, segundo o conceito de Aristóteles, é um deslocamento ou transposição de sentidos que produz um discurso diferente por substituição (HANSEN, 2006). Na antiga retórica:

Gregos e romanos pensaram a alegoria como ornamentação de discursos produzidos numa prática forense e poética, prática regida por preceitos que, por serem convenções, evidenciavam justamente seu caráter particular de prática e, assim, o valor imanente, não transcendente, do discurso produzido. Além disso, também a interpretação greco-romana era exclusivamente lingüística, não havendo nenhuma transcendência em suas alegorias (HANSEN, 2006, p. 23).

Essa categoria estética delimitou aos poetas uma *alegoria in verbis* que facilitaria concretizar abstrações e impediria uma leitura literal na qual haveria uma perda de sentido metafórico. Com a finalidade de interpretar os deuses de Homero, essa era uma forma de leitura personificada das faculdades humanas.

Em referência à beleza na eloquência, conforme o conceito antigo, Quintiliano diz que a alegoria representa uma coisa em palavras, mas outra em sentido, e esse significado diverso configura o tropo, “como transposição contínua do próprio pelo figurado [...] do inteligível (ou próprio) no sensível (ou figurado)” (HANSEN, 2006, p. 31). Ou seja, o tropo é o significado que não foi dito, mas compreendido, podendo revelar as possíveis interpretações do texto do autor e do texto do leitor enquanto leitura.

A virtualidade dos tropos permite que a leitura do sentido figurado produza o sentido próprio, quando ausente, ou o complemento. Deste modo, o texto alegórico passa a ser interpretável, conforme o seu nível de clareza por analogia.

A analogia é uma similitude de relação entre dois objetos, similitude que não se funda sobre propriedades particulares ou partes desses objetos, mas sobre relações recíprocas entre tais propriedades e partes. Assim, um termo análogo é o que convém a muitos outros, segundo uma relação em parte idêntica, em parte diferente (HANSEN, 2006, p. 77).

Teoricamente, os tipos de alegoria partem de um grau *transparente* para a ausência de *clareza*. Como *alegoria perfeita*, temos a prosa bíblica um exemplo de enigma, somente quem elabora as construções semânticas detém a compreensão da mensagem. E a *imperfeita*, na qual observamos um enunciado próprio e outro figurado, como nas fábulas e nas parábolas bíblicas.

A regra da *clareza*, já se escreveu, é mesmo o critério central da classificação retórica dos tipos de alegoria. É ela também que determina os graus de maior ou menor aceitabilidade nas operações de abstrações seletiva das matérias do discurso, da combinação ou associação das suas partes, da ampliação ou engrandecimento de ações e objetos e, enfim, da metamorfose ou produção de efeitos de “maravilhoso” (HANSEN, 2006, p. 44).

Diferente do papel da alegoria dos poetas, os teólogos observaram na metáfora continuada uma defesa para explicar os mistérios divinos perante a busca de uma verdade terrena, cuja adaptação a torna uma forma de interpretação que pode revelar fatos e tensões ligados à natureza humana, como uma semântica de realidades, uma *allegoria in factis*. Precisamente, o uso desta vem acompanhado de sua condição primária, a *allegoria in verbis*.

Segundo a alegoria greco-romana e suas retomadas, o mundo é objeto de representação própria e figurada pela poesia e prosa; segundo a alegoria hermenêutica, desde sempre existe uma prosa do mundo a ser pesquisada no mundo da prosa bíblica. No caso, se as coisas podem ser consideradas signos na ordem da natureza, é porque são signos na ordem da revelação. Os termos das *Escrituras* designam coisas, homens e acontecimentos e estes, por sua vez, significam verdades morais, místicas, escatológicas (HANSEN, 2006, p. 91).

Os sermões e as fábulas, por exemplo, adquiriram o mesmo processo alegórico imperfeito. Os enredos figurativos e próprios permitem uma compreensão clara pela inversão de sentido, que conduzem a um ensinamento moral. Na prosa de Antonio Vieira, o *Sermão de Santo Antônio aos peixes* apresenta alegoricamente uma sátira social. O orador perante a imitação de Santo Antônio se utiliza das virtudes dos peixes, atribuindo-os defeitos humanos, tal como faz na representação do episódio do polvo: “monstro tão dissimulado, tão fingido, tão astuto, tão enganoso e tão conhecidamente traidor!” (VIEIRA, 1997, p. 59). O que proporciona o efeito moral por meio de uma alegoria desenvolvida.

Com o tempo essas relações analógicas deixam de ser apenas antiga retórica ou hermenêutica medieval, passando a fazer parte da construção, não só da elocução, mas da maneira como os pensamentos vão se configurando ao tema a ser abordado, conforme os ideais do autor. Então, a alegoria adquire a qualidade de discurso sábio e engenhoso de construção e interpretação de sentidos, aliando forma e conteúdo na pintura, na arquitetura, na arqueologia e nas artes em geral. Contudo, na literatura, principalmente na poesia, dá-se valor ao “modo de formar” (HANSEN, 2006, p. 141).

Entre forma e conteúdo, no Barroco, a metáfora e a alegoria foram pensadas como procedimento verbal combinatório, que admite mais do que uma simples personificação, na medida em que tenciona um conceito abstrato para ser expresso um discurso próprio, mediante um jogo de signos sensíveis e lógicos, que resulta em um exagerado rebuscamento formal. Assim, na poesia e na prosa barrocas, a *clareza* e a *brevidade*, como recursos da retórica, eram ajustadas a esse discurso por convenção do princípio de *agudeza poética*.

A convenção, como toda convenção, é ideal, passível de transformação, apagamento e deslocamento na aplicação prática e nos usos. Sabe-se que o

público francês, espanhol ou português do século XVII, por exemplo, tinha um gosto acentuado por sermões longos, como os de Vieira, Gracián e Bossuet. Lembrem-se, como exemplo, a extensão e a duração do sermão seiscentista e sua intrincada combinatória sintática, que vai predicando qualidades recortadas de categorias aristotélicas e escolásticas, efetuando o *conceito* ou “agudeza” (HANSEN, 2006, p. 46).

O abuso do sentido figurado ganhou preconceitos por meio de julgamentos quanto o valor da forma herdada pela tradição clássica. Mesmo sendo um modo de pensar e de fazer artístico-poético *engenhoso*, que segue mais três categorias Aristotélicas: *matéria*, *exemplo* e *arte*, a *agudeza* passa a ser caracterizada como incoerência nos casos metafóricos em que a distância entre os termos semânticos tornam os sentidos inadequados ou incongruentes. No entanto, essa prática engenhosa por ser convencional produz o efeito “maravilhoso” que se quer jogar sintaticamente, mostrando-se formalmente equivalente, pois “é o da passagem contínua de um oposto para dentro de outro, enquanto os termos se mantêm rigidamente separados” (HANSEN, 2006, p. 76) semanticamente.

Retomada conceitualmente, a alegoria, que tem por essência a virtualidade, se restabelece a cada “possibilidade de outras e novas expressões e interpretações aplicadas a objetos diversos para revelar um Além – que ela só expressa, no entanto, como inexpresso e inexpressível” (HANSEN, 2006, p.158). Dessa maneira, os padrões apresentados como obscuros no barroco passaram a ser desconstruídos por um efeito digamos mais agradável do processo metafórico, que pela existência de uma mentalidade mais racional movida pelo estilo simples passou a moderar os ideais da arte clássica.

As raízes da antiguidade voltam como autoridade da tradição árcade, dando um efeito de forma e de expressão em busca da verossimilhança, que também abraça outros gêneros tradicionais como referência para o homem culto (CANDIDO, 2000). Logo, o “discurso verossímil representa ações, fatos e seres como poderiam ser, o juízo que aplica o verossímil opera a adequação por meio de modelos” (HANSEN, 2006, p. 53) advindos de inspirações aristotélicas e platônicas via analogia, comprometido pela verdade em sua objetividade e pela imaginação criadora do escritor.

A nova reativação do verossímil antigo desfoca-se pela base no século XVIII: basta pensar em honestos burgueses passando do balcão ao brasão, vestindo a toga romana sobre o avental para fingir naturalmente a austeridade do progressista funcionamento da ordem (HANSEN, 2006, p. 52).

Os escritores e poetas do século XVIII lutaram contra o absolutismo político, e assim fizeram pela dialética *razão* e *natureza*, valores esses que postularam um ideal de vida do homem. Com os novos moldes sociais e intelectuais do Iluminismo, a tendência do

Arcadismo buscou a beleza da natureza das coisas aliada à razão por meio de um discurso verossímil, cujo fundamento é uma verdade possível, que o processo figurativo é capaz de exprimir de modo adequado a cada gênero. Por conseguinte, esse foi um período propício à formação de uma elite intelectual que tornou os ensaios uma fonte de conhecimento atrelada à existência de um mundo inteligível, mas sensível diante das experiências humanas.

O intelectual Vilhena, movido pela razão do século das luzes e pela herança greco-romana, produz um laboratório de reformas, que em metáforas relata os eventos e as ações desse momento. E com o intuito de persuadir seus destinatários, descreve que sua obra:

Menos pesa, Senhor, que um punhado de ar a Coleção de Notícias Brasília que ordenei em vinte cartas na Cidade da Bahia, onde por quatorze anos tenho servido a V. Alteza Real no exercício de Professor de Língua Grega. Nelas se acham algumas reflexões que fiz, e arbítrios que a razão me ditou. Muitos dos quais encontrarão talvez obstáculos que os façam impraticáveis, quando outros poderão ser admissíveis, e não serão os únicos que se abracem (VILHENA, 1921, p. 7).

Então, o Iluminismo possibilitou uma renovação cultural na qual a arte de persuadir compunha um equilibrado jogo de relações, que criava o visível e captava o invisível por analogia. Em Vilhena, a metáfora e a alegoria se tornaram os meios pelos quais a busca por um espaço ideal de vida era expressa por níveis de significados literais e figurados, que resgataram a lógica de vida e da sociedade.

A literatura, nesse tempo ainda decadente, e a recorrência à imitação e à alusão buscaram ilustrar as habilidades da *invenção* dos enredos, da *disposição* do discurso e da *elocução*. Sendo comum que escrevessem uma história de um país novo ainda sem organismo autônomo, situação a qual foi de muito proveito ao professor, que veio lecionar em um espaço marcado por subordinações, “onde o ser Professor e não ser nada é tudo o mesmo” (1921, p. 291). Assim, as XXIV cartas dão sentido a uma inquietação pessoal que o fez escrever a História Brasília:

Parece, meu Filopono, que um tal procedimento se não pode entender, pois que não parece igualmente que fazendo o Sereníssimo Príncipe Nosso Senhor uma tal despesa com os Professores Régios, amiudando repetidas ordens para animar os seus vassallos a que se apliquem, queira ao mesmo tempo que os que o fazem com distinção estejam expostos as insolências dos soldados sem doutrina e dos cabos de guerra que os mandam, sem que as vozes do Povo que clamam e a altas vozes públicas as causam, porque estes assim procedem. Seja bastante despertador para não consentir-lhes semelhantes procedimentos e descartá-los destes empregos, onde há procedimentos tais que encham de pejo a quem os ouve e por este serviço que só é bom para quem o faz, pedem e alcançam remunerações quando estas deveriam ser postas no interior da África. Com ingenuidade te confesso que não é das menores desgraças o viver em colônias, longe do soberano, porque nelas a

Lei que de ordinário se observa é a vontade do que mais pode, se bem que mais em umas que em outras (VILHENA, 1921, p. 289).

Naquela época, a ordem do poder legitimou outros interesses, que não incluía o professor “exposto a mil impropérios, qual será a consolação de quem, além de desterrado, se vê oprimido de pobreza e doenças neste emprego” (VILHENA, 1921, 294). Logo, sua obra traz uma reflexão idealista na qual as metáforas, neste caso, é invenção, “modo de construir da imaginação” (HANSEN, 2006, p. 172), somado a um pretexto de ilustrar os defeitos de uma engrenagem política e da moral dos homens, e ao mesmo tempo fornece os bons exemplos da antiguidade.

Por conseguinte, a alusão e o sistema de metáforas são os meios pelos quais o Reformista Ilustrado afirmou ter realizado na sua coleção uma diligência por indagar a “Verdade” (*Alétheia*). Interessando-nos verificar como a alusão de obras ou personagens literários, mitos, fábulas e odes, bem como a imitação de poetas e filósofos, serviram de fonte para a sua “satisfação de espírito e desafeição ao ócio” (1921, p. 5). O que também permitiu uma simpatia retórica racional inteligível e sensível, que operou em sua duplicidade de sentidos pela renovação intelectual a fim de transmitir a verdade aos homens (ideia platônica).

Para a figura principal da Arcádia Lusitana, a literatura se concebia, pois, à maneira de um arquivo da natureza, formado pelos antigos e funcionando, por assim dizer, como natureza de segundo grau, recriada mediante a imitação literária, que dava à obra segurança e nobreza, dando-lhe genealogia estética (CANDIDO, 2000, p. 49).

Desse modo, diz Amador Veríssimo de Aletheia (Vilhena) ao Patrifilo (Conde de Linhares):

Acharás talvez fastidiosa a explanação das notícias. A matéria, porém, carecia mais de verdade, que de ornato, a que acresce o ser eu pouco verboso, mas o certo é que nestas vinte cartas poderás ver e saber, o que não acharás nos Historiadores, nem poderás inquirir de muitos homens, ainda dos que tenham mais razões de sabê-lo do que eu (VILHENA, 1921, p. 11 e 12).

Alegoricamente, voltemos ao trecho que Vilhena descreve sua obra como um mineral, que mesmo que precise ainda ser lapidada, conforme as utilidades de seus destinatários, é preciosa e digna de leitura e apreciação:

Eu a comparo Senhor a um mineral tosco, cheio de terra, e cascalho, mas que em si inclui não poucas porções de fino ouro, e pedras de muito valor que Vossa Alteza Real poderá ser Servido Mandar purificar por quem tenha os meios que a mim me faltam; de forma que dando-lhe eu principio em Cartas, outra mão mais hábil a venha finalizar em história (1921, p. 7).

Apesar de mostrar um conteúdo de fato histórico, admitiu não escrever história, mas uma narração de diversos personagens que aqui aportaram. E aludiu quanto à qualidade e o valor de seu escrito como que alguns poetas, filósofos e escritores fizeram em seus discursos, relatos e oratórias oferecendo-os a Reis. Dentre eles, a biografia escrita por Plutarco e oferecida a Artaxerxes, filho de Xerxes, rei da Pérsia, que guerreou com os gregos.

Vilhena traz uma comparação prolongada, que em si mesma contém coerência, da liderança de antigos reis com a que é exercida pelo Príncipe, o *Filopono*, persuadindo-o em aceitar suas cartas como um presente de seu vassalo, *Amador Veríssimo de Aletheia*.

a não ter a certeza da estima que V. Alteza Real faz de ânimos sinceros, qual o meu, animando-me mais o dizer Plutarco, que o grande Artaxerxes não só recebera, como estimara a tênue dádiva de um punhado de água, que um rústico, mas sincero vassalo lhe fizera (VILHENA, 1921, p. 6).

Decerto, a arte da invenção e da eloquência de poetas e filósofos da antiguidade embasou discursos que regiam uma expressão de pensamento através da palavra escrita ou imagética, e a partir dela demonstrar o conhecimento da verdade.

Com alusão aos acontecimentos durante o reinado de Dom João, Luís dos Santos Vilhena em seu discurso brasílico tornou as circunstâncias da alegoria uma representação a respeito de um evento ou indivíduo da sociedade colonial em forma de outro evento ou indivíduo referente a clássicos do passado, inspirado nos valores da antiguidade ou de personalidades históricas para fundamentar a luz da razão, natureza e prática da Ilustração como caminho do conhecimento e da verdade úteis a uma nação.

3.2 Testemunho: figuras alusivas

Conhecedor e admirador da cultura grega e latina, Vilhena entende ser a antiguidade o ponto de partida para a compreensão do pensamento humano. E instigado pela origem de nossa história relatou suas evidências, experiências e contribuições durante a transição do Barroco e do Arcadismo, período em que o quadro intelectual tomou forma e nele se incluía a literatura, ainda baseada nas teorias do Método e da Clareza da escrita dos antigos.

Nesse contexto, os clássicos poetas, filósofos e outros escritores gregos e romanos serviram de base para a imitação, sendo aludidos pela paixão às letras e pelo ardor intelectual que reavaliaram ideias e conceitos da época. Temos, então:

A criação de academias literárias no século XVIII na Bahia e no Rio de Janeiro, fenômeno tão mal apreciado por alguns críticos, é, entretanto, um fato altamente significativo. Indica só por si a grande coesão de que já gozava

o país, o lazer que tinham as altas classes para o cultivo das letras, o gosto reinamente pela poesia e as coisas do espírito (ROMERO, 2001, p. 196).

A liberdade de pôr em palavras uma imagem da realidade social e cultural da Colônia estimulou Vilhena a narrar as ações humanas e a vida moral individual e coletiva de uma nação, envolvendo questionamentos éticos e políticos. Assim, nas suas cartas-narrativas:

O acervo tradicional da Antiguidade era introjetado tão profundamente, que dava lugar a uma espécie de espontaneidade de segundo grau, (própria às tendências neoclássicas), indo os escritores prover-se nela automaticamente para corresponder aos estímulos da inspiração. Ela se tornava, assim, apoio à imaginação do criador e do receptor de literatura, como sistema de formas através do qual dava sentido à experiência humana (CANDIDO, 2000, p. 50).

A menção a poetas, filósofos e escritores em determinados pontos de suas longas narrativas obedece um critério metafórico ou alegórico, que permite representar ideias, conceitos e fundamentos abstratos por intermédio dessas figuras. Mencionando representantes da história e da literatura greco-romana, com a finalidade de concretizar processos de expressões mais complexos e, assim, trazer um ideal de verdade que possibilitou entender a realidade das coisas, revelando a voz do escritor colonial:

As regras fornecem *lugares-comuns* – *topoi* (grego) ou *loci* (latim) – e vocabulário para substituição figurada de determinado discurso, tido como simples ou próprio, tratando de determinado campo temático. Assim, estática ou dinâmica, descritiva ou narrativa, a alegoria é procedimento intencional do autor do discurso; sua interpretação, ato do receptor, também está prevista por regras que estabelecem em sua maior ou menor clareza, de acordo com o gênero e a circunstância do discurso (HANSEN, 2006, p. 9).

Na apresentação das cartas, na qual Amador Veríssimo de Aletheia (Vilhena) se dirige a Filopono (D. João), o lugar-comum é de um escritor pautado na verdade do conhecimento como produto de um pensamento idealizado de uma sociedade, mesmo de um modo diverso a de um poeta ou filósofo, mas guardando com estes semelhanças pelo realismo e pela imaginação que refletem a consciência e a existência humanas.

Na alusão da citação literal de Sêneca: “Homem é nascido para ajuda silenciosa” – “Não vive para si mesmo quem a ninguém segue” (tradução nossa), traz como referência seu compromisso e empenho em relatar as notícias, não para fim próprio, mas para a própria nação brasileira. A comparação com o filósofo fundamenta a escrita do professor e marca uma transposição semântica por semelhança, também revelada, não só pela menção a essa figura histórica da antiguidade, mas por parte de um dos seus pensamentos:

pus termo a minha curiosidade, a tempo que me constou se projetava a composição de uma História Brasília, e então me recordei do que Sêneca diz no Livro 1º de sua – *Homo in adiutorium mutum natus est* – e na Carta 45

repete que – É inútil para si o homem que não vive para outrem – *Non continuo sibi vivit qui nemine* – e apesar de não falar comigo aquele Sábio, pois que tenho por trinta e três anos vivido, não tanto para mim, quanto para a Pátria. Segundo as minhas forças, me ocorreu que ainda esta minha curiosidade poderia ter algum préstimo para utilidade da Nação (VILHENA, 1921, p. 5 e 6).

É perceptível que, diante de um conteúdo Ilustrado, o interesse por parte do autor não seria em especial se promover, mas ser útil a sociedade diante das novas perspectivas de progresso nas diversas áreas do conhecimento, tornando a agricultura, a pecuária e o comércio, matérias discutidas nas cartas, mais dinâmicos e lucrativos para o bem comum. Sendo assim, uma ajustada administração pública objetivaria a coletividade. No entanto, no decorrer das demais falas de Vilhena, observamos que as nobres personalidades da Colônia satisfazem o interesse próprio ou de particulares.

Assim, pelo caráter de semelhança Vilhena está para o filósofo e escritor Sêneca, que também foi conselheiro político do Imperador Romano Nero e acreditou que o conhecimento resultaria em uma mentalidade racionalista aliada a natureza, bem como contemplou os valores morais dos homens. Nesse sentido, reforçamos a razão da citação de Sêneca, através da qual o professor se inspirou para dar crédito a sua obra, anunciando sua utilidade.

Outra referência latina está na citação de Platão que é utilizada com o intuito de referenciar o papel dos escritores para a pátria e a sociedade. Vilhena, assim como o filósofo, racionalizou que: “Não nascemos tanto para nós, e a maior parte de nossa existência reivindica a Casa, parte [reivindica] os pais, parte [reivindica] amigos” (tradução nossa). Ou melhor, nossa natureza humana parte da nossa vivência coletiva. Então, a sua vida como escritor foi inspirada pelo valor humano em se dedicar à Pátria, a sua casa luso-brasileira. Ainda acrescentou, como vemos no trecho abaixo, que suas cartas proporcionaram a leitura de fatos verídicos, informando, inclusive aos governantes, notas críticas a respeito da falta de melhoria da subsistência da população nas capitanias da Bahia:

Eu me contento com que em mim se verifique a sentença de Platão.

Non tantum nobis natusumus, partem que ortus nostri vendicat Pátria, partem parentes, partem amici.

Pois que, segundo o pouco que presto não tenho sido mais liberal para mim do que para a Pátria, a quem no serviço do Soberano, tanto nas armas, como nas letras assim neste Reino, como no Brasil tenho dedicado à Pátria não menos de trinta e cinco anos. Com pesar de não podê-los revezar em empregos de que lhe proviessem maiores utilidades (VILHENA, 1921, p.801).

O reformista destacou sua insatisfação com a desvalorização da educação e dos docentes, representando suas ideias éticas por intermédio da alusão desses antigos, sendo notáveis intelectuais dignos de modelo para a imitação.

Em contrapartida ao seu propósito de revelar a verdade sem ornatos, recorreu a um diálogo com o poeta romano Aulo Pérsio Flaco, ao fazer referência a escritores que não cumprem seu papel verdadeiramente. Relatou que estes se vangloriam de sua literatura, tornando-se um ato de poder e ascensão literária, que legitima interesses, não de compromisso social. Nessa direção, aborda os riscos de revelar a verdade, aludindo à sátira do poeta.

Persuado-me que lembrados do que Pérsio lhes adverte na sua primeira sátira:

Sed quid opus teneras mordaci radere vero
Aurículas? Vide sis ne majorum tibi forte
Limina frigescent: Sonat hic de nare canina
Littera.

Isto, porém, supomos que o diz o Poeta, neste caso, aqueles escritores que pretendem ostentar pelas suas composições e não a mim que uma carta jamais aparecerá em público. Faço as minhas reflexões e as participo a um bem feitor, a um Amigo que não quer verme ocioso a um verdadeiro patriota abrasado em amor e zelo dos interesses da pátria, dos cômodos da Nação, e, sobretudo, do serviço do Soberano. Fiado, pois, na sua bondade no teu preceito é que me atrevi a fazer as seguintes reflexões, suplicando-te por ti próprio as queiras reduzir a cinzas se não te agradar, se não achares justiça nas razões sem que se fundam (VILHENA, 1921, p. 910).

Os versos satíricos do poeta alertam: “Mas qual a necessidade de arranhar ternas orelhas com mordente verdade? Tome cuidado para que as portas dos poderosos não se tornem de repente frias para ti: então a letra canina do nariz ressoa” (PÉRSIO, Sátira I, vv. 107-110 Apud CASTRO, 2015, p. 85 e 86). Como esclarece Marihá Barbosa e Castro a respeito desse trecho da sátira:

a porta de algum amigo-patrono, poderoso e influente, poderá se esfriar para o poeta, o que significa o rompimento da relação entre patrono e cliente. Pérsio conserva a metáfora horaciana da porta que esfria e prossegue aludindo, dessa vez, ao inventor do gênero: a letra canina, a letra “r”, que um cão raivoso denuncia melhor que um homem, é como soa a sátira aos ouvidos dos amigos poderosos, que respondem, como um eco, com o mesmo som, fechando, em seguida, as portas (CASTRO, 2015, p. 86).

O trecho aludido por si só já é alegórico, isolado aparentemente traz uma ideia abstrata pouco impactante a respeito de articular com a verdade. “Quando se faz uma leitura alegórica da própria alegoria, chega-se um novo desabrochar de significados: aquilo que parecia velho torna-se novo, inova-se” (HOTHE, 1986, p. 24). Portanto, assim como o poeta tematizou a verdade no trecho acima, o professor o introduziu no contexto de seu discurso ilustrado, dando outro sentido à verdade, que ele revela através de suas reflexões, mas que pode sofrer

com a penalidade dos poderosos que podem fazer silenciá-las, dando mais importância àqueles que legitimam seus interesses.

Dessa maneira, a simplicidade e a pessoalidade do discurso soam um cuidado com sua escrita, cuja analogia semântica, ligada a conceitos éticos, adverte o leitor quanto a atribuições morais de escritores da colônia. Por conseguinte, segundo o que explica Kothe (1986), a legitimação de interesses é uma das estratégias da alegoria, ao mesmo tempo em que traz um efeito de doutrinação.

Com relação a alguns apontamentos políticos a respeito do Brasil, esclarece a Patrífilo da necessidade de analisar as virtudes e os defeitos dessa matéria, a que chama de melindrosa. E adverte que essa prática traz uma política que admite tal procedimento como natural, consequentemente, os escritores se restringem a escrever somente aquilo que agrada a essa demanda, deixando outros silenciados. Além disso, destacou que ele não faz parte daqueles em que o poder político reforçou uma noção de alienação da escrita ou de um discurso institucional. Por isso, voltou-se ao fragmento da sátira de Pérsio, que valoriza suas indagações quanto ao poder que oprime a escrita e a desvia da verdade.

As contribuições das cartas ao reinado luso também marcam o lugar-comum do escritor da antiguidade de presentear os Reis com seus dignos conselhos, cuja prioridade não está somente em registrar, mas de oferecer um exame detalhado das ações de Reis, que também servirá a seus sucessores como memórias (MOMIGLIANO, 2004). Então, a Recopilação das notícias do Brasil é um presente que deve ser dignamente acolhido pelo Príncipe, ao mesmo tempo em que soa como uma reforma moral pela qual tenha que satisfazer para reger uma Nação.

Logo, porém, que refleti na humildade da oferta e Ofertante, e na Grandeza do Soberano Príncipe, a quem ofertava, receoso de cometer um desacato de tal natureza, até de havê-lo pensado me arrependi, e o não fizera. A não ter a certeza da estima que V. Alteza Real faz de ânimos sinceros, qual o meu, animando-me mais o dizer Plutarco, que o grande Artaxerxes não só recebera, como estimara a tênue dádiva de um punhado de água, que um rústico, mas sincero vassalo lhe fizera. Se não lesse em Isócrates na segunda Parainética a Nicocles, que aos Grandes Príncipes só é honesto e lícito ofertar máximas, ditames, e projetos de que possam colher alguma noção para com Justiça e acerto regerem sabiamente os Povos, que dominam; conservar em harmonia, e obediência os Vassalos que lhes obedecem (VILHENA, 1921, p. 6).

O teor contínuo da metáfora toma faces de interpretação combinatória, conforme as qualidades éticas de Vilhena, assim como o biógrafo grego Plutarco e o filósofo e orador ateniense Isócrates, cujas formações éticas e políticas modelaram o objetivo de seus escritos. Ambos direcionados a figuras políticas, respectivamente, o Rei persa Artaxerxes I e o Rei

Nicocles de Pafos (Ilha do Chipre), filho do Rei Evágoras da cidade-estado grega Salamina. Nessa lógica, as heranças históricas desses antigos Reis estão em analogia com a política que deve ser exercida por Dom João, devendo este aceitar as cartas de Vilhena como um presente.

Sendo uma decisão benéfica à Colônia, principalmente para os Ilustrados, fomentar a difusão de inovações e reformas que serviriam de instrução ao governo. Porém, para manter o Brasil isolado pela relação luso, as produções para esse fim eram mantidas em sigilo. Ao contrário do que ocorria no mundo greco-romano, onde os Reis e seus sucessores tomaram como uma lição para qualquer ato político. Portanto, nesse processo o efeito alegórico volta-se ao propósito de suas cartas, que é de utilidade política para uma Nação, tal como retoma e confirma a transmissão de conhecimento através do raciocínio por analogia dos filósofos.

A alusão a outros intelectuais, como os poetas Esopo, Homero e Anacreonte, é recorrente no texto, principalmente por meio do processo alegórico de temáticas e personagens míticos. Neste trecho da XX carta, que descreve a fauna e a flora brasileira, “a harmonia das cigarras da Grécia mereceram, não só a atenção de Homero nas suas comparações, como de assunto para algumas odes de Anacreonte as do Brasil” (VILHENA, 1921, p. 730), o autor estabeleceu uma relação opositiva da harmonia mítica das cigarras da Grécia com a musicalidade intolerável das cigarras e grilos do Brasil. Além de sugerir esses insetos como matéria de inspiração a Anacreonte, nos passando a ideia de diálogo pessoal com o mesmo.

Na introdução da XXI carta ao amigo, o Conde de Linhares, há um diálogo comparativo entre o filósofo e escritor Aristarco e o fabulista grego Esopo:

Para que em tempo algum não haja Aristarco que se atreva a similar-me à Galha de Esopo, ornada com as brilhantes penas do Pavão. Sou precisado a confessar, como amante da verdade, que por curiosidade e tédio à ignorância e ócio juntei uma muito suficiente coleção de todas as plantas (VILHENA, 1921, p. 785 e 786).

Essa carta traz o estudo por gradação de plantas geográficas, hidrografias, planos e prospectos, que Vilhena caracterizou como uma pesquisa corriqueira realizada em escritos da natureza do Brasil, transmitida no seu discurso por meio de fontes manuscritas ou impressas, bem como de tradições de viajantes. Nesse sentido, se satisfez em anexar às suas cartas essas descrições e que nenhum crítico, como o filósofo e gramático grego Aristarco da Samotrácia fez ao criticar a poética de Homero, o iguale a Galha, personagem figurado utilizado na fábula de Esopo, *Galha e os Pavões*.

Nas fábulas, por exemplo, temos representações personificadas, ou seja, personagens alegóricos, especialmente animais, que se apresentam com defeitos e virtudes humanas, cuja

funcionalidade não parte apenas para um embelezamento da escrita, mas também reforça o caráter interpretativo. Nelas temos uma alegoria imperfeita (HANSEN, 2006), na qual o sentido próprio está circunscrito à moral da história. Segundo Kothe (1986), essa alegoria desenvolvida procura expressar por meio de elementos concretos uma ideia “abstrata” no sentido de velar suas origens reais.

Nessa fábula há a figuração de uma Galha ornamentada com as belas penas dos Pavões, que se engrandece de ostentação, desconsiderando as demais companheiras. Contudo, como todo homem que se envaidece com as rendas alheias, situações ou objetos que roubamos uns dos outros de muitas maneiras e por muitos motivos, temos o sucesso até chegar o tempo de devolver aquilo que não nos pertence, e que nos tornaram orgulhosos e ignorantes, acabando por ficarmos envergonhados e sem nada, ainda despertando a rejeição e antipatia.

Nesse pensamento fabulista, vemos que por está o trabalho dessa carta pautado em apontamentos alheios, fora do domínio de Aletheia, o mesmo se apropria desse conhecimento, “arrancando com astúcia” (VILHENA, 1921, p. 786), para elaborar sua análise do material recolhido, que julga conter erros e pouca verdade. Alegoricamente, para não ser comparado à Galha de Esopo, e antes que seu leitor faça a crítica desmotivando-se para a leitura do seu arquivo, o autor já garante um prévio exame sob esse efeito, impermeabilizando esse tipo de pensamento por parte do seu destinatário, o Conde de Linhares.

Enquanto que o efeito alegórico da Galha está sob Aletheia, como defeito a ser julgado, o efeito da crítica está sob o olhar de Aristarco, que depreciou os escritos homéricos. Ele “foi um dos primeiros gramáticos que reconheceram oito partes do discurso: *nome, verbo, particípio, pronome, artigo, advérbio preposição e conjunção*. Foi defensor da analogia” (NEVES, 2005, p. 122). Segundo M. H. de Moura Neves, a escola de Aristarco exerceu a crítica na interpretação de poetas e mitos, levando também em consideração o lado estético das obras poéticas, cujo método prioriza os processos lógicos ou a analogia de formas que julga ser a identidade interpretativa de uma obra.

O processo contínuo de metáforas nas cartas exerce o que Hansen chama de duplo sentido: “porque uma coisa chamada pelo seu nome próprio nada nos ensina senão a si mesma, mas se a nomearmos com uma metáfora ela nos ensina duas coisas ao mesmo tempo” (2006, p. 196). Em virtude desse processo, o discurso alegórico, que faz alusão de personalidades ou (partes de) obras da antiguidade, confirma, afirma, nega, revela e desvia o

sentido próprio que, naquela época, não poderia se revelar literalmente, principalmente quando o escritor faz referência a temáticas conflitantes.

Como no caso em que Aletheia diz respeito ao desequilíbrio moral ideologicamente marcado nas estruturas sociais, nas quais inferioridade era sinônimo de negros. E apesar de ser um patriota português, nas descrições a respeito dos eventos e costumes dos africanos, Vilhena não os demarcou como produtos de comercialização, conceito este que era natural para a época, mas como seres humanos submetidos a condições impróprias de sobrevivência. No entanto, metaforicamente, tem sido “mais afortunados os bois dos Israelitas do que os escravos de Senhores tais, e estes merecem o nome de desumanos” (VILHENA, 1921, p. 135), como também afirmou “duvido que os mouros sejam assim cruéis com seus escravos” (VILHENA, 1921, p. 188), marcando, assim, um humanismo que já era processado em outras culturas estrangeiras naturalmente.

No trabalho das minas, a condição do negro é dialogada com o raciocínio de Aletheia através do trecho metafórico de Francisco Grimald Granata a respeito da vida econômica: “Que te importa a ti, insano, trabalhar com artes vãs, a terra dá ouro, por outro lado se antes for bem cultivada” (tradução nossa), cuja argumentação lógica remete a terra como uma peça influente para a economia. O que dentro do contexto colonial emite uma ideia de crítica ao trabalho das minas pelas explorações da terra realizadas exageradamente, com roubos de escravos e maus tratos.

A vista do que se colhe bem, o que a falta de rendimento procedeu da conduta dos administradores e feitores, desmazelo e roubos dos escravos, e não da afetada pobreza das minas, que, a serem seriamente cultivadas, recompensariam com usura - vantajosa o suor e indústria de quem as trabalhasse.

Grimald

“Quid tibi cum vanis, demens, est artibus, aurum

Terra dat, at fuerit si bene culta prius” (VILHENA, 1921, p. 705).

Uma indústria humana para o uso da terra sem que haja um planejamento equilibrado, já que da terra tem-se o cultivo e o ouro. Em todo caso, torna-se controverso a riqueza que a natureza proporciona e a pobreza da condição subalterna do escravo diante da cobiça de administradores e feitores. Consequentemente, as alusões a parte de obras ou citações de filósofos e poetas explicam o pensamento intencional de Aletheia.

Essas figuras alusivas, as quais Vilhena traz para seu diálogo luso-brasileiro, operam por equivalência de ideias ou conceitos capazes de fazer uma relação de aproximação quanto ao seu estilo e a ideologia no contexto da natureza humana. Assim, o deleite das metáforas não apenas era conveniente à ordem da beleza da linguagem, mas dava uma tonalidade

universal na qual “a tradição clássica apresentou um estilo de civilidade que nos entroncava de certo modo na tradição e assegurava a participação no mesmo sistema simbólico do Ocidente” (CANDIDO, 2000, p. 67).

3.3 As alegorias na História da Ilustração

Ler as XXIV cartas sob a perspectiva alegórica se torna um ponto de partida ao contexto histórico em que a obra está inserida. Por meio desse sistema de sentidos o diálogo com a literatura clássica, colocada como identidade alegórica, cria um fenômeno fabuloso e universal. Conforme afirma Kothe (1986, p. 7), a “alegoria aponta o próprio cerne da obra de arte e de sua interpretação”, humanizando o leitor para a realidade que está sendo representada. Além disso, pode propor através dela uma transformação.

Previamente estabelecida e incorporada no texto, a lógica alegórica tem sua natureza convencional para a época árcade. As cenas, que se apresentam nas notícias, transmitem uma funcionalidade invertida que parte de gêneros ou modelos considerados clássicos e universais para a invenção e a elocução da matéria disposta pelo autor.

A abordagem da alegoria deve ser universalizante e, ao mesmo tempo, capaz de levar do entendimento de cada uma das alegorias, desvelando o máximo grau possível de significações. A formação e formulação de alegorias devem, por sua vez, conseguir transformar experiências individuais concretas em experiência coletiva universalizante (KOTHE, 1986, p. 38).

Na obra, Vilhena traz o caráter comparativo em evidência ora sob um tropo por substituição metafórica, ora alegórica. E nesta, demonstra a conveniência de ações e atitudes governamentais, também de seus agregados, reforçando um ideal de liderança imoral.

Na I carta descreve por metáforas simples os modos comportamentais de determinadas classes sociais que ostentaram bens e títulos de nobres: sendo o Imperador da China indigno de ser o criado de filhos, cujos pais possuem fortuna. Ainda agregados que carregaram o sobrenome de pessoas ilustres, os quais imaginaram um Duque ser um nada a vista deles. Também os entusiasmados se empavesam, atribuição a beleza do pavão, de que significaram alguma coisa, mas viviam na miséria dentro de suas casas. Em contrapartida, os verdadeiros nobres e ricos por razões políticas e morais cristãs se comportaram modestamente.

Por gradação temos o processo de metáforas que traz uma intenção comportamental diante de certas personalidades que marcaram a história ou a ficção. Sob a alegoria, ao fazer colocações de domésticos e agregados dos Governadores, expressa que estes querem “ser um gran Tamerlão”, cuja ideia não é tão abstrata e a interpretação precisa ir além de um objeto. O

líder gran Tamerlão construiu o Império Mongol a custa de massacres, mortes, medo e destruição pela política expansionista. Filho de um pai turco e mãe mongol, reivindicava a descendência com Genghis Khan, Imperador Mongol e maior conquistador da China. Por esse motivo, essa possível descendência corresponde à ligação de tropos semânticos incompatíveis, cujo sentido alegórico traz um efeito aparente de familiaridade que também reivindicam os domésticos e os fidalgos, o que garantia na época a obtenção de nomeações e títulos bem vistos pela sociedade.

Quanto às figuras ficcionais, o efeito alegórico corresponde ao efeito moralizante e ético, principalmente relacionado a pessoas públicas. De tal modo, as ações de militares não correspondem com os deveres públicos, tão pouco se equivaleria às atitudes de um homem honrado, como vemos nas nobres qualidades dos heróis gregos. Eventualmente, no diálogo dos heróis do gênero épico de Homero, Aletheia discorre a respeito da imoralidade de algumas personalidades de famílias nobres da nossa realidade para com a ficção.

Neste caso, inverte-se a mensagem interpretativa da alegoria, que surtirá um efeito de oposição entre os heróis da ciência e da ficção para com os nossos governantes, pois, estes demonstraram à Coroa tomar atitudes heroicas no exercício de sua função. O trecho abaixo explicita o que possivelmente os governadores diriam a respeito do seu trabalho público, narrado por Aletheia e ironicamente caracterizado como nossos heróis:

Em nossa casa se fazia, dizia ou usava, etc., aludindo equivocadamente a de seu amo ou patrono. Se adiante destes se fala em ciência Militar, Laudon, Frederico e outros desta qualidade eram em comparação deles uns estúpidos; se em valentia, Heitor, Aquiles, Diomedes, etc, uns covardes. A tempo que eles tem visto o inimigo tantas vezes e se tem achado em pendências, como eu que nunca as vi, nem briguei com pessoa alguma. Falando-se em decisões militares ou conselhos de guerra, Nestor comparado com eles era um ignorante e esta é meu amigo a balda que abrange a todos. Os seus serviços nunca são pagos. O soberano sempre lhes é devedor; o seu Ministro nunca atende à qualidade dos seus merecimentos, faltando-lhes com a justiça. Esta é, meu Filopono, a frase ordinária destes heróis (VILHENA, 1921, p. 45).

Conforme o dicionário de Deuses e Heróis da antiguidade clássica de T. O. Spalding (1974), sabemos ser Aquiles o maior dos guerreiros acaios, destaca-se pela bravura heroica. A retomada a Diomedes traçou o papel de capitão valente e esperto, também contrapondo a concepção crítica que traz as cartas sobre o modo de liderança dos Governantes e, do mesmo modo, se referiu ao herói grego, o guerreiro troiano Heitor e ao ancião Nestor, que igualmente era herói, contudo um sábio para os jovens guerreiros.

Está nessa analogia um contraponto em relação às virtudes de um herói e à covardia nas atitudes imorais dos Governantes na Bahia. Para Aletheia, tal é o comportamento dos governadores que, possivelmente, reforçariam características dúbias de cientistas, heróis e

conselheiros do Rei, inferiorizando-os. Esse jogo de defeitos e virtudes se estabelece nessas ideias antagônicas do processo alegórico (KOTHE, 1986). Logo, a imaginação as reproduz pelo intelecto do autor, e, por conseguinte, se processa da literatura de herança greco-latina para a nossa realidade histórica. História marcada pela invulnerabilidade de grupos que ilustram o poder público com opressão.

Na III carta, o mito do Leão de Nemeia abrange campos de significação que se ordenam pelo seu léxico, temática e fraseologia. Aletheia se refere a uma comparação metafórica a respeito do papel dos soldados e complementa: “lembrando-te que para conhecer o Gigante basta ver-lhe um dedo, assim como por uma unha se julga do tamanho de um leão” (VILHENA, 1921, p. 130). Esta frase faz alusão ao primeiro dos Doze trabalhos de Hércules, no qual Hércules, depois de matar o Leão de Neméia, só conseguiu retirar sua pele com as próprias garras do bichano, dando a ideia de representação do invulnerável ou intocável. Assim como temos no Gigante da mitologia a ideia de força e agressividade.

A alegorização caracteriza as atitudes dos soldados, invulneráveis pela influência e poder que lhes foram designados, pois deveriam proteger e organizar o local de venda de carnes contra saqueadores, mas se aliaram aos mesmos agindo violentamente com a população e, também com escravos, julgando-se melhores do que qualquer um deles. Com isso, o uso dessa máxima, faz o leitor refletir e compreender no desregramento da natureza das leis: a agressividade e a invulnerabilidade.

Percebe-se, então, nas colocações alegóricas utilizadas um repertório convencional de uma sociedade culturalmente instruída. E levando em consideração os questionamentos no plano da realidade, sua base também se apoiou em discursos ideológicos que podem partir de um ideal individual, no caso do testemunho de Vilhena, para o universal. Sob esse mesmo ponto de vista, diante de uma tradição essencialmente clássica, o autor também parte para a sabedoria de expressão popular: “tendo para si que por terem meio aberto um olho, podem ser Reis na terra dos Cegos, naquela profissão” (VILHENA, 1986, p. 109), fazendo referência a falta de especializados arquitetos militares para as construções na Bahia, situação descrita inicialmente como uma mudança oportuna ao Estado e aos bens da Coroa.

No entanto, com a singela ironia que nesse contexto trata a expressão popular, há a interpretação de que as autoridades estavam cientes das irregularidades nas construções, já que não havia arquitetos especializados, se utilizando das necessidades dos empreiteiros. Porém, mesmo diante dos gastos desnecessários, conseguem enxergar além das circunstâncias com o olho meio aberto, e, assim em uma aparente liderança, se comportam como Reis, mas

prezaram mais as condecorações. Por analogia, Aletheia desdenha com as aparências das autoridades que se acharam tão espertos, que os assemelhou à condição de “Reis na terra dos Cegos”. Inverte-se, então, a simbólica ideologia das possibilidades entre os eventos e o valor semântico entre os termos “Reis” e “Cegos” pela lógica do poder e alienação do governo para com os empreiteiros e para o povo.

A descrição da natureza da Bahia nos coloca diante de um jogo de sistema de metáforas contínuas (HANSEN, 2006), cujo efeito é de contemplação da beleza e da valorização de um bem natural, diante da alusão aos antigos poetas da antiga Grécia, há também outro diálogo comparativo: da beleza natural das Ilhas de Veneza e outra da cidade que o laborioso ateniense Dédalo se instalou para elaborar o Labirinto de Creta.

É a sua vista tal, que eu não sei se a natureza em alguma outra parte terá feito um tão aprazível quadro, digno verdadeiramente de ser decantado pelos insignes Poetas da antiga Grécia. Dez Venezas juntas não poderiam comparar-se com a cidade que naquele Dédalo se fundasse, porque tal é o labirinto de canais que dividem aquelas Ilhas grandes e pequenas e tantos os esteiros que por elas rompem, que os mesmos naturais vacilam e repetidas vezes se enganam (VILHENA, 1921, p. 109).

Na menção ao labirinto de Dédalo e as ilhas de Veneza, usando a expressão “Dez Venezas” que não se comparam aos labirintos de canais das Ilhas na Bahia, busca-se uma correlação de mundo entre as belezas das terras de Creta e Veneza, cujos governantes esforçam-se para preservar a paisagem natural, como as Ilhas de Veneza, e criar uma paisagem geográfica organizada, cuidada e desenvolvida de acordo com a cultura do lugar, como o labirinto criado por Dédalo em Creta. No entanto, os governantes acabam destruindo a bela paisagem baiana com construções mal elaboradas e sem organização.

Ainda em referência às condições das terras da Bahia, costas e colinas, a arte do labirinto assume analogia crítica de efeito negativo quanto à elaboração dos Livros mestres do Regimento.

alterações consideráveis e bem dignas de atenção, de forma que eu penso que Dédalo não fez o decantado labirinto de Creta mais intrincado do que cada um dos Livros mestres dos Regimentos; livros que parecem desnecessários (VILHENA, 1921, p. 255).

O labirinto de Creta serviu de refúgio ao monstruoso Minotauro, resultado da relação entre a mulher do Rei Minos de Creta, Pasífae, e o touro, este foi o presente dado ao Rei pelos deuses para o sacrifício que não ocorreu (SPALDING, 1974). Portanto, havia uma finalidade para essa arte de Dédalo, enquanto que os Livros do Regimento não possuíam utilidades. Essa analogia sugere uma revisão desses intrincados livros.

A alegoria da cigarra, buscada na transcendência das qualidades das cigarras da Grécia de Homero e de Anacreonte, foi elaborada pela imaginação intelectual do autor, que passa a ideia do jogo de sentidos, principalmente da audição, como um efeito do incômodo gerado pelo barulho das cigarras do Brasil. Esse foi um episódio que mais chamou a atenção de Aletheia ao estudar a fauna e a flora que julgou perfeita, até então.

Além dos mencionados insetos e bichos, há tão bem pregas de cigarras e grilos de quem a música é insuportável. De forma que se a harmonia das cigarras da Grécia mereceu não só a atenção de Homero nas suas comparações, como de assunto para algumas odes de Anacreonte as do Brasil, por dissonantes e fastidiosas, careciam que outros iguais as abominassem por intoleráveis (VILHENA, 1921, p. 170).

O autor ainda solicitou a Anacreonte e a Homero a atenção para que, além dele, pudessem abominá-las, em um diálogo persuasivo de que não há condições das cigarras do Brasil servirem de matéria a suas obras. Segundo a mitologia, a alegoria das cigarras se refere ao seu “coro” como dom de oratória: “Que por velhos abstinham-se da guerra;/ Porém, bons oradores, semelhavam/ A cigarras que, n’árvore pousadas,/ A selva adoçam com suave canto” (Ilíada, canto III).

As cigarras também servem de matéria a uma das Odes de Anacreonte (tradução de Almeida Cousin, Edição Ouro, 1966). Nessa ode, o coro das cigarras encanta a natureza e embeleza os discursos, ao contrário das cigarras brasileiras.

A Cigarra

Feliz, cigarra, sempre sejas!
De árvores altas, no alto galho,
Bebendo só gotas de orvalho,
Qual rei, cantando, te espanejas...
Pois tudo é teu (que importa os donos?)
Quanto tu vês no campo em festas,
Quanto carregam as florestas,
Cigarra amiga dos colonos!...
Já lhes causaste algum prejuízo?
Nunca! Aos mortais és preciosa,
Profetizando o ainda indeciso
Vir da estação quente, ditosa
Amam-te as Musas nesse encanto,
E ama-te Febo, ó sonhadora,
Pois te ensinou tão doce canto!...
Tens atributos de imortal:
Sem te acabar velhice langue,
Sábua, terrígena cantora,
Serena, sem carne, sem sangue,
Tu és aos deuses quase igual!

O mundo maravilhoso dos ritos e dos mitos revela um sentido místico-moral. Segundo Hansen (2006), esses são gêneros que se configuram por si alegóricos, e ao serem

relacionados a outro contexto ganham outros sentidos. Nessa relação de alegoria o discurso a ser expresso é anônimo e indizível pelo sentido próprio, mas revelado pelo sentido real que traz essas analogias.

Entre a realidade e o mítico, Aletheia, na XII carta, persuade com intimidade a Filopono, chamando-o de “Amigo do coração”, sobre as curiosidades do governo Eclesiástico e a dificuldade em recolher as fontes de que necessitava para essa matéria. Nelas estão o catálogo de eclesiásticos, as despesas, as freguesias e as vilas que antes eram aldeias indígenas, porém quem as possui, as nega ou as julga desnecessárias. Por isso, “muitas vezes tratei alcançar notícias pela Câmara Eclesiástica, de todas, porém, as achei mais ferroadas qual a torre de Danae” (VILHENA, 1921, p. 457).

Danae foi uma princesa, filha de Acrísio, Rei de Argos, e de Eurídice, que foi desejada por Zeus e dele teve um filho, o herói Perseu. Um oráculo premeditou que um filho dela mataria o soberano. Para evitar tal acontecimento, o Rei a isolou em uma torre de bronze no intuito de continuar virgem e intocada, sem gerar o filho. Entretanto, Zeus transfigura-se em uma chuva de ouro, que penetra por entre as frestas da torre e cai no colo de Danae, engravidando-a. Nasce o semideus, que anos depois mataria Acrísio acidentalmente (SPALDING, 1974).

A analogia a torre de Danae caracteriza ou descreve as dificuldades em obter dados ou notícias da Câmara Eclesiástica do Arcebispado, também das casas religiosas e livrarias. Situação análoga à torre na qual somente um Deus poderia alcançar, veiculando, assim, o imaginário da trajetória real de Aletheia perante o desejo eclesiástico de permanecerem intocáveis as informações que persistentemente foram narradas.

Quanto ao rito, Aletheia traz os Mistérios de Eleusis da Grécia, que consistia em um ritual agrícola em honra a Deméter (fertilidade) e a Perséfone (semente), cujos níveis de ensinamentos das cerimônias continuam sendo mantidos em sigilo por parte dos participantes. No mito da natureza, Perséfone, filha de Deméter, tragada pela terra, tornou-se rainha no mundo inferior após ter sido raptada por Hades (SPALDING, 1974). A tristeza de sua mãe gerou seca e fome para a humanidade, assim com a interseção de Zeus, Perséfone poderia voltar à terra durante os meses de Verão para trazer a fertilidade, transmitindo a esperança.

A relação objetiva entre a realidade da navegação do Tocantins e dos mistérios está diretamente ligada ao conceito que envolve o termo “mistério”. Temos dois posicionamentos em torno do mesmo: mistério que pode ser revelado e mistério que é somente compreendido quando vivenciado. Neste último caso, os Mistérios de Eleusis permanecem sigilosos e

sagrados, bem como “as peças da primeira sorte” do Tocantins, que possivelmente faz referência aos ciclos naturais de cheia e de seca.

Além do que essas peças da primeira sorte que muito conservam com tanto recato como em Grécia os mistérios de Eleusis, eu as aprecio como as coisas não existentes, pois que de nada podem servir. Não é isto, meu Patrifilo dizer que eu sou de parecer que se mostrem a todo o mundo, o que seria absurdo, mas sim que se comuniquem o que se conhece ser inadmissível da mínima perfídia, informes estas mesmas curiosidades (VILHENA, 1921, p. 906 e 907).

Assim, ao descrever o rio Tocantins e suas navegações, faz alusão aos Mistérios de Eleusis, objetivando um diálogo entre aqueles conhecimentos que, exigindo uma profunda experiência, permanecem bem guardados pelas forças da natureza, e nesse ponto o autor aprecia. E aqueles que não são transferidos a outros por deslealdade, tratando-se de uma situação inadmissível.

A leitura alegórica pretende compreender esse jogo em que um não elimina o outro, mas inclusive o relembra constantemente. O texto não mais é lido como se fosse um “em si” (que é o que pretende o conservadorismo pretensamente científico das correntes “modernas” da literatura); pelo contrário, a leitura lembra e relembra a todo momento que o texto é contexto estruturado verbalmente (KOTHE, 1986, p. 41).

Esse é o jogo de narrar vidas individuais e coletivas da História da Ilustração brasileira, que permitiu compreender que a história narra o que realmente tinha acontecido e a matéria literária, incorporada na construção de metáforas continuadas, desvela e possibilita refletirmos o que poderia acontecer a partir de um gênero tão pessoal e íntimo quanto às epístolas. Essa natureza híbrida dos ensaios na formação da Literatura Brasileira fez de Vilhena um escritor, no qual o mundo maravilhoso dos antigos mostrou-se nas suas faculdades intelectuais, e por um determinado período pertenceu no repertório convencional de uma sociedade de raízes clássicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos estudos acadêmicos, o papel da literatura na sociedade sempre foi questionado. A arte literária traz em sua natureza o compromisso com si mesma, porém, no âmbito cultural, podemos valer-se dela como fonte, na qual buscamos respostas para nossas indagações sobre a vida, que incluem a realidade dos problemas sociais e as formas de expressões da sociedade mesmo reveladas através da ficção. O escritor, portanto, reveste-se do caráter estético que lhe permite criar uma obra literária, ou ainda utilizá-la para registrar as experiências mais íntimas ou coletivas como manifestação de estímulos variados.

No início da história do Brasil, a vida colonial foi retratada de diversas maneiras. As formas narrativas assumiram valores, expressões e modelos que tornaram a ficcionalidade um instrumento da escrita histórica. O ideal de realidade, portanto, era revelado por meio de uma mútua relação dos saberes literário e histórico. Tal fenômeno configurou os espaços culturais que marcaram, por sua vez, no Brasil, as primeiras correntes de gosto e de pensamento, as quais, posteriormente, assumiram o caráter nacional de uma Literatura Brasileira propriamente dita.

No panorama de transição que configurou a sociedade brasileira do século XVIII, o professor de grego Luís dos Santos Vilhena ensaiou cada pedaço de nossa história em suas vinte e quatro cartas, traduzindo, por meio da prosa, o sentimento pela terra e pela Nação do Brasil. A liberdade de narrar trouxe, além de mostrar seu desempenho intelectual, as marcas de subjetividade em sua obra, que, entre outros, expressaram elementos diversos da antiguidade sob os quais podemos refletir as questões da moralidade da época.

Como foi visto no primeiro capítulo desta dissertação, o caráter íntimo e testemunhal das manifestações literárias do século XVIII aproximou a realidade histórica do mundo maravilhoso da literatura, e criou um ambiente propício a escritos capazes de nos revelar mais a respeito das razões e das sensibilidades das experiências humanas no Brasil. Naquele momento, os ensaios, as cartas, as crônicas e as memórias foram os meios pelos quais os movimentos literários e intelectuais reagiram à ideologia autoritária e buscaram um ideal de realidade movido pela razão, natureza e verdade.

As experiências históricas e literárias se ajustaram nas narrativas, que realçaram um caráter de hibridização predominante nos ensaios. Tornaram-se, assim, parte de um processo de pensamento que evoluía, gerando, por sua vez, o amadurecimento da Literatura Brasileira. É o que se recolhe da tradição ensaística que encontramos na escrita do colono Vilhena, que

incorpora e problematiza muitos momentos de nossa realidade que transita entre a conservação e a inovação de ideias, hábitos e costumes no Brasil Colônia.

Como um intelectual do pensamento intermediário, o reformismo ilustrado, seu ensaio revela o compromisso e a responsabilidade com os deveres de um estudioso em relação à Pátria, bem como seus ideais de um progresso social entre o Estado e a Nação. Por isso, também se recolhe de seus textos a preocupação em revelar a verdade sem ornatos, já que os intelectuais letrados da época tinham a consciência do desequilíbrio social da Colônia em meio às bruscas transformações econômicas e políticas causadas pela Revolução Comercial e Industrial no mundo europeu.

Como discutimos no segundo capítulo, Vilhena oscilou entre as duas facetas do seu manuscrito, uma histórica e outra literária. Como suporte de suas narrativas, encontram-se fontes primárias, de cunho testemunhal, e secundárias, reconhecíveis em fatos que ele não vivenciou, mas que, em seus textos, aparecem referenciados por meio de alusão a outras obras. Por outro lado, Vilhena enxerta suas manifestações pessoais com o envolvimento de elementos literários comuns ao estilo *Árcade* da época, como bem afirma o Acadêmico Braz do Amaral, sob o pseudônimo *Amador Veríssimo de Aletheya*, que significa “amante da verdade”. Do mesmo modo, nomeia o destinatário das XX cartas como *Filopono*, cujo significado é “amigo do trabalho”, e das quatro últimas cartas, *Patrífilo*, “amigo da pátria”, respectivamente referem-se ao Rei de Portugal Dom João VI e Príncipe Regente do Brasil, e ao Conde de Linhares.

Dessa maneira, o Ilustrado observa e analisa o militarismo, a desordem, a opressão e a pobreza na sociedade brasileira e propõe reformas que ajustariam o Estado e a Nação ao aprimoramento da máquina colonial e mercantil. Contudo, as reformas materiais por si só não bastariam, havia a necessidade de aplicar reformas morais que anulariam o espírito de ambição e de poder. Nesse sentido, temos em sua narrativa um diálogo fronteiro entre a história e a literatura sob o olhar da antiguidade.

Assim, no terceiro capítulo foi introduzida uma análise desse estado fronteiro, no qual observamos uma clareza no discurso ilustrado em que parte apresenta um sentido próprio, baseado no testemunho do autor e na credibilidade de fontes documentais, e outra parte, por sua feita comum ao formato dinâmico e criativo dos *árcaes*, na qual apresentam pseudônimos que remetem a essência na razão e na verdade, e cuja escrita é adornada de sentidos velados pelas metáforas e alegorias.

Tendo os antigos como modelo, Vilhena faz alusão a filósofos e poetas como Sêneca, Platão, Isócrates, Pérsio, Homero e Anacreonte, nomes que nos mostraram, e nos ensinam até hoje, que o primeiro dever de um homem é ser útil para humanidade. Dessa maneira, o reformista tentou sensibilizar seus destinatários ilustres para o fato de que cada um deve administrar a sabedoria que a natureza emprestou e torná-la um bem humanitário, mesmo em um universo no qual a ignorância, o poder e a opulência ainda reinam. Essa, portanto, é uma das direções que Vilhena propõe em seu longo e exaustivo trabalho de vassalagem.

Não obstante, naquela época, via-se que a atualização mútua da política, da economia e das questões sociais era necessária para o desenvolvimento saudável do Brasil. E para o Colono Ilustrado, esse conjunto de mudanças só seria eficaz, por meio de uma reforma íntima do indivíduo representada pelas figuras literárias de poemas épicos, fábulas, odes, mitos e ritos que concretizariam essa ideia imaterial de maneira mais verossímil, revelando os defeitos e as virtudes dos homens.

Por certo, esse é um prestígio das qualidades de persuasão do professor que faz vir à fala os desvios e a moralidade de personalidades ilustres e comuns das Capitâneas e da Cidade da Bahia de Todos os Santos sem, contudo, destronar a Metrópole de sua posse colonial. E mesmo não se tratando de um corpus literário, por estar ligado à intenção de narrar os eventos da sociedade brasileira, temos uma fronteira ficcional sem a qual Vilhena não poderia representar verdadeiramente as questões que envolviam a sociedade.

A imaginação fiel à racionalização de um educador-reformista propunha um corretivo nas atividades administrativas e nas ações humanas da Colônia, de maneira reflexiva e criativa em uma prática comunicativa com as autoridades da época. Esse estudo, portanto, retira o ornato de sua obra e desvela as mazelas e os desequilíbrios sociais diante do poder que oprime. Para esse fim, o discurso alegórico possibilitou interpretar coisas, acontecimentos e ações humanas que o discurso próprio não seria capaz de expressar, assumindo o papel de revelar fatos e tensões. De tal modo, diante da matéria literária utilizada via analogia, a ficcionalidade povoou os espaços das situações e das emoções individuais vividas e testemunhadas pelo autor.

Em suma, verificamos a importância no uso das fontes literárias em *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* (1921) para as reflexões a respeito da mentalidade do século das luzes e da política de estado da ilustração na perspectiva do mestre-régio de língua e cultura grega, que fazia parte da “corporação dos Professores, gente de nenhuma entidade na Bahia, membros da sociedade para quem se olha com a maior displicência e indiferença

suma” (VILHENA, 1921, p. 287). E embora tenha um propósito de registrar elementos das histórias do Brasil, a tradição epistolar de natureza pessoal permite que imaginemos que sua obra seja fruto de uma inquietação íntima, a partir da qual pôde criar um mundo ideal através de valores literários da antiguidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul**. SP: Cias das Letras, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. Introdução. In: VILHENA, Luís dos Santos. **Pensamentos políticos sobre a Colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Série Publicações Históricas 87, 1987.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1970.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 40. ed. Editora Pensamento: Cultrix Ltda, 2002.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CANDIDO, Antônio. **Noções de análise histórico-literária**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

CANDIDO, Antônio. **Iniciação à literatura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARNEIRO, Edison. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral. In: VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969. v. 3.

CASTRO, Marihá Barbosa e. **O programa satírico de Pérsio frente à tradição**. 2015. 144 p. Tese (Dissertação de Mestrado). Programa de pós-graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CORTESÃO, Jaime. Acarta de Pero Vaz de Caminha (Adaptação à linguagem atual). In: **Carta de Pero Vaz de Caminha: a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 87-119.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e Crônica. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria (orgs). **A literatura no Brasil**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Global, 2004. v. 5, p. 117 – 143.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DIAS, Maria Odila da Silva Dias. Aspectos da ilustração no Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Departamento de Imprensa Nacional – Rio, Jan. - Mar., 1968. v. 278.

EULÁLIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. **Língua e Literatura**, São Paulo, 17, p. 9-54, 1989.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. São Paulo: Hedra. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. SP: Cia das Letras, 2010.

JOBIM, Leopoldo. **Reforma Agrária no Brasil Colônia**. Editora: Brasiliense, 1983.

KOTHE, Flávio R. **A alegoria**. SP: Ática, 1986.

LAGES, Luciene. As Notícias Soteropolitanas e Brasílicas de Vilhena e a educação no Brasil do século XVIII. **Revista Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 48, p. 106-119, Jul-Dez de 2013.

LAGES, Luciene; MARCHELLI, Paulo Sérgio. Ensino de literatura: uma prática dissimulada nas aulas régias das escolas no final do século XVIII. **Todas as Letras**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 162-172, maio/ago, 2017.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir (Org.). **História & narrativa**: a ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaio**. Vol. 1 e 2. Col.: Os Pensadores. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme Mota. **Ideia de Revolução no Brasil, 1789 – 1801**: estudo das formas de pensamento. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 148.

MOTA, Carlos Guilherme Mota. **A ideia de Revolução no Brasil e outras ideias**. São Paulo: Globo, 2008.

NETA, Amélia Saback Alves. Filtro historiográfico: cartas de Vilhena pela leitura de Braz do Amaral. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis - SC, 27 a 31 de julho de 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. rev. E atual. São Paulo: Editora, UNESP, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. SP: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. v. 21.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2001.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 17. ed. Portugal: Porto Editora, dez., 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. **Cultura no Brasil colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 176.

SNELL, Bruno. **A Cultura grega e as origens do pensamento europeu**. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SPALDING, Tassilo Orpheu. **Deuses e Heróis da antiguidade clássica**: dicionário de antropônimos e teônimos vergilianos. 1. ed. Cultrix: São Paulo, junho de 1974.

VIEIRA, Padre António. **Sermão de Santo António aos peixes**. Notas de Padre Joaquim Ferreira Lopes. Lisboa: Expo 98, 1997. 65 p.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas**. Apresentação, notas e comentários de Braz do Amaral. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. v. 3.